

ROBERTA GARCIA ALVES

**A PSICOLOGIA SOCIAL COMPORTAMENTALISTA
RADICAL DE CELSO PEREIRA DE SÁ**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2025**

ROBERTA GARCIA ALVES

**PSICOLOGIA SOCIAL COMPORTAMENTALISTA
RADICAL DE CELSO PEREIRA DE SÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para o exame de defesa, sob a orientação do(a) Professor Dr. Rodrigo Lopes Miranda.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

A474p Alves, Roberta Garcia

A psicologia social comportamentalista radical de Celso Pereira de Sá/ Roberta Garcia Alves sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda.-- Campo Grande, MS : 2025.

180 p. : il.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2025

Bibliografia: p. 166-180


1. Psicologia social. 2. Comportamentalismo Radical.
3. História da psicologia I.Miranda, Rodrigo Lopes.
II. Título.

CDD: 301.1

ATA DO EXAME GERAL DE DEFESA DE TESE DE **ROBERTA GARCIA ALVES**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – DOUTORADO ACADÊMICO – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA DA SAÚDE, REALIZADO NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2025.

Ao dia dois do mês de outubro do ano de 2025 às 14:00h, realizou-se virtualmente o Exame Geral de Qualificação de Tese de **ROBERTA GARCIA ALVES**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Doutorado Acadêmico – Área de Concentração: Psicologia da Saúde. A Banca Examinadora, constituída pelos (as) professores (as) Doutores (as): Rodrigo Lopes Miranda – UCDB (orientador), Ana Maria Jacó-Vilela (Coorientadora) – UERJ, Fernando Tavares Saraiva – UCDB, Anita Guazzelli Bernardes – UCDB, Carolina Laurenti – UEL e Diego Zílio - UFES iniciou suas atividades analisando a versão preliminar de Tese intitulada: **PSICOLOGIA SOCIAL COMPORTAMENTALISTA RADICAL: AS CONCEPÇÕES PSICOSSOCIAIS NA OBRA DE CELSO PEREIRA DE SÁ**, apresentado pela candidata. A seguir foram feitas as sugestões, tendo em vista a redação final da tese. A candidata foi arguida durante **4 horas**. Após a arguição, a Banca Examinadora passou a emissão dos conceitos, tendo sido considerada **aprovada**. Encerradas as atividades, foi lavrada a ata que foi realizada no formato virtual. Eu, Rodrigo Lopes Miranda, como presidente da banca assinei a Ata da Defesa de Tese com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes. Informou-se também, que a expedição do respectivo diploma assim como a de outros documentos, concernentes à titulação ora obtida, se condicionará à entrega, na Secretaria, da quantidade de exemplares apresentados de acordo com os padrões do Programa e à completa adimplência dos dispositivos administrativos previstos em contrato.

Campo Grande - MS, 02 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO LOPES MIRANDA**
Data: 02/10/2025 18:59:51-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda

Documento assinado digitalmente



ANA MARIA JACO VILELA
Data: 16/10/2025 10:26:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Ana Maria Jacó-Vilela

Documento assinado digitalmente



FERNANDO TAVARES SARAIVA
Data: 16/10/2025 10:47:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Tavares Saraiva

Documento assinado digitalmente



ANITA GUZZELLI BERNARDES
Data: 16/10/2025 11:23:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Anita Guazelli Bernardes

Documento assinado digitalmente



CAROLINA LAURENTI
Data: 21/10/2025 13:40:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Carolina Laurenti

Documento assinado digitalmente




DIEGO ZILIO ALVES
Data: 21/10/2025 13:53:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego Zílio


RELATÓRIO APRESENTADO PELA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE **ROBERTA GARCIA ALVES**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - DOUTORADO ACADÊMICO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA DA SAÚDE – REALIZADA NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2025.

Campo Grande - MS, 02 de outubro de 2025


Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO LOPES MIRANDA**
Data: 02/10/2025 18:58:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda


Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA JACO VILELA**
Data: 16/10/2025 10:26:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Ana Maria Jacó-Vilela

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO TAVARES SARAIVA**
Data: 16/10/2025 10:46:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Fernando Tavares Saraiva

Documento assinado digitalmente
 **ANITA GUAZZELLI BERNARDES**
Data: 16/10/2025 11:23:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anita Guazelli Bernardes

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINA LAURENTI**
Data: 21/10/2025 13:37:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carolina Laurenti

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO ZILIO ALVES**
Data: 21/10/2025 13:53:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego Zílio

¡Un aplauso pa' mami y papi porque en verda' rompieron!

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese, produto árduo da nossa curiosidade coletiva sobre o passado da Psicologia, à Camila Akemi Kurosaki (*in memoriam*). Agradeço o ensinamento valioso de que nós, autistas, somos como ornitorrincos; provavelmente a coisa mais estranha que já se viu, mas um ser com uma boniteza única. A partir de você, e por você, sinto menos medo de ser eu.

AGRADECIMENTOS

À minha família, agradeço por toda a dor do desencontro, da vida difícil e dos leões que matavam a cada dia. Também pela alegria da chegada, de poder comprar um ventilador no calor de Campo Grande, do churrasco aos domingos e dos gols do Fluminense. Pelas empanadas de frango e pelos colchões organizados no chão de uma casa bem apertadinha em *Ciudad Evita*. Por não entender nada do que estava sendo dito, mas saber que estava sendo amada. Por terem me amado em todos os idiomas possíveis e mesmo no silêncio. Por toda sabedoria advinda da idade e da vida bem vivida e por todas as piadas e histórias que os pantaneiros bem sabem contar.

À Andréia, por me amar e estar ao meu lado mesmo já tendo visto o pior de mim (uma doutoranda com pouco prazo pode ser perigoso, dizem). Pela admiração, pelo cuidado ou mesmo pela alegria de cada *tapué* adquirido com muito esforço. Por todos os gols do Corinthians e por todas as séries que maratonamos com pipoca regada à manteiga. Por todas as alegrias da vida adulta e das crianças que nos tornamos quando resolvemos nos espezinhar.

Aos amigos, agradeço por serem minha *chosen family* e minha eterna companhia no curso da vida. Agradeço o forró, o copão de cerveja que ora era Brahma e ora alguma cerveja artesanal envelhecida em barris de carvalho. Pela pimenta que quase me matou, pela introdução alimentar feita tardiamente e por todas as vezes que me vi feliz pela felicidade de vocês.

À Denize Oliveira, Ricardo Veralves e Renato Moller por me mostrar versões do Celso que não pude conhecer. Agradeço todo tempo, material e afeto disponibilizado.

Ao(s) meu(s) grupo(s) de pesquisa – GEPeHP e Clio-Psyché – por todos os ensinamentos (acadêmicos ou não), por todas as cervejas, risadas e papéis velhos que compartilhamos. Em especial, agradeço o privilégio da orientação do Prof. Rodrigo Lopes

Miranda e co-orientação da Profa. Ana Maria Jacó-Vilela e tudo que ambos representam para mim.

À banca de qualificação e defesa, agradeço a presença perene em minha formação acadêmica. Cada um dos membros exerceu papel fundamental na minha formação como analista do comportamento e como historiadora da psicologia, seja através de suas publicações, das interações em eventos ou da convivência na relação professor-aluno.

RESUMO

Nossa pesquisa tem como objetivo compreender o período inicial da trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá, a partir da análise documental da dissertação e tese do autor, contextualizadas em sua trajetória de vida. Especificamente, visamos mapear os principais conceitos debatidos pelo autor tanto em sua dissertação quanto em sua tese; bem como, identificar a rede de autores com quem Sá debate nestes textos para verificar afinidades, apropriações e afastamentos; também debater aspectos biográficos de Sá correspondentes ao período de mestrado e doutorado do autor. A pesquisa é ancorada na perspectiva historiográfica, apropriando-se de contribuições da História Social da Psicologia, da História Intelectual e dos Intelectuais e na História Oral. Para tanto, utilizamos fontes primárias documentais e orais, que passaram por análise de seus conteúdos. Os resultados indicam que sua trajetória intelectual revela uma proposta singular: a proposição de uma Psicologia Social Comportamentalista Radical, capaz de operar criticamente sobre as contradições sociais brasileiras. Essa proposta consiste em uma interface entre a Análise do Comportamento e as Ciências Humanas, orientada por valores de justiça social, popularização do conhecimento e enfrentamento das desigualdades estruturais. Como consequência desta pesquisa, também foi notado o distanciamento de Sá das comunidades científicas comportamentais de sua época, o que pode refletir na maneira como Sá se apropriou de conceitos, discursos e convergências da maneira distinta da comunidade da época. Identificou-se ainda que Sá compreendia o contracontrole social não apenas como categoria descritiva, mas como instrumento político-pedagógico de emancipação, visível, por exemplo, em sua Cartilha de Contracontrole Social.

Palavras-chave: Psicologia Social; Comportamentalismo Radical; História da Psicologia.

ABSTRACT

Our research aims to understand the early period of Celso Pereira de Sá's intellectual trajectory through the documentary analysis of his master's dissertation and doctoral thesis, contextualized within his life path. Specifically, we seek to map the main concepts discussed by the author in both his dissertation and his thesis; as well as to identify the network of authors with whom Sá engaged in these texts, in order to examine affinities, appropriations, and divergences; and also to address biographical aspects of Sá corresponding to his master's and doctoral studies. The research is anchored in a historiographic perspective, drawing on contributions from the Social History of Psychology, Intellectual History and the History of Intellectuals, and Oral History. To this end, we employ primary sources, both documentary and oral, which were subjected to content analysis. The results indicate that his intellectual trajectory reveals a singular proposal: the formulation of a Radical Behaviorist Social Psychology, capable of critically addressing Brazilian social contradictions. This proposal constitutes an interface between Behavior Analysis and the Human Sciences, guided by values of social justice, the popularization of knowledge, and the confrontation of structural inequalities. As a consequence of this research, Sá's detachment from the behaviorist scientific communities of his time was also noted, which may reflect how he appropriated concepts, discourses, and convergences in a way distinct from that of the community of the period. It was further identified that Sá understood social countercontrol not only as a descriptive category but also as a political-pedagogical instrument of emancipation, visible, for example, in his *Cartilha de Contracontrole Social* (Handbook of Social Countercontrol).

Keywords: Social Psychology; Radical Behaviorism; History of Psychology.

RESUMEN

Nuestra investigación tiene como objetivo comprender el período inicial de la trayectoria intelectual de Celso Pereira de Sá, a partir del análisis documental de la disertación y la tesis del autor, contextualizadas en su trayectoria de vida. Específicamente, buscamos mapear los principales conceptos debatidos por el autor tanto en su disertación como en su tesis; así como identificar la red de autores con quienes Sá dialoga en estos textos para verificar afinidades, apropiaciones y distanciamientos; y también debatir aspectos biográficos de Sá correspondientes al período de maestría y doctorado del autor. La investigación se encuentra anclada en una perspectiva historiográfica, apropiándose de aportes de la Historia Social de la Psicología, de la Historia Intelectual y de los Intelectuales, y de la Historia Oral. Para ello, utilizamos fuentes primarias documentales y orales, que fueron sometidas a un análisis de contenido. Los resultados indican que su trayectoria intelectual revela una propuesta singular: la formulación de una Psicología Social Conductista Radical, capaz de operar críticamente sobre las contradicciones sociales brasileñas. Esta propuesta constituye una interfaz entre el Análisis de la Conducta y las Ciencias Humanas, orientada por valores de justicia social, popularización del conocimiento y enfrentamiento de las desigualdades estructurales. Como consecuencia de esta investigación, también se observó el distanciamiento de Sá de las comunidades científicas conductistas de su época, lo que puede reflejarse en la manera en que Sá se apropió de conceptos, discursos y convergencias de forma distinta a la comunidad de aquel entonces. Asimismo, se identificó que Sá comprendía el contracontrol social no solo como una categoría descriptiva, sino como un instrumento político-pedagógico de emancipación, visible, por ejemplo, en su *Cartilla de Contracontrol Social*.

Palabras clave: Psicología Social; Conductismo Radical; Historia de la Psicología.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pesquisas que citam Celso Pereira de Sá (fonte: autora, 2025).....	41
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre fontes primárias, tipologia das fontes, autoria e ano de publicação. ... 51

Tabela 2: Relação entre fontes secundárias, suas autorias e datas de publicação. 58

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Capa da Dissertação de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1978).....	53
Imagem 2: Sumário da Dissertação de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1978).....	54
Imagem 3: Capa da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)	55
Imagem 4: Parte I do Sumário da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)	56
Imagem 5: Parte II do Sumário da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)	57
Imagem 6: Relatório Especial de Informação (fonte: Serviço Nacional de Informações, 1980).	137
Imagem 7: Detalhe do Relatório Especial de Informação (fonte: Serviço Nacional de Informações, 1980).....	138

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. SERVIRÃO OS PRINCÍPIOS COMPORTAMENTAIS DE SÁ AOS ANALISTAS DO COMPORTAMENTO NO PRESENTE?	26
3. OPERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA: DOCUMENTOS E VOZES EM CONVERGÊNCIA	44
História Social da Psicologia	45
História Intelectual e dos Intelectuais	46
História Oral	49
Fontes orais e textuais	50
Análise documental como procedimento	59
4. QUEM FOI CELSO PEREIRA DE SÁ?	63
Uma linha do tempo de trás para frente	64
O início e o meio	67
5. O QUE SERÁ O AMANHÃ? PLANEJAMENTO CULTURAL DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA	80
O controle social em um Estado Totalitário: das instituições totais à utopia	83
Ideologia e planificação para a liberdade: a democracia como um porvir	100
Considerações preliminares	113
6. A TEORIA-TECNOLOGIA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	118
A teoria-tecnologia do Comportamentalismo Radical como ferramenta de intervenção	120
Da neutralidade à Psicologia Social Comportamentalista Radical	127
O experimentalismo de relevância social	132
Democracia e Contracontrole Social	143
Considerações preliminares	154
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	166

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui por objetivo compreender o período inicial da trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá (1941-2016), a partir da análise do conteúdo da dissertação e tese do autor, contextualizadas em sua trajetória de vida. Em termos específicos, os objetivos são de: a) mapear os principais conceitos debatidos pelo autor, tanto em sua dissertação quanto em sua tese; b) identificar a rede de autores com quem Sá debate nestes textos para verificar afinidades, apropriações e afastamentos; e c) debater aspectos biográficos de Sá correspondentes ao período de mestrado e doutorado do autor. Tais objetivos formais possuem tanto justificativas acadêmicas quanto pessoais ao longo de minha trajetória acadêmica.

Parte da finalidade desta abertura é de apresentar brevemente os pressupostos epistemológicos que sustentam a proposta de Historiografia da Psicologia na qual me ancoro. Em conjunto a esses elementos, esta seção também possui o propósito de narrar os antecedentes pessoais, contextualizados em minha trajetória acadêmica, os quais culminaram nesta pesquisa. Meu percurso se inicia quando, aos 16 anos, optei por cursar Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No decorrer do curso, fui capturada pelo pragmatismo da Análise do Comportamento, apesar de que o arrebatamento veio, por fim, com as aulas provocativas de Psicologia Social e Sócio Histórica. Estas duas abordagens, viriam a ser duas identificações teóricas dentro da Psicologia.

O interesse pela Análise do Comportamento prevaleceu e foram três anos participando do Grupo de Estudos e Pesquisa em Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento (GEPEBRAC), que culminou também na produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dentro da Análise do Comportamento e sob orientação do Prof. Dr. Lucas Córdova. No entanto, o interesse pela Psicologia Social não havia se dissipado, de tal forma que ansiava por realizar uma pesquisa em que pudesse realizar alguma discussão política dentro da Análise do Comportamento. Assim, me deparei com a publicação da edição especial da Revista Brasileira de Terapia Cognitivo Comportamental, que dedicava sua discussão ao viés político na Análise do Comportamento, dando especial atenção ao trabalho de James G. Holland (1927-2018). A

partir desse antecedente, decidimos por fazer uma revisão bibliográfica da maior quantidade de textos do Holland que conseguíssemos acesso. O TCC foi aprovado no ano de 2017 e publicado no periódico *Acta Comportamentalia*, em 2022 (Alves, Córdova & Miranda, 2022).

Acredito que a combinação da formação tanto em Psicologia Social quanto em Análise do Comportamento acabou criando um ambiente favorável para o interesse dos acadêmicos do curso em realizar pesquisas com escopo político-social dentro da Análise do Comportamento. Lembro-me da criação da Liga Acadêmica de Comportamentalismo Radical (LACR), encabeçada por Cândido Flores Júnior, em 2018, a qual discutia trabalhos eminentemente políticos. Também recorro que outros TCCs nessa mesma seara foram produzidos por alunos do Prof. Lucas, em especial o do próprio Flores Júnior, posteriormente publicado na *Acta Comportamentalia*, em 2019 (Flores Júnior & Córdova, 2019).

Inclusive, foi Flores Júnior que me apresentou pela primeira vez o trabalho de Celso Pereira de Sá, quando ainda conversávamos sobre meu trabalho de TCC. Em 2018, recebi a indicação de que havia um professor em outra universidade que talvez se interessaria pelo meu trabalho para uma pesquisa de mestrado, mas havia um porém: as pesquisas dele eram dedicadas a História da Psicologia, uma disciplina que sequer tive acesso na graduação. Depois de ter conhecido o Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda, passei um ano como aluna especial, frequentando o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (GEPeHP), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no qual pude aprender sobre a pesquisa historiográfica em Psicologia, resultando no artigo sobre a circulação e apropriação de laboratórios didáticos com pombos nos Estados Unidos da América (EUA), Turquia e Brasil (Alves et al., 2019; Miranda et al., 2020).

Refletindo o convívio com o GEPeHP, na presente tese, é identificável minha apropriação sobre a História Social da Psicologia como uma perspectiva que entende a produção do saber psicológico, a partir de sua inserção em um contexto social e institucional mais amplo. Essa abordagem permitiu que eu pudesse analisar como as escolhas teóricas e

metodológicas de Sá foram moldadas por fatores como as redes acadêmicas, os espaços de trabalho e a conjuntura política da ditadura e da redemocratização. Com o GEPeHP, tão logo aprendi que o trabalho do historiador só se realiza a partir de fontes, ou como o Prof. Rodrigo costuma dizer, “o papel velho” (sic). Isso incluiu aprender a distinção entre fontes primárias e secundárias; sendo que a primeira constitui os documentos históricos que permitem reconstruir diretamente a narrativa historiográfica desejada, enquanto a segunda se trata de estudos que interpretam os achados históricos que temos como objetivo (Cruz, 2006; Morris et al, 1990).

Com a impossibilidade de acessar as fontes que versassem sobre James G. Holland, autor o qual eu já possuía familiaridade desde o TCC, questionamo-nos quais fontes teríamos, no Brasil, passíveis de uma pesquisa no escopo político ou psicossocial dentro da Análise do Comportamento? Assim, retornamos para Sá, com a hipótese inicial de que ele teria tido contato com os trabalhos de Holland e dedicado uma parcela de sua carreira ao Comportamentalismo Radical. Nesse sentido, os papéis velhos encontrados foram a Coleção Celso Pereira de Sá, localizada no Acervo do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché, dedicado a preservar e pesquisar a memória da Psicologia. O Acervo se situa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado pela Profa. Dra. Ana Maria Jacó-Vilela e possui um acervo com documentos produzidos pelo autor ao longo de sua carreira.

Com o acesso às fontes, optamos por realizar uma análise documental das anotações pessoais, cartas, e-mails, artigos e capítulos de livro publicados pelo intelectual no início de sua carreira, excluindo a dissertação e tese do autor por conta de sua extensão (por exemplo, sua tese foi separada em três volumes). Para tal, toma-se a análise documental como um processo que examina criticamente documentos para extrair informações relevantes, interpretar significados e compreender contextos. Envolve a seleção, organização e interpretação sistemática das fontes, considerando sua autoria, finalidade, linguagem e inserção histórica.

Esse método permite reconstruir processos, ideias ou práticas a partir de registros produzidos em contextos específicos (Cruz, 2006; Le Goff, 2002; Massimi, 2010).

Concomitantemente, tivemos a oportunidade de receber, como visitante no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), o Prof. Dr. Fernando Andrés Polanco. Ocasão em que pudemos absorver suas habilidades e conhecimentos sobre História Digital da Psicologia e o uso de softwares para realizar pesquisas historiográficas. O Prof. Polanco ministrou um minicurso de Iramuteq, no qual buscamos aprender os comandos, as codificações, funcionalidades e afins. Ao final do minicurso, decidimos que usaríamos o software em minha pesquisa, e que as publicações de Sá seriam analisadas pelo software, enquanto os outros documentos passariam por análise documental.

Com essa decisão, e no curso normal das atividades de uma mestranda, me dedicava também ao Estágio em Docência como coorientadora de duas pesquisas de iniciação científica. Fruto dessa e outras atividades são as publicações: “Do behaviorismo radical ao ecletismo teórico: A recepção da Terapia Comportamental em Belo Horizonte (Brasil)”, “Indigenization of Behavior Analysis in Brazil”, “Psicologia Aplicada e modernização urbana no Brasil (1930-1970)”, “O quê analistas do comportamento têm a dizer (e fazer) sobre o atendimento psicoterapêutico de minorias sociais?” (Alves et al., 2020; Miranda et al., 2021; Fenner, Alves & Reis, 2022).

Tais produções, incluindo meu texto dissertativo, foram atravessadas pela pandemia de COVID-19, a qual iniciou-se em 2020 – dessa experiência, resultou a percepção de que a atividade de pesquisa decorreu em solitária ação e obrigatoriamente alienante, enquanto o Brasil e o mundo passavam pela maior crise de saúde pública do século, levando milhares ao óbito todos os dias.

Retomando ao percurso do mestrado, inicialmente, procurei analisar como Celso Pereira de Sá teria se apropriado do trabalho de James G. Holland e dos conceitos de controle social e contracontrole social para falar sobre a temática de transformação social no Brasil. Ao

efetivar minhas (re)análises, corroborei a hipótese de que Sá se apropriou de Holland e dos conceitos citados, mas esta apropriação não foi tão robusta como inicialmente previsto (pelo menos, não a partir das fontes primárias consultadas). Essa discussão foi exposta na publicação “A produção e a recepção do controle e contracontrole social em James G. Holland e Celso Pereira de Sá” (Alves, Córdova & Miranda, 2022).

Paulatinamente, o que os dados nos mostraram foi uma apropriação veementemente interdisciplinar no que concerne a autores, teorias e seus conceitos, e que, portanto, devíamos abandonar nossa hipótese inicial em proveito de nos debruçarmos sobre essas outras apropriações. Assim, encontramos Sá refletindo sobre o papel do intelectual e da produção de conhecimento científico para a resolução de problemas sociais eminentemente brasileiros. O intelectual apregou uma atuação anti-intelectualista da educação política popular, no qual a população teria, ela própria, condições de produzir conhecimento sobre sua realidade e nela intervir. Para ele, não fazia sentido que uma abordagem útil como a Análise do Comportamento ficasse distante do conhecimento do público geral, que poderia utilizá-la como ferramenta de libertação social. O resultado mais interessante e, a meu ver, inesperado, é a proposta ousada de Sá de uma Psicologia Social charneira, ou fronteira, com o comportamentalismo radical.

Até então, não havia pensado nessa possibilidade, ainda que fosse bastante ávida às duas abordagens, estas me foram ensinadas como divergentes uma da outra. A proposta de Celso Pereira de Sá me fez nomeá-la como “Psicologia Social Comportamentalista Radical”. Como forma de evitar possíveis equívocos de interpretação de que o próprio Sá teria nomeado sua proposta teórica desta maneira, creio ser necessário enfatizar que assim denominei o programa de Sá para transladar algo que não parecia caber somente como Psicologia Social ou como Comportamentalismo Radical. Há ainda de se esclarecer que a escolha pela rubrica “Comportamentalismo Radical” em detrimento de “Analítico-Comportamental” para compor o nome da proposta se deu pela minha interpretação de que se tratava de uma empreitada muito

mais alicerçada a esta filosofia de ciência, do que a possíveis aplicações psicossociais da ciência da Análise do Comportamento, ainda que esta última não tenha escapado de Sá.

Em alusão ao movimento que o intelectual fez em sua dissertação e em sua tese de abrir espaço para que Skinner falasse por si, realizo aqui com Sá:

O objeto de ensino [a Cartilha] não será constituído estritamente pelos fatos e leis funcionais empíricas da análise experimental do comportamento, e sim preferencialmente pelos pressupostos básicos, conceitos e princípios relacionais do behaviorismo radical, que por sua própria natureza de formulação filosófica ou teórica ampla, autoriza a generalização explicativa e mesmo a especulação acerca da totalidade das questões humanas (Sá, 1985, p. 288).

Ainda que a citação remeta diretamente a Cartilha de Contracontrole Social, compreendo que o argumento lançado por ele nesse trecho é válido para compreendermos suas contribuições deste íterim de sua trajetória intelectual sob a rubrica da Psicologia Social Comportamentalista Radical. Esta consistiu-se, pois, em manter diálogos interdisciplinares entre as disciplinas das Ciências Humanas e o comportamentalismo radical, aspectos que foram discutidos nas publicações “Mapeando Celso Pereira de Sá: Itinerários de sua atividade intelectual” e “Por uma Psicologia Social Comportamentalista Radical a partir de Celso Pereira de Sá” (Alves & Miranda, 2022; 2025).

Nestas publicações, saliento que o delineamento da Psicologia Social Comportamentalista Radical se realizou por duas vias: a) o diálogo interdisciplinar do Comportamentalismo Radical com a Ciência Política e as Ciências Sociais, coadunando debates entre o nível particular (psicológico) e social (político, sociológico e ético); b) pelo eixo temático os quais suas publicações se debruçaram – o controle e contracontrole social para a transformação social, as relações de poder entre classes e indivíduos, a socialização do saber acadêmico e o papel social dos intelectuais (Sá, 1974; 1982; 1983; 1984; 1985).

Na ocasião da defesa dessa interpretação, a banca, composta por Profa. Dra. Luciane Pinho, Prof. Dr. Lucas Córdova e Profa. Dra. Carolina Laurenti, fizeram diversas considerações produtivas quanto à continuidade da pesquisa para ocasiões futuras. A primeira delas foi de que a dissertação e tese de Sá precisavam ser analisadas como forma de entender o período inicial de sua carreira como um todo. Como consequência, a segunda indicação foi de que provavelmente a pergunta inicial sobre a influência de Holland e sobre a apropriação do contracontrole social feita por Sá, teria sido respondida se as fontes analisadas tivessem sido sua dissertação e tese.

Na esteira dessas recomendações, dei início ao doutorado em 2022, com um pré-projeto voltado para o exame da dissertação e tese de Sá, com parâmetros metodológicos similares ao do mestrado, novamente utilizando o Iramuteq para realizar análise documental. Nesse sentido, mantivemos também nossa inserção na Linha de Políticas Públicas, Cultura e Produções Culturais, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UCDB, cujos estudos investigam a saúde de indivíduos e coletivos como produções sociais articuladas às condições políticas e econômicas que, por sua vez, encontram-se atravessadas por questões éticas, culturais e históricas.

Com o doutorado em andamento, pude aprofundar meu contato com outros campos da Historiografia e História da Psicologia, os quais impactaram na construção da interpretação da trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá. A primeira é em relação a consideração de Sá como um intelectual da Psicologia, o que me encaminhou para minha apropriação de pesquisas em História Intelectual e dos Intelectuais. Estes dois campos, por sua vez, investigam a produção, circulação e recepção de ideias ao longo do tempo, focalizando a análise em trajetórias de personagens, entendendo-os como atores inseridos em contextos específicos (Roiz, 2017). À minha forma de compreensão desses campos, adicionei a concepção de biografia contextualizada, a qual aparece como uma forma possível de realizar pesquisa em História da Psicologia, ao levar em conta elementos biográficos de um intelectual para

compreender suas contribuições para a Psicologia (Campos, 2008). Juntas, essas intersecções me permitiram compreender tanto o conteúdo das ideias de Sá quanto percebê-lo como um intelectual preocupado com questões sociais, políticas e institucionais que moldaram suas ideias.

A incorporação da proposta de biografia contextualizada, em conjunto com convivência sócio acadêmica com pesquisas que se utilizaram da História Oral, levaram-me a incorporá-la ao projeto. Outro ponto fundamental para este passo foi o contato esporádico com pesquisadores que possuíram estreitos laços afetivos com Sá ainda em vida. Nessas ocasiões de trocas informais, tais pessoas faziam relatos da convivência com o intelectual e sobre sua trajetória acadêmica. Optamos, então, por adicionar tais relatos por meio de história oral - um método de pesquisa que coleta e analisa relatos orais de pessoas que vivenciaram diretamente determinados eventos, processos ou contextos históricos. Nesse campo, os depoimentos são registrados, transcritos e interpretados como fontes primárias, valorizando a memória, a experiência subjetiva e as narrativas individuais ou coletivas (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998).

Paralelamente, tive a oportunidade de ter contato com outra pesquisa realizada sobre Celso Pereira de Sá, de autoria de José Felipe Machado e orientação da Profa. Dra. Ana Maria Jacó-Vilela. Ao dividirmos sessões coordenadas em eventos anuais, como o Encontro Clio Psyché e o Congresso Brasileiro de História da Psicologia, pude ter mais informações sobre Sá e seu trabalho na área de Teoria das Representações Sociais (TRS) – já que a pesquisa de José Felipe investigava a trajetória intelectual do autor e suas contribuições para a mesma. Essa troca com o pesquisador, e minhas frequentes visitas ao Acervo Celso Pereira de Sá, também me fizeram conviver com a Profa. Ana Maria, a quem eu frequentemente recorria quando tinha alguma dúvida quanto à caligrafia de Sá em suas anotações pessoais. As contribuições da Profa. Ana Maria com alguns insights fizeram-me avaliar, em conjunto com meu orientador, um convite para coorientação, o qual foi aceito e institucionalizado em 2023.

Minha participação em atividades *online* do Clio Psyché é responsável por diversos reordenamentos do pré-projeto, em especial do título para a ocasião do exame de qualificação e do aprofundamento das contribuições da História Social da Psicologia para esta pesquisa. Também, são contribuições inestimáveis o convívio sócio acadêmico com outro grupo de pesquisa, bem como o aprendizado de experiências fundamentais para a vida de pesquisador em História da Psicologia: boas práticas de arquivamento e a produção e execução de eventos. Resultados dessa parceria são: o artigo (ainda em fase de publicação) “Operações teórico-metodológicas na História Digital da Psicologia”; e a oficina “O uso de softwares de Análise Qualitativa a História Digital da Psicologia”, ministrada no XVI Encontro Clio-Psyché.

Em janeiro de 2024, pude enfim realizar o desejo de tornar-me professora de Psicologia – tão velho que me fazem lembrar a minha infância e adolescência. Meus pais, professores de Língua Portuguesa, costumavam ministrar as aulas em dois ou três turnos, de forma que cresci tropeçando em pilhas imensas de provas e atividades de alunos. A verdade é que minha estreia como professora não foi em 2024, mas sim quando o desespero do fechamento de notas deu contexto para a súplica de minha mãe: “corriga aquele bloco de provas ali pra mim, por favor, você é boa em redação” (sic). E assim, pela primeira vez, no alto dos meus 14 anos, performei o ritual de emaranhar-me nas pilhas de prova. Despretensiosamente, meus pais me ensinaram o amor pelo ofício da docência, algo que adoçou o momento de noticiar que havia passado no concurso público para Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Acre (UFAC) e deveria assumir o cargo em alguns meses. Equilibrando a rotina entre professora e aluna de doutorado, esta pesquisa é um produto do interesse coletivo sobre a atividade dos psicólogos no passado, coadunando-se pelo meu interesse pessoal na rubrica da Psicologia Social Comportamentalista Radical e na compreensão de elementos psicossociais e políticos na Análise do Comportamento, por meio da figura de Celso Pereira de Sá. Também é produto do interesse institucional em diversos aspectos - da linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Cultura e Produções Culturais, do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da UCDB; dos

historiadores da Psicologia, pelo acervo e preservação da memória deste autor; e dos analistas do comportamento, pelo interesse às contribuições de Sá a este campo disciplinar.

Em face do exposto, esta tese compõe-se por seis capítulos, a contar com esta seção introdutória de cunho memorialístico. O segundo capítulo tem por função fornecer uma revisão narrativa na qual recuperamos o interesse atual de analistas do comportamento pela obra de Celso Pereira de Sá e debatemos que este movimento está conectado com problemáticas do presente, tais como os debates feministas e de gênero, leituras afirmativas para populações negras e LGBTQIAPN+, dentre outros assuntos dentro de uma temática psicossocial desta disciplina. No terceiro capítulo descrevo os pormenores do percurso metodológico realizado, desde as intersecções entre História Social da Psicologia, História Intelectual e dos Intelectuais e História Oral até o processo de seleção e análise das fontes.

No quarto capítulo, apresento uma linha do tempo de Celso Pereira de Sá para compreender os aspectos biográficos que se relacionam com sua trajetória intelectual, desde sua formação como militar até a saída para a Psicologia como um civil. No quinto, me dedico a interpretar a dissertação do autor, analisando a apropriação interdisciplinar de autores que apostavam na ciência como uma ferramenta de transformação social. No sexto, apresento análise que discorre sobre a construção e o uso da Cartilha de Contracontrole Social, como um artefato pedagógico e político que, ao mesmo tempo, sintetiza a apropriação singular do behaviorismo radical e testa, de forma empírica, a aplicabilidade social dessa abordagem.

**2. SERVIRÃO OS PRINCÍPIOS COMPORTAMENTAIS DE SÁ AOS
ANALISTAS DO COMPORTAMENTO NO PRESENTE?**

Considerando nosso objetivo geral de compreender o período inicial da trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá a partir da análise documental da dissertação e tese do autor, contextualizadas em sua trajetória de vida, faz-se necessário compreender o movimento de recuperação da obra deste autor no presente. Este, por sua vez, tem relação direta com o aumento do interesse de analistas do comportamento por problemas de pesquisa tradicionalmente concernentes a Psicologia Social, como, por exemplo, discussões sobre classe, raça, gênero, sexualidade e feminismo (ver em Guerin & Ortolan, 2017; Mizael, 2018; Mizael & De Rose, 2017; Pinheiro & Mizael, 2019; Flores Junior & Laurenti, 2024).

Alguns indicadores nos auxiliam na percepção de politização deste campo disciplinar: em 2015, tivemos a criação do Coletivo Feminista Marias & Amélias de Mulheres Analistas do comportamento; em 2016, a Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) publicou uma edição comemorativa dos 40 anos da publicação do texto “Servirão os princípios comportamentais aos revolucionários?”, de James G. Holland, em que diversos autores fizeram contribuições nas temáticas sociais e políticas – dentre eles, um artigo de Celso Pereira de Sá, publicado após o falecimento deste. Em 2019, o livro “Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento”, organizado por Pinheiro e Mizael, impulsionou diversas discussões políticas por analistas do comportamento, para além dos próprios debates sobre feminismo; em 2020, nasceu o Coletivo Sociobehavioristas, buscando fomentar não só a discussão, mas a formação de analistas do comportamento para pesquisas políticas; e, em 2022, houve a criação do Coletivo Vale da Análise do Comportamento, buscando congrega analistas do comportamento interessados na diversidade sexual e de gênero e dar visibilidade ao debate desses temas pela área.

Diante desse cenário, este capítulo possui o objetivo de realizar uma revisão narrativa dos diálogos estabelecidos por autores do presente com as obras que são objetos desta tese – a dissertação “Aspectos Psicológicos do Controle Social” e a tese “O Behaviorismo Radical de B.F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante”. Nesta etapa, optamos por incluir

também o livro *Psicologia do Controle Social*, já que se trata da dissertação de Sá publicada em formato de livro com algumas alterações em seu conteúdo. Em conjunto com as justificativas pessoais e institucionais narradas no capítulo anterior, o exame da circulação da dissertação e da tese do Sá contribui para corroborar a justificativa acadêmica que fundamenta a relevância do exame historiográfico destes documentos.

Nosso argumento central, neste capítulo, é o de que tais obras de Sá possuem baixa circulação entre seus pares (i.e., outros pesquisadores da Psicologia), partindo do critério de possuírem reduzido número de citações formais a elas. Partimos do pressuposto de que a circulação do conhecimento científico se refere ao movimento de ideias, teorias, autores e práticas entre diferentes contextos culturais, sociais ou institucionais, processos estes que envolvem encontros, negociações e reinterpretações transculturais. O conhecimento científico não se replica mecanicamente, mas sofre readequações criativas que respeitam demandas históricas e socioculturais, tornando-se parte de um saber situado e dinâmico (Castelo Branco, Rota Júnior, Miranda & Cirino, 2016; Danziger, 2006; Pickren, 2009). Apesar desse cenário, destacamos que há um aumento discreto de circulação dessas obras nos últimos três anos e que isto guarda relação direta com as demandas do tempo atual e com o movimento crescente de politização da Análise do Comportamento (Flores Junior & Laurenti, 2024).

Ao pesquisar através da ferramenta Google Acadêmico – que centraliza bancos de dados, livros, revistas e demais publicações acadêmicas –, percebemos que a dissertação, a tese e o livro *Psicologia do Controle Social* de Sá possuem o total de 23 citações. As duas primeiras referências a um desses trabalhos ocorrem nas pesquisas de Menandro (1984) e Schneider (1985), sendo que em ambos os casos, se trata de uma única citação indireta.

No caso de Menandro (1984, p.84), o *Psicologia do Controle Social* foi retomado apenas para sinalizar a crítica de Sá ao sistema de economia de fichas em instituições totais, como observado no recorte: “Sá (1979) lembra que a técnica gera, sem dúvida, maior comodidade, na medida em que desvincula as operações de reforço das operações de

privação”. Já Schneider (1985, p.16) citou a mesma obra para pontuar questões que envolvem o controle social no escopo do convívio humano, nas palavras:

Os estudos sobre o controle social de Skinner (1967; 1971), de Sá (1979) e de Schneider (1978) demonstram que, de fato, a história confirma a tendência à hipertrofia do poder do Estado para a tentativa de solução dos pequenos e grandes conflitos humanos.

Curiosamente, as citações a qualquer uma das três obras de Sá passaram por um hiato de 40 anos até o seu reaparecimento em 2015, em um trabalho de Fernandes (2015, p.136), que cita Sá apenas uma vez:

Castro (2013) afirma que a maior limitação da ética skinneriana é sua faceta tecnocrata. Uma visão geral sobre o fenômeno é encontrada em de Sá (1985): Como aponta Schneider (...) ‘são inúmeras as falácias antibehaviorísticas como a da metodolatria, rigidez tecnicista, cientificismo, reducionismo, anti-humanismo (...), mecanicismo, ambientalismo extremo’ (p. 42). E, no entanto, esta é uma descrição fiel da imagem que a maioria dos estudantes de Psicologia, e, também muitos professores, fazem do behaviorismo radical.

Outra citação à tese de Sá se deu em 2016, com a publicação da já referida edição comemorativa da RBTCC. Embora alguns autores tenham citado outros textos de Sá nesta edição, a única citação direta da tese do autor é, na verdade, uma autocitação presente no artigo “J.G. Holland contracontrole social e socialização do behaviorismo radical”. No artigo, Sá (2016, p. 53) relembra a influência de Holland para a elaboração de sua tese:

É extremamente louvável a iniciativa da Revista de produzir um número especial sobre James G. Holland e sua obra, focalizando em especial o seu instigante artigo sobre a possibilidade dos princípios comportamentais servirem a propósitos revolucionários (Holland, 1973). Isto em contraposição às críticas predominantes no âmbito da intelectualidade progressista que associavam o behaviorismo unicamente ao serviço das

instituições governamentais e aos interesses das elites econômicas. Pessoalmente, estou muito grato por poder participar desta homenagem, não só devido à importância intrínseca do seu trabalho, mas também pelo muito que lhe devo no que se refere à elaboração da minha tese de doutorado (Sá, 1985).

A partir do reconhecimento da importância de Holland para o debate político na *Análise do Comportamento*, Sá retomou para o público da Revista diversos aspectos da sua tese, em especial a Cartilha de Contracontrole Social.

Ainda nesse artigo, Sá (2016, p.54) mencionou seus sentimentos em relação à Cartilha e a (pouca) recepção que a ferramenta recebeu: “me orgulho muito desta tentativa, embora admita que ela não tenha sido tão bem-sucedida quanto eu esperava”. Nessa mesma direção, D. Oliveira (comunicação pessoal, 2024, s.p.) asseverou que ele tem: “a impressão de que o Celso tinha uma expectativa muito maior dos impactos da tese dele na vida real, na própria organização da esquerda”. Ambas as colocações dão o tom de uma seção de revisão narrativa, na qual buscamos perceber a maneira pela qual Sá foi citado nas 24 ocasiões em que mencionamos, considerando que 40 anos separam as primeiras duas citações das demais.

As duas primeiras citações subsequentes à autocitação de Sá são breves e indiretas, aglutinando Sá com outros autores, incluindo Holland. A primeira é de Fernandes, Carrara e Zilio (2017, p.267), como observado a seguir:

O desenrolar da obra de Skinner culminaria com outras análises importantes de aspectos culturais (1971; 1978; 1987), além do trabalho de outros analistas do comportamento que já vinham atuando em possibilidades teóricas e práticas (e.g., Biglan, 1988; Biglan et al., 1984; Botomé, 1979; Holland, 1974; 1980; Kazdin, 1975; Sá, 1979; 1985).

A segunda é de Couto e Dittrich (2017, p.155), que diz:

Conforme apontado, a análise do comportamento apresenta, desde B. F. Skinner, uma clara preocupação com questões sociais. Tal preocupação se estendeu mesmo à

participação em movimentos sociais, conforme registrado em trabalhos de alguns autores (e. g. Sá, 1985; Holland, 1974/2016, 1978/1983).

Em direção similar, Rodrigues Neto (2018, p. 3) cita em suas palavras:

A obra “socialmente engajada” de Skinner foi fonte de interesse de outros autores dentro e fora da Análise do Comportamento e da Psicologia, rendendo análises, comentários e críticas, como as de Carrara (2015a), Freedman (1976), Prileltensky (1994), Sá (1979), entre outros.

As primeiras citações diretas mais robustas e em maior número às obras de nosso recorte de Sá, ocorre no livro “Contingencialismo, comportamento e políticas públicas”, de Kester Carrara, publicado em 2020. Ao todo, são 13 citações que referenciam à dissertação, a tese e ao livro *Psicologia do Controle Social*. Carrara (2020, p.162) destacou a relevância das contribuições de Sá para a Análise do Comportamento, particularmente no que diz respeito à aplicabilidade social dessa ciência:

De qualquer maneira, os sentidos em que esses termos serão utilizados não prejudicam fundamentalmente o exame das possíveis aplicações conceituais e tecnológicas que podem decorrer da utilização da Análise Comportamental da Cultura para o que Celso Pereira de Sá chamou apropriadamente de “aplicabilidade socialmente relevante” (1978, 1979, 1985, 1986, 2016).

Sá é reconhecido por sua proposta de "aplicabilidade socialmente relevante", termo presente no título de sua tese, mas que já vinha sido utilizado por meio de sinônimos desde sua dissertação, utilizado para conceber a utilização da Análise do Comportamento na promoção da justiça social e do planejamento cultural.

Além disso, o trabalho de Sá é mencionado como exemplo de como a Análise do Comportamento pode atender às demandas de sociedades democráticas, ao considerar tanto aspectos éticos quanto o impacto das políticas públicas. Incursão essa reconhecida como complexa tanto por Sá (1985) quanto por Carrara (2020, p.178):

Não se trata, portanto, de tarefa simples, não pelo fato de que uma série de etapas precisa ser atentamente acompanhada, mas pela razão maior de que, embora umas tantas recomendações possam ser seguidas como “regras gerais”, cada projeto é, em si, um novo empreendimento, cujas peculiaridades são dadas por áreas diferentes, dirigentes e usuários motivados por dimensões distintas da vida social e obstáculos a serem enfrentados que variam de projeto para projeto. De qualquer maneira, a variabilidade não constitui um empecilho à execução de intervenções sociais que se constituem, como ressaltou Sá (1978, 1979, 1985), em “aplicabilidade socialmente relevante” da Análise do Comportamento a questões sociais, em busca de contribuir para uma sociedade sustentada pela justiça social.

A recuperação do termo “aplicabilidade socialmente relevante”, cunhada por Sá, parece carregar também outra discussão realizada pelo autor, e que parece ser uma questão de interesse da atual da Análise do Comportamento, abordado em tópicos que envolvam a política e a cultura:

Ter disponíveis os recursos para superar os obstáculos inevitáveis do planejamento cultural, como vimos antes, é um fato. Porém, uma palavra de cautela ainda é necessária para nos lançarmos ao que Sá (1978, 1985) designava como “aplicabilidade socialmente relevante”. (...) O fato de que estejamos argumentando em favor de que a Análise Comportamental da Cultura se consolida, na atualidade, como uma área preparada para entrar cabalmente no debate e nas aplicações dos princípios que extensamente pesquisou e faz avançar, não garante e absolutamente não significa que se tenha chegado, sequer de longe, a avistar os mais distantes e complexos cenários possíveis de organização social (Carrara, 2020, p.193).

A conclusão a que chega Carrara é a mesma a que Sá chegou em suas pesquisas de mestrado e doutorado quanto à capacidade da Análise do Comportamento de dar conta de fenômenos sociais, políticos e culturais e quanto a complexidade desta tarefa. Não se trata de comparar, no

entanto, os achados de Sá e Carrara, mas sim de compreender o contexto no qual as obras de Sá, publicadas há 47 anos, vêm sendo recuperadas nos anos atuais.

Nesse sentido, cabe dizer que a recuperação do trabalho de Sá parece ter relação direta com o aumento de interesse recente de analistas do comportamento em pesquisar e atuar sobre política, cultura e sociedade, ainda que as interlocuções com Sá que temos testemunhado nesses últimos anos sejam ainda tímidas. Nossa ênfase no período de meados de 2015 se dá pela percepção de que é um fenômeno coletivo ou em bloco (i.e., o acúmulo de publicações e iniciativas ao longo do tempo, pulverizadas por vários autores e regiões) e de que essa atividade passou pela recuperação de autores que já haviam trabalhado com tais temáticas anteriormente.

Nessa direção, Fernandes (2020, p.28) estabeleceu diálogo com as pesquisas de Sá e salientou que seu estudo possuía aspirações similares a do autor no que tange sua leitura interdisciplinar e a contextualização da Análise do Comportamento dentro do escopo da Psicologia Social:

O esforço analítico, o engajamento com outras disciplinas do campo e o ponto de vista que adoto neste trabalho partem do pressuposto de que a Análise do Comportamento tal como a tomo nesta tese é uma Psicologia Social e, além disso, se insere num quadro interdisciplinar amplo, no âmbito das ciências sociais. Novamente, essa postura não é exatamente uma novidade, porque já levada a cabo de maneira sistemática pelos trabalhos de Celso de Sá em seu esforço inicial de ampla popularização e politização do comportamentalismo radical e em seu esforço posterior de dialogar com outras perspectivas da área, como a teoria das representações sociais (1979; 1985; 2015; 2016).

Em conjunto, a pesquisa de Carrara (2020) e a proposta de Fernandes (2020) são as que mais realizaram interlocuções com o trabalho de Sá. Não só o número de citações nos indica tal

preponderância, mas também as diversas citações diretas, bem como colocações que afirmam inspiração ou influência direta do trabalho de Sá nas referidas pesquisas.

Conforme veremos mais adiante, fez parte do itinerário da dissertação de Sá a análise de sociedades totais (i.e., sociedades em que existe um forte controle social exercido pelos controladores) a partir da interpretação de duas obras literárias utópicas: 1984, de George Orwell (1949) e *Walden II*¹, de B.F. Skinner (1948). As análises de Sá sobre tais obras foram retomadas por Tamura (2021, p.83) em uma pesquisa que objetivou realizar uma interpretação epicurista da representação do que é considerado boa vida em *Walden II*:

A existência do Código em *Walden II* é outro ponto de assimetria com o Jardim. Frazier o descreve como um “código de condutas” (Skinner, 1948/2005, p. 95) passível de modificações cuja finalidade era descrever ações que favorecessem a vida em comunidade ou proibir ações que poderiam prejudicar a convivência. Sá (1979) argumenta que o Código não pode ser caracterizado apenas como lembretes dos comportamentos desejáveis e indesejáveis aos membros da comunidade. Segundo o autor, essas regras são imposições mantidas, em última instância, por controle aversivo. As citações de Tamura (2021) à Sá seguem o padrão da recuperação das análises do autor sobre a obra *Walden II*, em especial, sobre o funcionamento da sociedade utópica e o exercício de controle social, que ocorre pela disponibilização de regras e da apresentação de contingências aversivas pela não adesão das mesmas.

Dada a maneira com que os pesquisadores abordam os textos de Sá, compreendemos a necessidade de, em alguma medida, repassar o movimento de recuperação das acepções de Sá sobre política do conceito de contracontrole social e pelo debate do papel do analista do

¹ *Walden II* é um romance utópico escrito por B. F. Skinner e publicado em 1948. Naquela época, o livro causou polêmica pois a história gira em torno de um pequeno grupo de pessoas que visita uma comunidade experimental chamada *Walden II*. Essa comunidade foi fundada por um psicólogo chamado T.F. Frazier, que é o grande responsável por aplicar os princípios da Análise do Comportamento para organizar a vida social, econômica e educacional de *Walden II*. A comunidade funciona sem punições e sem uma hierarquia rígida de poder. As decisões são tomadas por especialistas (cientistas do comportamento) que observam e ajustam o ambiente para incentivar comportamentos desejáveis.

comportamento na transformação social. Em exemplo, no artigo de Flores Júnior, Barbosa e Laurenti (2021, p.214), a abordagem destes sobre o conteúdo de Sá passou pela retomada da acepção política e psicológica do controle social, uma vez que esse conceito é originário das Ciências Sociais.

O contracontrole, por sua vez, é caracterizado como comportamento que tem como efeito inviabilizar uma determinada relação de controle. Na acepção de contracontrole social proposta por Sá (1985), as relações enfrentadas dizem respeito especificamente ao controle exploratório sofrido pela comunidade ou pessoa que se comporta. O tema encontra ampla discussão sobre sua natureza política em autores como Holland (1974/2016) e Sá (1985), comumente trazendo ao debate comportamentalista a possibilidade de uma orientação à resolução de problemas sociais por meio da ação popular, escapando de tendências a dar centralidade à figura do(a) especialista nesse processo.

O diálogo com a disciplina de Ciências Sociais também foi objetivado por Fernandes (2022, p.17), em clara influência de Sá:

Em outras palavras, a contribuição comportamentalista para o campo remete ao que Sá (1979) chama de “uma Psicologia social para a sociologia” ou, adaptando a proposta aos termos deste trabalho, um modelo psicológico para a análise política e de políticas. De certa forma, o exercício de diálogo desenvolvido neste trabalho se assemelha mesmo ao trabalho de Sá (1979), que leva ao diálogo a Sociologia e a Análise do Comportamento em seu exame do “controle social”. O movimento proposto foi o de ir ao encontro da literatura temática e compreender seus modelos explicativos para o que é o Estado e para o que são e como funcionam políticas públicas.

Em direção similar, Paixão Júnior (2022, p.310) avaliou que a recepção dos esforços interdisciplinares de Sá é tida como baixa, uma vez que

houve esforços acadêmico - conceituais em aproximar nossa comunidade verbal às demais ciências humanas. Celso Pereira de Sá (1979, 1984) buscou aproximar a análise do comportamento da emergente Psicologia social crítica, das décadas de 1970 e 1980, no entanto seus esforços não foram o suficiente para consolidar um campo de pesquisa.

A interpretação política do contracontrole social reaparece nas pesquisas de Cicotte (2022) e Bruno (2023). No primeiro caso, Cicotte (2022) buscou realizar uma arqueologia do conceito de contracontrole, debruçando especialmente sobre a definição feita por Sá desse conceito e explorando a impressão que os entrevistados por Sá obtiveram de sua Cartilha de Contracontrole Social. Cicotte (2022, p.97) julga que a definição de contracontrole social de Sá:

não permite uma interpretação estritamente topográfica, ou seja, olhar apenas a topografia, forma do comportamento e não sua função, da ideia de contracontrole social. O caráter funcional da definição se destaca em relação à interpretação topográfica, fazendo com que o recorte da análise seja mais nas consequências dessas classes de respostas, do que na resposta propriamente dita. Esse ponto parece permitir uma ampliação do que se poderia entender por uma estratégia de contracontrole do que as velhas e clássicas formas descritas por Skinner (1974, 2005a).

Já na pesquisa de Bruno (2023) o objetivo era realizar uma revisão do conceito de contracontrole social para analisar os Conselhos de Saúde como instâncias de contracontrole social da população no Sistema Único de Saúde (SUS):

Além disso, através da descrição ampla do controle exercido pelos Conselhos de Saúde é possível identificar que algumas estratégias para melhorar a efetividade do contracontrole descritas anteriormente estão presentes nos conselhos, como: a institucionalização do contracontrole (Sá, 1983); a formulação da noção de controle pela população (Sá, 1985); e a utilização da análise do sistema social para controlar o comportamento dos agentes controladores (Holland, 1980; Sá, 1983) (p.108).

A autora se apropria do trabalho de Sá principalmente para aprofundar o conceito de contracontrole social no contexto das políticas públicas e da Análise do Comportamento. Ela utiliza as contribuições de Sá como base teórica para explorar como respostas de contracontrole podem ser emitidas por indivíduos e grupos, especialmente em situações marcadas por desigualdades de poder.

Bruno (2023) realizou uma apropriação profunda do trabalho de Sá para descrições de diferentes tipos de controle social que podem evocar contracontrole – controle aversivo e controle exploratório – e aplica essas definições ao cenário dos Conselhos de Saúde do SUS. A Cartilha de Contracontrole desenvolvida por Sá é mencionada como um exemplo de instrumento que visa empoderar a população ao explicitar os mecanismos de controle social e sugerir caminhos para enfrentá-los. Assim, a autora conecta essas ideias ao seu objetivo maior de analisar como o contracontrole pode ser uma ferramenta para a transformação social e a participação política no SUS. De forma geral, a autora utiliza o trabalho de Sá não apenas como referência teórica, mas como um guia prático e crítico para interpretar e propor estratégias de contracontrole em um contexto de análise política e comportamental.

Outra apropriação dos trabalhos de Sá, dessa vez voltada para a análise institucional ou de agências de controle, foi empregada por Rodrigues Neto (2023) em uma pesquisa buscando analisar o sistema penal a luz dos princípios da Análise do Comportamento. Para tanto, o pesquisador abordou o trabalho de Sá em relação às suas análises sobre o funcionamento de instituições totais, bem como as críticas empregadas por Sá sobre a atuação de psicólogos comportamentais na docilização dos sujeitos internos do sistema penal.

Sá (1979) conclui que o uso prioritário de controle aversivo pelas instituições totais mesmo com subprodutos duradouros indesejáveis e efeitos dissuasivos temporários se dá pela facilidade de implementação de contingências de punição e reforço negativo e pela ausência de preocupação dos agentes de controle com efeitos duradouros e com o bem-estar dos alvos desse tipo de intervenção. Além disso, Sá (1979) faz uma

apreciação crítica do uso de reforçadores positivos tangíveis nesse tipo de instituição, que é acompanhado de contingências aversivas, com punição e privação extrema, além de não se pautar em reforçadores generalizados associados a interações humanas ricas (Rodrigues Neto, 2023, p.41).

O autor utiliza essa perspectiva para dialogar com a criminologia crítica e com o abolicionismo penal, adotando o trabalho de Sá como um elemento central para questionar os métodos tradicionais de controle social e propor alternativas baseadas nos princípios da Análise do Comportamento. Ele também explora o impacto do uso de reforçadores positivos em contextos institucionais, apontando que, embora potencialmente benéficos, eles muitas vezes são aplicados em combinação com contingências aversivas, perpetuando hierarquias sociais e reforçando dinâmicas de poder opressivas.

O trabalho de López (2023) faz apropriações do conceito de lugar de fala, de forma a dialogar com a teoria skinneriana do comportamento verbal, explorando suas implicações políticas. A autora argumenta que o comportamentalismo radical pode oferecer ferramentas filosóficas e conceituais para explicitar o controle social institucionalizado, exercido pelos discursos hegemônicos, e para explorar possibilidades de transformação a partir das margens. O trabalho de Sá é citado na tese de López (2023, p.223) como uma referência teórica importante para a análise da linguagem e do comportamento verbal:

Sá (1978) explica que a ruptura com o passado é uma forma eficaz de controle social, pois impede que pessoas e grupos tenham acesso às contingências históricas que poderiam ajudá-los a descrever melhor sua localização nas estruturas de poder e, em consequência, a agir mais efetivamente no presente. Nesse mesmo sentido, o feminismo negro tem denunciado o apagamento da história do povo negro escravizado, mostrando que esse movimento se trata de um esforço deliberado de manter esse grupo social num lugar de subordinação e alienação.

A autora dialoga com Sá principalmente na sua interpretação do comportamento verbal, que destaca a função social e cultural do comportamento verbal, além de seu papel na mediação das interações humanas. Nesse sentido, López (2023) se apoiou em Sá para reforçar a visão de que o comportamento verbal é uma prática cultural e política, fortemente influenciada por relações de poder e por contextos sociais mais amplos. A contribuição de Sá é apropriada para demonstrar que os discursos e silêncios não são apenas fenômenos individuais, mas também estruturais, conectados a dinâmicas históricas e culturais que configuram as relações de dominação e resistência.

Já o ensaio teórico de Neumann e Rondini (2023) objetivou refletir sobre a homoparentalidade e a diversidade no ambiente escolar, em relação ao comportamento de sensibilidade. As contribuições de Sá para tal reflexão aparecem na apresentação da escola como uma agência de controle, na qual a sensibilidade e a imaginação de um mundo melhor, isonômico e pautado pelo amor, seria uma forma de contracontrole social para a existência e o exercício da homoparentalidade:

As propostas de adoção do projeto de educação das sensibilidades por psicólogos inseridos no contexto da Lei Federal nº 13.935 podem tomar diversas formas. Abib (2010) destaca um possível repertório capaz de contribuir para educar as sensibilidades: fazer uso da imaginação. Imaginar um mundo pautado pela igualdade, pela alteridade, pelo amor aos seres humanos e suas realizações e pela justiça são comportamentos que podem educar as sensibilidades para a construção da sensibilidade cultural forte. Tornar presentes contingências futuras é um princípio para a mudança social (Sá, 1985) e um fator pelos quais os grupos éticos exercem seu controle (Skinner, 1987). Usar a imaginação com essa finalidade pode ser um possível caminho a se seguir no planejamento de ambientes sociais (Neumann & Rondini, 2023, p.307).

Nesta pesquisa, os autores apontam que o psicólogo pode contribuir para aprofundar a compreensão sobre como comportamentos homofóbicos são adquiridos e mantidos, além de

propor estratégias para combater preconceitos relacionados à homossexualidade e à homoparentalidade. Esse entendimento pode auxiliar na capacitação de educadores para lidar e dialogar com os alunos sobre essas questões, além de planejar métodos de ensino que incentivem os alunos a reconhecerem as consequências de suas ações, tanto imediatas quanto a longo prazo, quando agem de forma empática, respeitosa e justa com seus colegas, promovendo, assim, uma maior sensibilidade cultural.

O panorama traçado pela visita às citações das três obras de Sá nos direciona para a percepção de que a recuperação do trabalho de Sá ocupou funções diversas nos textos que o citaram. Em termos de classificação, percebemos o seguinte padrão nas citações: a) função de demarcar algum autor analista do comportamento que já tenha publicado trabalhos com o escopo político, social ou cultural; b) sinalizar a existência de um projeto político progressista ou à esquerda na Análise do Comportamento; c) aproximar a Análise do Comportamento da Psicologia Social; d) interpretação de fenômenos sociais atuais a partir do conceito de contracontrole; e) retomada de especificidades – análise de *Walden II*; opinião sobre controle de fichas; análise de sociedades/instituições totalitárias.

Outro ponto é que muito embora tenhamos narrado o aumento de interesse de analistas do comportamento em questões políticas, sociais e culturais a partir de 2015, as citações à Sá permanecem esparsas até o ano de 2020. O Gráfico 1 apresentado a seguir, nos mostra a relação entre o número de citações a uma das três obras de Sá e os anos das publicações. Nota-se que de 2020 a 2024 as citações aumentaram substancialmente, em especial nos anos de 2022 e 2023. Esses números indicam crescente interesse no autor, algo que pode ou não se manter a partir de 2025.

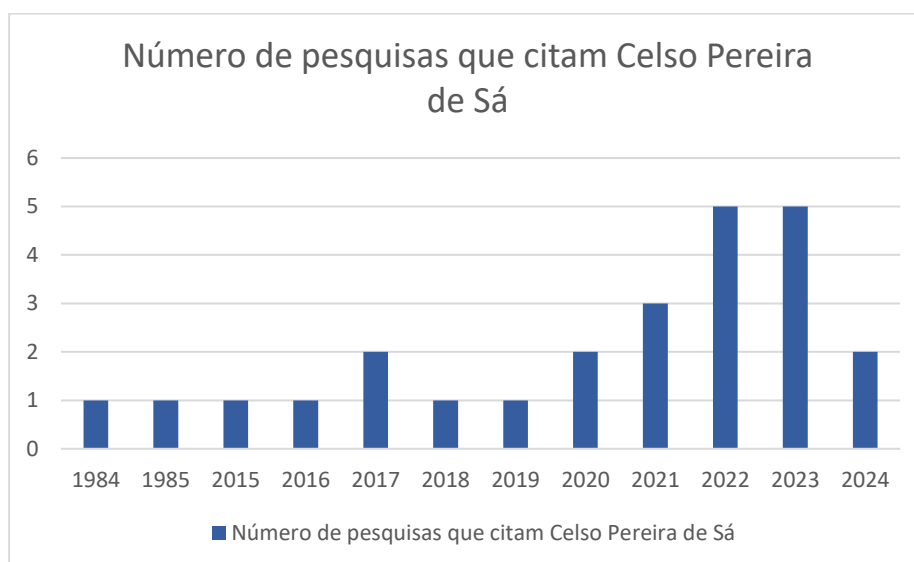


Gráfico 1: Pesquisas que citam Celso Pereira de Sá (fonte: autora, 2025).

É nesse contexto atual que voltamos nossa atenção para o passado, buscando observar a trajetória intelectual de Sá, especialmente na ocasião de seu mestrado e doutorado. Como uma pesquisa de escopo historiográfico, trataremos de contextualizar a ocorrência de um fenômeno do passado de maneira mais próxima possível de como se supõe que ele tenha se dado (Massimi, 2010). Nesse sentido, ainda que tenhamos levantado um interesse contemporâneo de analistas do comportamento na esfera política, social e cultural e, que essa demanda guarde considerável semelhança com as ações de Celso Pereira de Sá neste campo disciplinar no passado, é necessário pontuar que esta pesquisa se trata da atualização dessas temáticas às demandas do presente. Isto é, ainda que autores do presente recuperem aspectos da obra de Sá com funções diversas, veremos que o contracontrole social, a Cartilha ou as análises sobre planejamento cultural não são, do ponto de vista historiográfico, necessariamente os mesmos objetos quando abordados no presente. Assim, assumimos um compromisso com o passado, no exame dos compromissos históricos e intelectuais que se deram na elaboração de uma dissertação e de uma tese as quais pertencem a um conjunto de ideias de um autor em particular, sem deixar de lado o fato de que se trata de um recorte interpelado no momento contemporâneo.

Como pudemos perceber, a circulação da dissertação, da tese e do livro *Psicologia do Controle Social* está conectada com problemáticas do presente, tais como os debates feministas e de gênero, leituras afirmativas para populações negras e LGBTQIAPN+, dentre outros. A baixa circulação de tais produções pode ser explicada pelo desconhecimento histórico da obra de Sá por parte da comunidade científica. Entendemos por “desconhecimento histórico” como a possibilidade de que setores da comunidade científica não terem tido acesso ou contato com estas produções. O que parece ter sido o caso até sua “redescoberta” recente desde o número especial da RBTCC, no entanto, salientamos que é necessária uma revisão sistemática para avaliar se a baixa circulação das produções de Sá se deve ao desconhecimento histórico ou a uma rejeição teórica de seus pares. Como optamos por realizar uma revisão de escopo narrativo como forma de averiguar de forma simples a circulação de Sá desde suas primeiras publicações, sugerimos que a confirmação da hipótese de desconhecimento histórico seja mais bem avaliada por pesquisas futuras.

3. OPERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA: DOCUMENTOS E VOZES EM CONVERGÊNCIA

Como já demonstrado no primeiro capítulo, retomamos a questão de que situamos esta pesquisa na intersecção entre a História Social da Psicologia (Portugal, Facchinetti & Castro, 2018), História Intelectual e dos Intelectuais (Roiz, 2017) e História Oral (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998). Nos apropriamos do delineamento teórico-metodológico destas áreas da História das Ciências (Condé, 2017) com o intuito de realizar uma análise documental da dissertação e da tese de Celso Pereira de Sá, bem como dos condicionantes históricos e sociais implicados na escrita destes documentos.

Partimos da História Social da Psicologia para estipular dois aportes teóricos e metodológicos, sendo: 1) de que “a história deve ser a história da práxis, e por isso deve recuperar a atividade humana no convívio social, pois é aí que a história se faz” (Campos, 2008, p. 98); e 2) de que a atividade humana no convívio social do passado pode ser decomposta por sujeitos e suas trajetórias em um espaço de tempo. Ambos pressupostos, apesar de partirem da História Social da Psicologia, encontram imbricações com a História Intelectual e dos Intelectuais e com a História Oral. Nesse sentido, para melhor elaboração das próximas etapas da pesquisa, entendemos a necessidade de revisar esses campos do conhecimento.

História Social da Psicologia

A História Social da Ciência enfatiza os fatores externos à ciência, como o contexto social, político, econômico e cultural, argumentando que esses elementos desempenham um papel crucial no desenvolvimento científico (Kuhn, 1962; Koyré, 2011; Feyerabend, 2011). Críticas a esse tipo de análise foram extensamente exploradas na história da historiografia por aquilo que se convencionou chamar de internalismo (em contraposição ao externalismo da História Social). Os vieses são de que esse tipo de análise subestima a autonomia da ciência e reduz o progresso científico a meros reflexos de fatores sociais, culturais, políticos ou econômicos. Adicionalmente, essa perspectiva é frequentemente acusada de simplificar

excessivamente o papel das ideias, teorias e métodos científicos, tratando-os como inevitavelmente moldados ou determinados por contextos externos, em vez de reconhecer sua lógica própria e sua contribuição única para o conhecimento (Koyré, 2011). Parece haver uma importante consequência da ênfase de processos histórico-políticos na análise da atividade humana no passado; uma espécie de clivagem entre sujeito e sociedade, um assujeitamento dos processos históricos que parecem ser explicados por uma entidade social.

Nesse contexto, uma História Social da Psicologia auxilia na compreensão das maneiras pelas quais as ideias e objetos psicológicos se desenvolveram e mudaram ao longo do tempo e, por sua vez, influenciaram o próprio contexto em que surgiram (Campos, 2008; Jacó-Vilela et al., 2022). A História Social da Psicologia, então, pode ser utilizada para tecer considerações aos nossos objetivos de pesquisa de maneira a “colocar nomes e rostos em espaços que hoje são vazios” (Bock & Ferreira, 2001, p.8) e, portanto, pessoalizar as ações humanas no passado. Dessas considerações deriva nossa assertiva de que a atividade humana no convívio social do passado pode ser decomposta por sujeitos e suas trajetórias em um espaço de tempo, enfatizando que nossa análise se centra tanto em um produto teórico-conceitual (dissertação e tese) quanto em uma pessoa (Celso Pereira de Sá) em um íterim histórico, social e político (a ditadura empresarial-militar no Brasil).

História Intelectual e dos Intelectuais

A partir dessas considerações, chegamos em nossa conexão com a História Intelectual e dos Intelectuais, na medida em que analisamos um íterim da atividade intelectual de Celso Pereira de Sá. A História Intelectual e a História dos Intelectuais são campos interligados da historiografia, mas possuem ênfases distintas (Roiz, 2017). A História Intelectual dedica-se a investigar o desenvolvimento, a circulação e o impacto das ideias ao longo do tempo. Seu foco está nos sistemas de pensamento, suas origens e transformações, considerando também o

contexto político, social e cultural em que esses conceitos surgem e ganham significado.

Explora a maneira como ideias, discursos e teorias moldam e são moldados pelas mudanças históricas, destacando o papel dos textos, como livros e discursos, na construção do conhecimento e na promoção de debates.

Já a História dos Intelectuais concentra-se nas pessoas que produzem e disseminam essas ideias. Essa abordagem analisa quem são os intelectuais, como eles se formam, quais redes sociais e culturais os sustentam e qual é o impacto que exercem na sociedade. Além disso, investiga as instituições que possibilitam a produção e a circulação de suas ideias, como academias, jornais e associações científicas (Roiz, 2017). Para Campos (2017, p.56),

a ideia central parece ser a necessidade de superar as análises internalistas e as análises externalistas. (...) Assim, na avaliação de Dosse (p.298), ‘a história intelectual só parece fecunda a partir do momento em que pensa juntos os dois polos, ultrapassando essa falsa alternativa’.

Entendemos, pois, que a superação da dicotomia entre internalismo e externalismo, bem como os vieses da História Social da Psicologia são possíveis a partir da centralização de nossa análise no personagem de Celso Pereira de Sá, apropriando-nos também da História Intelectual e dos Intelectuais na busca pela compreensão de Sá como um intelectual brasileiro, que produziu sua dissertação e sua tese em um determinado contexto político e institucional da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, nos apropriamos também de estratégias biográficas, comuns em pesquisas no escopo da História Intelectual e dos Intelectuais, ajudando a revelar o contexto de vida dos intelectuais, incluindo sua formação, redes de sociabilidade, engajamento político e relações institucionais (Roiz, 2017). Por meio delas, é possível investigar como os intelectuais se posicionaram em momentos históricos cruciais e como suas escolhas pessoais e profissionais refletiram ou desafiaram as condições sociais, econômicas e culturais de sua época.

Nesse sentido, as biografias fornecem uma base para entender a gênese e a evolução das ideias em um nível mais pessoal, analisando como as experiências individuais de um pensador influenciaram suas teorias e produções. Por exemplo, momentos marcantes da vida de um intelectual, como exílios, perseguições ou envolvimento em movimentos sociais, muitas vezes, têm relação direta com a elaboração de conceitos e discursos. Geralmente, tais elementos podem ser encontrados em trabalhos autobiográficos, biográficos, entrevistas ou pesquisas que tenham explorado a trajetória de um intelectual. Em nosso caso, a proposta por uma biografia contextualizada, se alinha ideia de que “a biografia do autor é fonte para compreender a relação entre sua visão de mundo – e, por extensão, da visão de mundo de sua classe e de sua época e lugar – e o trabalho teórico” (Campos, 2008, p.102). Para construir nossa proposição, foi necessária a busca por fontes que narram elementos biográficos da vida de Sá, uma vez que essas informações não constam na dissertação e na tese do autor.

No nosso objetivo, temos alguns pontos de partida: o primeiro é um artigo publicado por Sá, em 2007, no qual o autor explorou informações autobiográficas para a composição da memória coletiva da constituição da Psicologia Social no Brasil. O artigo “Sobre a Psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais” (Sá, 2007) narra alguns acontecimentos na vida de Sá que interessam ao nosso escopo: o início da sua carreira como comportamentalista radical, as temáticas da dissertação e da tese, bem como a ocasião de defesa do doutorado, em que cita a participação de Silvia Lane e Carolina Bori.

Temos também a entrevista fornecida por Sá ao *Clio-Psyché*, em 2014, na qual novamente esses acontecimentos são narrados com um pouco mais de profundidade, uma vez que a entrevista, como um todo, centrou-se nas contribuições de Sá para a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Memória Social (Trzan & Degani-Carneiro, 2014). Por fim, informações mais robustas sobre a vida de Sá, desde sua infância e entrada na educação militar, até sua trajetória na marinha, para a posterior ida a Psicologia são retratadas na pesquisa de Machado (2022). Conforme o título já nos antecipa, a pesquisa “A Trajetória Intelectual de

Celso Pereira de Sá na Teoria das Representações Sociais”, resgata a memória de pessoas que foram próximas de Sá para construir a trajetória intelectual do autor na TRS. Muito embora existam tais materiais que possamos observar elementos que contribuam para nossa biografia contextualizada, faltaram elementos que pudessem nos auxiliar a respeito do início da carreira de Sá, uma vez que estes textos narraram ou rememoraram detidamente um período de vida de Sá diferente daquele que estamos pesquisando.

História Oral

Por esse motivo, nos utilizamos de estratégias da História Oral (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998) para recolher relatos de pessoas próximas a Sá que nos ajudassem a entender o cenário da escrita da dissertação e da tese do autor². É fundamental salientar que esta estratégia não estava prevista no pré-projeto da pesquisa, mas foi incorporada tão logo percebemos que as pessoas que foram próximas a Sá faziam relatos sobre o período que nos interessava nos momentos que, ocasionalmente, nos encontrávamos com eles (e.g. congressos, simpósios e outros eventos científicos da Psicologia). Percebemos, portanto, uma oportunidade de coletar mais informações sobre Sá e vimos na História Oral maneiras pelas quais poderíamos fazê-lo.

A História Oral se trata de um método de pesquisa que utiliza entrevistas para registrar narrativas de experiências humanas, transformando-as em fontes de conhecimento, valorizando o testemunho direto das pessoas sobre eventos vividos e considerando suas interpretações e memórias. As narrativas são vistas como reconstruções subjetivas, influenciadas pelo contexto do presente e pelas condições em que são narradas, reconhecendo-se que todo relato é moldado

² As entrevistas foram feitas no bojo do projeto guarda-chuva do professor orientador Rodrigo Lopes Miranda, o qual tem por objetivo historicizar atores e espaços marginais na Psicologia brasileira. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) identificada por CAAE 71735023.6.0000.5162.

por quem conta e por quem ouve. É especialmente relevante para dar voz a grupos ou indivíduos que, muitas vezes, ficam à margem da história oficial (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998).

Em nosso caso, parece-nos que ao menos o íterim inicial da trajetória intelectual de Sá esteve marginalizado na história do autor, uma vez que materiais sobre sua atuação na TRS e na Memória Social predominam na área. Nesse sentido, exploramos a memória e a interpretação de pessoas próximas a Sá, sobre o período inicial de sua carreira, especialmente em questões voltadas para o conteúdo e o contexto de escrita da dissertação e da tese do autor.

Fontes orais e textuais

Ao considerarmos que a História se ocupa das sociedades humanas ao longo do tempo, podemos recorrer a Bloch (1962) para pensarmos o que são as fontes para estudar esse campo. Para o autor, “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que faz, tudo o que toca pode e deve nos ensinar sobre ele” (p.66). Assim, fonte é “qualquer testemunha perceptível sensorialmente que nos dá notícia acerca da vida humana do passado” (Massimi, 2010, p.106). Se pensarmos no cotidiano científico que circunda a atividade intelectual de pesquisadores e coletivos de pesquisadores, as fontes também podem constituir-se por “trabalhos publicados, trabalhos não publicados, (...) correspondências pessoais, anotações, comunicações pessoais, autobiografias, entrevistas, fotografias, memorandos, atas de reuniões, gravações em vídeo ou áudio” (Cruz, 2006, p. 169). Ou seja, tudo aquilo que as diferentes comunidades científicas fazem e tocam poderiam nos ensinar sobre sua história. Uma fonte compreende qualquer relato ou testemunho que, ao ser registrado, contribua para o conhecimento e a análise do passado.

Esse conceito inclui as fontes orais - entrevistas gravadas, depoimentos e narrativas que documentam tanto os eventos vivenciados quanto as interpretações e os significados atribuídos pelos entrevistados (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998). A fonte oral é

resultado da interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que a caracteriza como uma construção subjetiva. A gravação do relato é considerada a base primordial, muitas vezes mais importante do que sua transcrição, pois mantém a integridade do diálogo e da memória. A subjetividade presente nas fontes orais não as invalida; pelo contrário, é essencial para compreender as visões e as experiências individuais no contexto histórico daquilo que se narra (Darahem et al., 2014; Freitas, 2006; Thompson, 1998).

Tais definições sobre o conceito de fonte nos dão subsídios para o trabalho, tanto com a dissertação e tese do autor, como com as entrevistas realizadas com pessoas próximas a Sá. Nota-se, portanto, que as fontes primárias necessárias ao objetivo estabelecido exigiram diferentes tipos de suporte para o andamento da pesquisa, já que algumas fontes eram orais e outras textuais.

Apresentamos na Tabela 1, a seguir, todas as fontes primárias utilizadas e demonstrando sua tipologia – se oral ou textual.

Tabela 1: Relação entre fontes primárias, tipologia das fontes, autoria e ano de publicação.

Fontes primárias e tipologia das fontes			
Fonte:	Autoria	Tipo:	Ano:
Aspectos psicológicos do controle social	C. P. Sá	Textual.	1978
Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O Comportamento Verbal, de Skinner	C. P. Sá	Textual.	1982
O intelectual na Sociedade de Massas	C. P. Sá	Textual.	1982
Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner	C. P. Sá	Textual.	1983
Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação	C. P. Sá	Textual.	1984
O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do RJ	C. P. Sá	Textual.	1984
Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular	C. P. Sá	Textual.	1986
Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo.	C. P. Sá	Textual.	1986
Comportamento verbal e literatura	C. P. Sá	Textual.	1987
Uma proposta de dupla fundamentação teórica articulada para a pesquisa-ação	C. P. Sá	Textual.	1988
Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do RJ.	C. P. Sá	Textual.	1990
Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement.	C. P. Sá	Textual.	1994

O Behaviorismo Radical de B.F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante	C. P. Sá	Textual.	1985
O estudo das representações sociais: uma contribuição à psicologia social no Nordeste	A. Arruda	Textual.	1983
A representação social da saúde num bairro de baixa renda de Campina Grande, Paraíba.	A. Arruda	Textual.	1985
Pioneiros: Eliezer Schneider.	A.M. Jacó-Vilela	Textual.	2001
Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais.	C. P. Sá	Textual.	2007
J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical.	C. P. Sá	Textual.	2016
O estudo das representações sociais no Brasil	C. P. Sá & A. Arruda	Textual.	2000
Transcrição de entrevista com Celso Pereira de Sá	A. Trzan & F. Degani-Carneiro	Textual.	2014
Celso Pereira de Sá: Um intelectual das representações sociais no Brasil	J. F. Machado	Textual.	2022
Entrevista Com Renato César Moller.	R. G. Alves	Oral.	2024
Entrevista com Ricardo Vieralves.	R. G. Alves	Oral.	2024
Entrevista com Denize Oliveira.	R. G. Alves	Oral.	2024

Fonte: autora, 2025.

Constituem-se nossas principais fontes: a dissertação, intitulada “Aspectos psicológicos do controle social”, defendida em 1978; e a tese, intitulada “O Behaviorismo Radical de Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante”, defendida em 1985. Cujas capas e sumários apresentamos nas imagens a seguir.



Imagem 1: Capa da Dissertação de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1978).

	iii.
I N D I C E	
Agradecimentos	iv
Sumário	v
Summary	vii
1. Introdução	1
2. O Controle Social nas Instituições Totais	19
3. O Controle Social em "1984" e em "Walden II"	36
4. O Controle Social na Vida Cotidiana	60
5. A Identificação de Controladores e Controlados	88
6. O Controle para a Mudança Social	110
7. Conclusão	148
Bibliografia	166

Imagem 2: Sumário da Dissertação de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1978)

A dissertação é composta por sete capítulos e possui o total de 166 páginas. Já, a tese de Sá é composta por quatro capítulos e possui 516 páginas, as quais foram divididas em três volumes.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O BEHAVIORISMO RADICAL DE B. F. SKINNER
E SUA APLICABILIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE

por

CELSO PEREIRA DE SÁ

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de

DOUTOR EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, novembro de 1985

Imagem 3: Capa da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)

S U M Á R I O	
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	vi
Summary.....	viii
INTRODUÇÃO.....	
1. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-ACADÊMICA DO BEHAVIORISMO RA DICAL EM B. P. SKINNER.....	16
1.1 - A história acadêmica pré-científica de Burrhus Frederic Skinner.....	16
1.2 - A primeira fase da história acadêmica <u>propria</u> mente científica de Skinner.....	23
1.3 - Uma segunda fase científica: a análise experi- mental do comportamento.....	37
1.4 - Da análise experimental do comportamento ao que o behaviorismo radical não é.....	53
1.5 - O behaviorismo radical como teoria científica do comportamento.....	78
2. A INTERPRETAÇÃO BEHAVIORISTA RADICAL DAS QUESTÕES HU MANAS E SOCIAIS.....	101
2.1 - O lugar do behaviorismo radical no contexto da filosofia da ciência.....	101

Imagem 4: Parte I do Sumário da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)

2.2 - As relações entre indivíduo e sociedade na perspectiva behaviorista radical.....	154
2.3 - A ética da intervenção behaviorista radical nos assuntos humanos.....	183
3. UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA APLICABILIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE DO BEHAVIORISMO RADICAL.....	220
3.1 - A aplicabilidade; considerações críticas gerais; delimitação dentro do quadro de referência skinmeriano; contextualização acadêmica preliminar...	220
3.2 - O problema; estado atual da questão; pressupostos teóricos específicos; formulação operacional e procedimentos metodológicos.....	269
3.3 - Os resultados; caracterização descritiva e classificatória; ilustrações comentadas; interpretação e previsão de desdobramentos da pesquisa.....	330
4. CONCLUSÕES.....	447
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	472
ANEXO I - SOBRE LARANJA MECÂNICA, O FILME	509
ANEXO II - CARTILHA DE CONTRACONTROLE SOCIAL.....	516

Imagem 5: Parte II do Sumário da Tese de Celso Pereira de Sá (fonte: Sá, 1985)

Entendemos por fontes secundárias, aquelas consideradas como materiais produzidos por outros autores que interpretam, analisam ou discutem acontecimentos, documentos e dados originais, servindo como mediação entre o pesquisador e as fontes primárias. Elas oferecem contexto, sínteses ou perspectivas críticas sobre o objeto de estudo, mas não são o registro

direto do evento ou produção original investigada (Cruz, 2006; Morris et al, 1990). Tendo isso em vista, apresentamos na Tabela 2, a seguir, todas as fontes secundárias utilizadas, demonstrando sua autoria e ano de publicação.

Tabela 2: Relação entre fontes secundárias, suas autorias e datas de publicação.

Fontes secundárias		
Título	Autor	Ano
A questão carcerária: Um problema técnico?	Menandro, P. R. M.	1984
Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Brasil: Um depoimento afetivo e acadêmico.	Sá, C.P.	2001
A sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: Um estudo conceitual.	Fernandes, D. M.	2015
Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo.	Couto, A. G., & Dittrich, A.	2017
Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura.	Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D.	2017
Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means.	Guerin, B. & Ortolan, M. O	2017
Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios	Mizael, T. M. & De Rose, J. C.	2017
Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica.	Mizael, T.	2018
Pressupostos científicos e propostas sociais em B. F. Skinner entre 1953 e 1960: Uma continuação de Andery (1990)	Rodrigues Neto, J. M.	2018
Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento	Pinheiro, R. & Mizael, T.	2019
Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento.	Flores Júnior, C. R. & Córdova, L. F.	2019
Contingencialismo, comportamento e políticas públicas: Uma análise do comportamento aplicada à sociedade	Carrara, K.	2020
Cultura, economia, educação, governo e política: um estudo de caso em Psicologia Social	Fernandes, D. M.	2020
Comportamentalismo radical, minorias sociais e a política da diversidade: Propostas de um campo emergente.	Flores Júnior, C., Barbosa, L., & Laurenti, C.	2021
A boa vida em Walden Two: Uma interpretação epicurista.	Tamura, N.	2021.
O conceito de contracontrole na Análise do Comportamento: Origens, transformações e possibilidades políticas	Cicotte, L.	2022
Estado, Políticas Públicas e Análise do Comportamento.	Fernandes, D. M.	2022
Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento.	Paixão Junior, F. D.	2022

Servirão os princípios comportamentais à criminologia crítica?	Rodrigues Neto, J. M.	2023
Lugar de fala e comportamento verbal: Uma análise comportamentalista da política da linguagem.	López, M.	2023
Contracontrole social e participação popular: Uma análise comportamentalista dos conselhos de saúde do SUS	Bruno, M. S.	2023
Homoparentalidade e sensibilidade na escola: um olhar sobre a diversidade.	Neumann, M. M. S., & Rondini, C. A.	2023

Fonte: autora, 2025.

Análise documental como procedimento

Realizar a análise documental de fontes primárias é estratégia bem estabelecida na pesquisa historiográfica (Cruz, 2006; Le Goff, 2002; Massimi, 2010). Como processo teórico-metodológico, pressupõe uma postura de aproximação do documento sem supor que seu conteúdo narra verdades absolutas sobre o passado (Massimi, 2010). Evidencia-se, assim, o caráter interpretativo da pesquisa historiográfica, uma vez que depende da análise que o pesquisador elabora sobre o que está e o que não está escrito, dos jogos de força que produziram e preservaram tais documentos para a posteridade (Le Goff, 2002). Esse tipo de procedimento também salienta o caráter autoral da escrita de uma história, visto que cada pesquisador narra determinados elementos, enquanto não narra outros. Isso se deve não apenas ao fato de o historiador estar sensível aos elementos de seu tempo – portanto, do tempo presente – quando ao fato de que os próprios registros do passado foram preservados por interesses dos sujeitos do tempo passado. Portanto, importante destacar que na História da Psicologia as condições de acontecimento³ dos fatos depende de elementos de duas temporalidades, a do evento e a do historiador.

³ Consideramos que nem todo evento do passado é um “fato histórico” *per se*. Ele precisa ser acontecimentalizado, ou seja, tornar-se notável por uma certa sociedade localizada tanto temporal como geograficamente. Será na operação historiográfica, no trabalho do historiador que o evento se torna acontecimento, a partir, portanto da inteligibilidade fornecida pela interpretação histórica (ver Mendes & Ribeiro, 2019).

Na direção da interpretação das fontes e da escrita de uma narrativa histórica, aderimos a noção de três níveis metodológicos, propostos por Rosa et al. (1996) para a pesquisa em História da Psicologia. Esses níveis são interconectados entre si e constituem-se por: (a) análise de textos ou de discursos – visando analisar a estrutura interna de textos ou de comunicações, categorizando-as e esquematizando-as; (b) análise biográfica do autor – com a proposta de analisar a trajetória, a produção e atuação de autores da Psicologia e suas respectivas contribuições; e (c) análise socioinstitucional – ou seja, análise de como certos discursos, práticas e teorias psicológicas se institucionalizaram ou foram impactados por instituições. É interessante notar que esses três níveis se expressam em conjunto na análise e interpretação das fontes, ao mesmo tempo, um destes pode ser mais enfatizado a depender do objeto da pesquisa, das fontes e do próprio paradigma historiográfico dos pesquisadores.

Percebe-se, nesse sentido, que a principal estratégia teórico-metodológica da historiografia depende da extração de informações e da análise do conteúdo de fontes primárias. Aqui, buscamos realizar a análise documental da dissertação e da tese de Sá, **isto é**, apoiados nos pressupostos teórico-metodológicos apontados no início desta seção, nos acercamos destes documentos para realizar uma “interpretação da significação histórica dos produtos epistêmicos que uma determinada ciência deposita ao longo de seu desenvolvimento e os vínculos conceituais que existem entre eles” (Rosa et al., 1996, p.73). Ou seja, abordamos as obras de Sá de maneira dialógica, questionando ao mesmo tempo o momento histórico em que o autor vivia, bem como nossas intenções no presente de recuperação e compreensão de sua obra. Dessa forma, buscamos compreender o que o autor expressava naquele momento, as aproximações e afastamentos teóricos com outros pressupostos bem como a influência de outros intelectuais em sua produção.

Para tanto, elaboramos um documento contendo dados gerais para a identificação do tipo do documento (dissertação e tese), incluindo suas respectivas datas de publicação, instituição de ensino e local de publicação. Neste arquivo, registramos impressões e análises da

estrutura argumentativa e do vocabulário utilizado no texto, buscando reconhecer os argumentos, os apoios teóricos realizados e intenções do autor. Ou seja, este arquivo serviu para “analisar as distintas condições de existência daquele texto: A que públicos se dirige? A quais objetivos visa alcançar? Quais valores culturais dominantes expressa? De que modo ele dialoga com outros textos de tradições semelhantes e diferentes?” (Jacó-Vilela et al., 2022, p.31).

Interpelados por tais colocações, buscamos construir uma análise crítica do texto, com base em suas posições teóricas e políticas, levando em consideração que suas escritas se deram em certo contexto histórico. A partir de então, procuramos refletir quais as funções que o texto desempenhou para a Análise do Comportamento e para a Psicologia Social; e se impactou ou ainda continua impactando o contexto social ou a campos do conhecimento ao qual está relacionado. Para construir uma biografia contextualizada, optamos por usufruir dos relatos fornecidos por pessoas próximas a Sá, partindo da consideração de Jacó-Vilela et al. (2022, p.28), de que uma pesquisa em História Oral “depende da produção intencional de uma fonte (relatos biográficos acerca de memórias), por meio das quais será construída a narrativa”.

Apesar da inicial ausência de intencionalidade em produzir tais relatos, percebemos que a figura de Celso Pereira de Sá, bem como as temáticas da sua dissertação e tese, foi um importante ponto de aproximação com pessoas que conviveram com o autor ao longo de sua vida e carreira acadêmica, e que, posteriormente, nos forneceram lembranças sobre experiências, situações e impressões sobre nosso personagem.

Assim, como procedimento, iniciamos com o pedido de autorização para gravar tais conversas em um arquivo de áudio, posteriormente transcritas e identificadas pelo nome completo dos relatores. Ao final de cada encontro, pedíamos verbalmente autorização para o uso do conteúdo em nossa pesquisa, bem como dados de contato, como e-mail e número de celular. No contato via e-mail, solicitamos novamente a autorização para o uso do conteúdo da entrevista na pesquisa, além de enviarmos o documento de transcrição, com instruções para

que as pessoas sinalizassem se desejassem suprimir ou complementar quaisquer informações. Nenhuma delas expressou o desejo de alterar os relatos que deram e todas autorizaram consentimento para o uso do conteúdo na pesquisa.

Os relatos ocorreram de forma semiestruturada, em que inicialmente foi explicado os objetivos da pesquisa, bem como o interesse por período específico da carreira de Sá. Optamos por iniciar apenas com o pedido genérico de que a pessoa relatasse tudo aquilo que lembrasse em relação à Sá, o que originou relatos tanto de convivência pessoal, quanto acadêmica. Utilizamos das anotações realizadas no arquivo da análise documental referente às fontes textuais, e das próprias informações fornecidas pelas pessoas, para fazer perguntas mais específicas, voltadas tanto para a biografia de Sá quanto para aspectos teóricos e sócio-históricos que circundaram a escrita da dissertação e da tese do autor. Cabe a menção de que foi preciso sensibilidade de aproximação e condução dessa etapa, considerando que o falecimento de Sá é um evento razoavelmente recente e que tais pessoas possuíam um forte vínculo com o autor em vida. Partindo dos mesmos pressupostos de análise documental previamente postulados, que compreende “que os depoimentos são também ‘documentos-monumento’, devendo, como tal, serem criticados e analisados em conjunto com outras fontes (orais ou escritas)” (Jacó-Vilela et al., 2022, p.28), as gravações dos encontros e suas respectivas transcrições foram tratados.

Tendo em vista que entendemos a fonte oral como documento-monumento (Le Goff, 2002), interpretamos as memórias dos participantes considerando as variáveis que produziram aquele relato, suas emoções e afetos em torno do que ocorreu e do que é narrado e as possíveis intenções no que é dito (e não dito). Ao fim, as interpretações extraídas destes encontros consubstanciaram as interpretações das fontes textuais e auxiliaram a compor um quadro geral da narrativa aqui empregada.

4. QUEM FOI CELSO PEREIRA DE SÁ?

Uma linha do tempo de trás para frente

Este capítulo tem por objetivo debater aspectos biográficos de Sá correspondentes ao período de mestrado e doutorado, como forma de compreender elementos de sua trajetória intelectual. De maneira pouco convencional, iniciamos nossa linha do tempo da trajetória de Sá de trás para frente. Essa inversão se dá por características próprias da carreira de Sá a qual se caracteriza por períodos de envolvimento com campos disciplinares que, no presente, encontram-se apartados em comunidades científicas específicas.

Apesar de nossa interpretação, de que as mudanças de área ao longo de sua trajetória não representam rompimentos ou afastamentos de uma ou de outra disciplina, percebemos que a historiografia da trajetória intelectual de Sá concentrou-se justamente em suas contribuições em abordagens específicas. É o que demonstram as pesquisas de Alves (2021) e Machado (2022) que, respectivamente, pesquisaram as contribuições de Sá para a Análise do Comportamento e para a Teoria das Representações Sociais (TRS). Adicionalmente, as atividades de Sá conectadas à TRS são mais conhecidas por atores da Psicologia no Brasil, isto é, para além da historiografia formal publicada sobre o autor.

Em uma linha do tempo marcada por contribuições à Análise do Comportamento, à TRS e à Memória Social, responderemos à pergunta: quem foi Celso Pereira de Sá? Buscando caracterizar o Celso Pereira de Sá das Representações Sociais e da Memória Social, pois sua trajetória integra a recepção, adaptação e difusão da TRS em território brasileiro, além de significativas contribuições para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde construiu grande parte de sua carreira. Sá dedicou sua vida acadêmica à pesquisa, ensino e administração universitária, marcando indelevelmente o desenvolvimento deste campo no país (Alves, 2021; Machado, 2022).

A despeito de qualquer afiliação teórica, é certo que Sá teve forte atuação política e institucional na UERJ. Onde o autor contribuiu para a criação do curso de Mestrado em

Psicologia e Práticas Socioculturais, que mais tarde daria origem ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Além disso, Sá exerceu importantes funções administrativas, incluindo a direção do Instituto de Psicologia e do Centro de Educação e Humanidades, e a vice-reitoria da UERJ. Nessas funções, desempenhou papel estratégico no fortalecimento da instituição, especialmente no campo da Psicologia Social e na formação de pesquisadores e profissionais (Machado, 2022).

Entre as décadas de 1980 e 1990, Sá dividia sua atenção entre a Análise do Comportamento e as Representações Sociais. Esta última foi introduzida no Brasil por meio da publicação do trabalho de Serge Moscovici (1925-2014), *La Psychanalyse, son image et son public*. Sá foi um dos primeiros a perceber o potencial da TRS para repensar a Psicologia Social no contexto brasileiro, que vivia um momento de crise epistemológica e metodológica, questionando as bases hegemônicas da Psicologia Social Experimental norte-americana (Sá, 2007; Sá & Arruda, 2000; Machado, 2022). A partir de então, Sá não apenas utilizou a TRS como referencial teórico em suas pesquisas, mas também desempenhou papel de destaque em sua difusão. Publicou diversas obras que se tornaram referências no campo, como *Núcleo Central das Representações Sociais* (Sá, 1996) e *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais* (Sá, 1998). Essas publicações foram fundamentais para estruturar a pesquisa acadêmica em TRS no Brasil e são, até hoje, amplamente utilizadas por pesquisadores e estudantes. Sua proximidade com figuras como Serge Moscovici (1925-2014), Denise Jodelet e Jean-Claude Abric (1941-2012) fortaleceu a inserção do Brasil nas redes internacionais de pesquisa em representações sociais (D. Oliveira, comunicação pessoal⁴, 2024; Sá, 2007).

⁴ A acepção de comunicação pessoal aqui, é entendida como qualquer informação obtida diretamente de uma fonte, mas que não está disponível para consulta pública, o que inclui correspondências via e-mail, mensagens em aplicativos de mensagens, conversas telefônicas, entrevistas não publicadas ou informais (quando não fazem parte de um projeto de pesquisa registrado e público), aulas ou palestras assistidas sem registro formal publicado e reuniões ou conversas informais (APA, 2022).

As pesquisas de Sá no campo da Memória Social são indissociáveis dos estudos de Representações Sociais. Para ele, ambas as dimensões estavam entrelaçadas, pois as Representações Sociais constituem narrativas coletivas que moldam e organizam o passado de maneira funcional ao presente (Sá, 2015). Baseava seus estudos em teorias clássicas de memória coletiva, como as propostas por Maurice Halbwachs (1877-1945), e expandia essas ideias ao relacioná-las com o arcabouço teórico da TRS de Serge Moscovici. Assim, Sá desenvolveu abordagens metodológicas que integravam análise qualitativa e quantitativa, empregando entrevistas, análise documental e observação participante para compreender as dinâmicas de reconstrução do passado (Sá, 2015).

Também enfatizou a importância de investigar as contradições e disputas internas às narrativas coletivas, reconhecendo a memória como um campo de conflito simbólico e proporcionando reflexões de como os brasileiros lidam com seu passado coletivo. Sá reafirmou a importância de compreender a Memória Social não como um depósito estático de eventos passados, mas como um processo dinâmico, que molda e é moldado pelas forças sociais e culturais do presente (Sá, 2015).

Institucionalmente, Sá foi crucial na formação de pesquisadores em TRS e Memória Social, tendo orientado uma geração de pesquisadores que hoje atuam em diversas instituições acadêmicas no Brasil (Machado, 2022). Sua atuação na organização de eventos acadêmicos, como congressos e simpósios, também foi essencial para a consolidação de uma comunidade científica de TRS e Memória Social no Brasil. Resultado disso é sua extensa produção acadêmica: foram identificadas 327 produções em seu Currículo Lattes⁵, incluindo artigos, capítulos de livros, livros autorais e apresentações em eventos científicos. Além disso, possuía um acervo documental composto por 4.900 folhas, o qual foi doado ao Laboratório de História

⁵ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1455543858431600>. Página acessada em 02/03/2025.

e Memória da Psicologia Clio-Psyché da UERJ, onde se encontra preservado e disponível para consulta de estudantes e pesquisadores.

O início e o meio

Celso Pereira de Sá nasceu em 8 de março de 1941, no Rio de Janeiro, em uma família de classe média, e vivia em um típico bairro suburbano. Cresceu com um irmão e conviveu também com três primos, que se juntaram à família durante sua infância. Sua ascendência portuguesa influenciou sua formação cultural, especialmente por meio da convivência com sua avó materna, que o inspirou a visitar a região de Trás-os-Montes, de onde seus bisavôs emigraram. Seu pai era contador e, embora sustentasse a família, não podia custear uma educação privada para todos os filhos. Assim, Sá e seu irmão optaram pela carreira militar, ingressando na Escola Naval do Rio de Janeiro em 1961 (Machado, 2022).

Ao fim do ensino básico militar, Sá iniciou a carreira como praça-aspirante na Marinha em 1961, instituição trabalhou por nove anos desempenhando papéis administrativos e de ensino, como a formação de recrutas. No entanto, sua relação com a vida militar não era marcada por entusiasmo. O ambiente hierárquico rígido e as exigências de conformidade eram incômodos iniciais, conforme rememorou Ricardo Vialves (comunicação pessoal, 2024, s.p.):

ele odiava a ideia de ter que dar ordem e ele dizia ‘o problema é dar ordem: se o cara não me obedecer, o que eu vou fazer? Eu não vou punir esse cara por não me obedecer. Principalmente se a minha ordem for idiota’.

A situação política do Brasil durante o regime militar, instaurado em 1964, foi outro fator que contribuiu para seu descontentamento. O envolvimento das Forças Armadas na repressão autoritária de civis o levou a questionar a compatibilidade entre seus valores pessoais e sua permanência na instituição. Adicionalmente, a personalidade de Sá não parecia

compatível com a vida e as práticas militares repressivas naquele período, conforme relatou Denize Oliveira, viúva de Sá:

Na verdade, não foi uma decisão, foi um processo. Um processo de conscientização que ele foi fazendo ainda estando na marinha, um processo de refinamento da visão de mundo que ele tinha. (...) O Celso sempre foi uma pessoa muito sensível, o Celso escrevia poesias. Ele nunca foi, nunca teve o perfil de um militar. (...) Ele se constituiu não pelo recurso que ele recebeu na formação. Ele acabou se constituindo pela oposição e pela crítica àquilo que ele tinha tido como formação (comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Durante seus últimos anos na Marinha, Sá começou a desenvolver um interesse crescente pela Psicologia por meio de sua primeira esposa, Maria Luiza Bustamante de Sá, na época estudante de Psicologia. Sá, então, passou a conciliar suas responsabilidades militares com os estudos em Psicologia e Sociologia, inicialmente de maneira autodidata até adentrar na graduação em Psicologia, em 1967, na Universidade do Estado da Guanabara (UEG – posteriormente renomeada UERJ) (R. Vialves e R. Moller, comunicação pessoal, 2024; Machado, 2022). Em 1974 ele deixou a Marinha, encerrando uma carreira estável, mas pouco satisfatória em termos de realização pessoal.

Em seu casamento com Maria Luiza, Sá teve dois filhos: Cláudio e Helio. Sua decisão de trocar uma carreira militar sólida pela Psicologia foi controversa na família de sua esposa, especialmente porque seu sogro, também militar, desaprovava essa mudança, também pela razão de que a carreira militar oferecia maior estabilidade financeira em comparação com a carreira em Psicologia, tanto para a sobrevivência como para o sustento de sua família. A decisão representou seu alinhamento com os ideais democratas que passaria a cultivar ao longo de sua vida acadêmica (R. Vialves e R. Moller, comunicação pessoal, 2024). Essa transição, de uma carreira militar para a Psicologia, não foi apenas um marco pessoal, mas também influenciou sua abordagem como pesquisador e professor, uma vez que nas suas temáticas de

pesquisa ao longo de sua trajetória intelectual transpareceram o compromisso ético-político com a democracia e a transformação social.

Durante o curso de graduação em Psicologia, Sá demonstrou grande afinidade por temas ligados à Psicologia Social, refletindo um interesse nas relações entre o indivíduo e o coletivo. Ele foi influenciado por Eliezer Schneider (1916-1998), professor de Psicologia Social, que se tornaria seu orientador no mestrado e doutorado. As aulas de Schneider enfatizavam uma abordagem interdisciplinar, conectando a Psicologia com as Ciências Sociais e Humanas, e utilizavam exemplos do cotidiano, como filmes e notícias, para ilustrar conceitos teóricos (Jacó-Vilela, 2001). Sá (2001, p. 44) credita este *modus operandi* de Schneider à sua formação comportamentalista de Mestre em Psicologia pela *State University of Iowa*, concluído em 1947:

A rigor, isto era típico do behaviorista mediacional, como Schneider gostava de frisar ao relatar o depoimento de Robert Sears, seu professor nos Estados Unidos, quanto ao fato de que, em certa época, Clark Hull tinha o costume de dar suas aulas com as obras de Freud à sua frente. Hull procurava, então, incentivar seus depois famosos discípulos a investir em um equacionamento experimental das formulações psicanalíticas (...).

Essa influência foi determinante para a formação de Sá como um psicólogo social que buscava integrar diferentes perspectivas teóricas. Após concluir sua graduação em 1971, Sá passou a ministrar aulas em diversos cursos de graduação em Psicologia do Rio de Janeiro, tais como, na Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE) e Universidade Gamma Filho. Em 1974, deu continuidade à sua formação acadêmica, ingressando no programa de Mestrado em Psicologia na Faculdade Getúlio Vargas (FGV), que, sob a orientação de Schneider, articulou o Comportamentalismo Radical de B. F. Skinner (1904-1990), e sua noção de controle do comportamento, com perspectivas sociológicas sobre o controle social, elaboradas por autores como K. Mannheim (1893-1947) e H. S. Becker (Alves, 2021).

Aqui, temos outro indicativo da influência direta de Schneider no trabalho de Sá, tanto a partir de sua escolha pela análise de uma das vertentes do Comportamentalismo, quanto pela forma interdisciplinar de realizar esta análise:

O behaviorismo do Celso o é Schneider. É a apresentação científica que o Schneider apresenta da teoria psicológica. O Schneider, como um behaviorista tinha a preocupação científica. Eles ficam muito próximos, o Schneider tem o Celso como filho. Se tornou um grande herdeiro, o que melhor entendeu, melhor estudou (R. Vieralves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Essa influência é especialmente interessante para o entendimento do *modus operandi* de Sá como também para a compreensão do contato inicial dele com matrizes comportamentalistas da Psicologia, tendo em vista a ausência de uma comunidade científica de Análise do Comportamento bem estabelecida no Rio de Janeiro:

Não, não tinha [Análise do Comportamento no Rio de Janeiro]. Na PUC, tinha o Bernard Rangé, que era bem mais jovem do que ele, um pouco mais jovem do que ele. No Rio de Janeiro, o Bernard Rangé na PUC e acabou, e o Schneider. Na USP, Carolina [Bori] (R. Vieralves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Nosso argumento é de que o fato de Schneider ter produzido reflexões afiliadas ao Comportamentalismo Mediacional de Clark Hull, contribuiu para que Sá tivesse acesso à leitura comportamentalistas e liberdade para eleger a vertente skinneriana como ponto de trabalho para o mestrado.

A dissertação, intitulada “Aspectos psicológicos do controle social”, foi defendida em 1978 e, posteriormente, transformada em livro pela Editora Achiamé, em 1979, com o título *Psicologia do Controle Social*. Neste ponto, Sá já acumulava algumas experiências como docente, proporcionando-nos duas histórias que retratam o perfil democrata do autor e de seu compromisso ético-político com pautas progressistas. A primeira delas se passa ainda na FAHUPE, instituição privada, cujo dono possuía conexões com a ditadura militar:

Quer dizer, ele vai pegando os empregos possíveis já como professor. Ele nunca clinicou, então vai pegando aula e vira um “peão de sala de aula”. Dá aula na Gamma Filho, dá aula na FAHUPE. É aí que ele começa a ter problema. Por quê? Ele se coloca sempre ao lado do campo democrático e se coloca do lado dos estudantes. E na FAHUPE ele é demitido por ter se colocado do lado dos estudantes, o que ainda deu mais confusão familiar porque era menos um dinheiro (R. Vialves e R. Moller, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Em sua homenagem, o Centro Acadêmico do Curso de Psicologia da FAHUPE passou a se chamar Celso Pereira de Sá. Esta primeira situação mostra-nos o comprometimento ético-político de Sá de maneira prática, mesmo diante de uma situação financeira frágil e perante o descontentamento de sua família com o abandono da carreira militar. Após a demissão da FAHUPE, Sá começou a ministrar aulas na graduação em Psicologia da UERJ, em 1977, em um momento em que a estabilidade no funcionalismo público havia sido suspensa pelo Ato Institucional N. 1⁶, algo que o regime ditatorial facilmente convertia em estratégia coercitiva de conformidade (Brasil, 1964). Neste cenário, nossa primeira história se entrelaça com a segunda e a fama de democrata de Sá o acompanhou até a UERJ:

A minha turma se recusou a ter aula com um professor de Psicologia Social porque era uma pessoa que havia indícios de que tinha participado do sistema de informações da ditadura. Nós nos recusamos aceitá-lo como professor e não deixamos ele entrar em sala de aula. Se criou um impasse. Porque o professor tinha sido designado para a minha turma e a minha turma se recusava a ter aula. E... Nesse impasse, eles viram que a gente não ia ceder. Estavam dispostos, inclusive, a ser todo mundo reprovado. Tem uma reunião com a diretora Yonne [Moniz Reis] e o Celso se oferece para ser o

⁶ Os Atos Institucionais foram decretos do regime empresarial-militar brasileiro que ampliaram os poderes do Executivo e limitaram direitos civis e políticos. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 1964, foi o primeiro e mais simbólico, permitindo a cassação de mandatos políticos, suspensão de direitos e demissão de servidores públicos. Ele inaugurou o processo de centralização autoritária e repressiva do regime. Esses atos não estavam subordinados à Constituição, o que consolidou um Estado de exceção.

professor da nossa aula, da nossa disciplina do qual nós aceitávamos, rapidamente, porque o Celso tinha tido... Era reconhecido como um democrata. Era reconhecido como uma pessoa fora do campo da ditadura, apesar de ter sido da marinha de guerra (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

A partir de seu perfil democrata e das posições que tomava, criou-se um vínculo com os estudantes que o respeitavam, não só pela fama de progressista, mas também pela erudição e pelo seu perfil renovador. Ao preparar as aulas de Psicologia Social, que havia se disponibilizado a ministrar no lugar do antigo professor, Sá apresentou um cronograma heterodoxo e com leituras atuais, incluindo seu texto dissertativo. Inclusive, seus alunos tiveram que preparar uma resenha crítica sobre o texto de “Aspectos Psicológicos Do Controle Social”, ocasião em que uma delas chamou a atenção de Sá:

Eu ia fazendo um texto profundamente crítico, só que eu fui lendo e a argumentação dele foi... Devastadora. Devastadora e me seduzindo. (...) Bom, termino o texto cheio de questões e achando que as argumentações que o Celso tinha apresentado eram absolutamente plausíveis e terminei dessa forma. Não tinha uma ideia do que, como, o professor ia avaliar um texto desse que, inclusive, começa esculhambando ele. Bom, o Celso me deu uma nota excepcional e me chamou para trabalhar com ele e eu faço parte, eu sou a primeira pessoa que vai trabalhar com uma iniciação científica com ele. Aí eu falei: esse cara é curioso (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

A iniciação científica da qual o entrevistado se refere já fazia parte do projeto de doutoramento de Sá, iniciado em 1979. Sua tese constituiu-se por uma robusta resenha das obras de Skinner, que foi base para o estudo empírico que, por sua vez, resultou na Cartilha de Contracontrole Social, um instrumento de educação popular de resistência à ditadura militar baseado, nos princípios do Comportamentalismo Radical:

Ele, assim, os olhinhos brilhavam quando ele falava da cartilha. Porque me parece que foi um produto que ele tinha uma expectativa muito grande de que ele pudesse ser

utilizado como instrumento de ação política. Aí sim, a questão política já é intencional e clara. Talvez na dissertação fosse alguma questão ainda ideológica, intencional, mas na tese ele tinha o desejo, isso ele próprio falou, de que essa cartilha pudesse efetivamente ser utilizada em processos de formação popular (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Intitulada “O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua Aplicabilidade Socialmente Relevante” (Sá, 1985), a tese foi uma continuidade do projeto de mestrado, já que previa a utilização da Cartilha de Contracontrole Social para construção de uma consciência dos processos de controle social e maneiras de exercer o contracontrole social. Podemos dizer que tanto o produto da Cartilha de Contracontrole Social, quanto a tese de Sá passaram por duros processos de avaliação. No primeiro caso, o intelectual e sua equipe de alunos selecionaram avaliadores do conteúdo e da efetividade da Cartilha, entre líderes comunitários, participantes de movimentos estudantis, do sindicato dos trabalhadores, representantes de associações de assistência social, de instituições religiosas e partidos políticos de ideologia socialista:

Acaba que a crítica que é feita pelas pessoas que participaram do estudo empírico foi de que a linguagem, ou seja, a forma de apresentação, de que era muito importante o instrumento, mas a forma de apresentação e a linguagem utilizada não seriam compreensíveis para utilizar em grupos populares (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Assim, a intenção da Cartilha de Contracontrole Social, bem como seu conteúdo psicológico foi parabenizado pelos participantes da pesquisa e sugeriram fortemente a revisão do vocabulário extremamente técnico empregado na ferramenta.

Em um segundo momento, outra árdua avaliação ocorreu no momento da defesa de sua tese na banca composta por Eliezer Schneider, Silvia T. M. Lane (1933-2006) e Carolina Martuscelli Bori (1924-2004). A participação de Bori foi destacada como algo marcante para Sá (2007) e para os ouvintes presentes naquele momento. Sá (2007, p. 10) narra que:

Carolina, por seu turno, que, como a “grande dama” da análise experimental do comportamento, eu esperava que fosse a minha mais explícita defensora, acabou por se mostrar a mais rigorosa examinadora, a ponto de um dos meus filhos adolescentes, Claudio, ter comentado que ela tinha querido “me arrasar”.

Similarmente às impressões de Sá, nosso entrevistado descreveu aquele momento:

Carolina, que veio para a banca dele e que foi duro. Na banca ela foi classificada como... Foi duro! Naquele tipo de operação que você diz que ele recebeu fogo amigo. Foi um exame duríssimo que o Celso passou na tese. E a Carolina da USP, ela... Caramba! (...) Foi longuíssima, foram 6 horas, 7 horas de defesa (R. Vieralves e R. Moller, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Por outro lado, a participação de Silvia Lane foi surpreendente, já que a psicóloga social fez diversos conselhos ao trabalho de Sá, valorizando os propósitos de sua tese (Sá, 2007).

Percebemos que as décadas de 1980 e 1990 são períodos que marcaram paulatinamente a passagem das pesquisas de Sá da Análise do Comportamento para a TRS. Isso porque, ao mesmo tempo em que temos a defesa de sua tese e publicações de cunho comportamentalista radical (Sá, 1982a, 1982b, 1983, 1984a, 1984b, 1985, 1986a, 1986b, 1987, 1990), temos também o início do interesse do autor pela TRS, que, curiosamente, se relaciona diretamente com sua afiliação comportamentalista radical:

Ele nunca deixou de ser behaviorista, tá? E ele sempre se considerou behaviorista. Com as suas contradições, porque ele sai da questão...E esse processo que ele vai para a representação, eu também fui junto. Foi aqui, nesse ano de 1984, 1985, que a gente foi junto. Mas ele vai para a representação e o estudo de representações, que estudamos juntos, por parâmetros behavioristas. Primeiro porque o estudo de representações, ele exige empiria. Ele exige o estudo empírico, quer dizer, não há possibilidade de fazer trabalhos em representação sem empiria, sem estudo empírico, ou querer achar. (...) Um estudo empírico atraiu o Celso. Segundo, eu tinha um objeto palpável e definido.

Terceiro, era observável. O estudo de representações não está dentro do sujeito, está no ambiente, está nas relações entre as pessoas. As três motivações eram behavioristas do Celso (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Dois anos antes do seu falecimento, Sá deu a mesma explicação e, de forma bem-humorada, esclareceu à Diego Mansano Fernandes que:

Na verdade, eu me interessei por essa teoria renovadora da Psicologia Social [TRS] porque via nela uma afinidade com as perspectivas skinnerianas sobre o comportamento social e em especial sobre o comportamento verbal. Há vários escritos em que eu desenvolvo essa argumentação. Recentemente fiz uma brincadeira com colegas, dizendo que o behaviorismo é como o Flamengo (time pelo qual torço), pois "uma vez behaviorista sempre behaviorista". (C. P. Sá, comunicação pessoal, 2014).

Apesar da afirmação de Sá de ter desenvolvido uma argumentação sobre a conexão da TRS com a Análise do Comportamento, encontramos apenas dois textos do autor em que essa afinidade é evidentemente explorada: 1) “Uma proposta de dupla fundamentação teórica articulada para a pesquisa-ação” (Sá, 1988); e 2) “*Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement*” (Sá, 1994).

Nesse sentido, vemos que a passagem que Sá de uma área à outra não foi uma ruptura no sentido do abandono de uma filiação teórica com um campo disciplinar para assumir outro. Do mesmo modo, sua passagem da TRS para as pesquisas em Memória Social também possuíram uma relação direta, sem que houvesse um abandono da TRS em prol da Memória Social. No entanto, tanto do ponto de vista do passado, quanto do ponto de vista do presente, a transição da Análise do Comportamento para a TRS parece mais peculiar do que a mudança da TRS para a Memória Social. Do ponto de vista do passado, a TRS e seu propositor Serge Moscovici não pareciam simpáticos ou teoricamente próximos à Análise do Comportamento. Adicionalmente, era um momento histórico-político em que a teoria skinneriana havia

adquirido a pecha de fascista, mantenedora do *status quo* e, no caso brasileiro, pró regime ditatorial. Mesmo assim:

Ele teve uma discussão com o Serge Moscovici em um seminário em 1998, teve um seminário prévio à primeira jornada internacional de representações sociais, que foi um seminário epistemológico com os grandes nomes da teoria de representações sociais que atuavam em teoria naquele momento. E a exposição do Celso foi exatamente buscando fazer, defender uma tese de que haveria ligações, complementariedade epistemológica entre o behaviorismo de Skinner (na leitura do Celso, obviamente) e a teoria de representações sociais. Eu estava presente, a reação do Moscovici foi absolutamente raivosa, raivosa de não aceitar, enfim, foi um momento muito interessante, importante, inclusive, desse seminário, porque deu para perceber bem qual era a reação de psicólogos sociais, mais à esquerda, quando se falava do behaviorismo, entendeu? Era o que o Moscovici expressou, claro que foi uma discordância, né? Como é que alguém pode falar que a teoria dele tem qualquer aproximação ao behaviorismo, quando ele propõe exatamente o contrário daquilo que se fala popularmente sobre o behaviorismo? (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Do ponto de vista do presente, a Psicologia Social (guarda-chuva disciplinar ao qual pertence a TRS no Brasil) e a Análise do Comportamento são tidos como opostos, tanto na prática quanto na pesquisa, encontrando-se apartados em eventos científicos, publicações e departamentos em instituições de ensino. Tanto que, já no final de sua vida, Sá foi estimulado a retomar a escrita sobre uma articulação entre a TRS e Análise do Comportamento, ideia que parece ter ficado “engavetada” desde o embate com Moscovici. Essa articulação parecia despertar a curiosidade de pessoas próximas a Sá ainda no presente:

Ele o tempo todo ele tentava fazer essa articulação do behaviorismo com as representações. Mais para o fim de vida dele, ele tentou construir uma ponte entre a teoria das representações e o behaviorismo radical de Skinner. Ele era Skinneriano.

Behaviorismo, por exemplo, era Skinner, não era outro autor. E até eu, o Renato, entusiasmos que ele fizesse isso. Até curioso para ver como é que ele ia montar. Mas ele conversa, e ele fala isso com o Moscovici que o responde até de maneira muito grosseira. Eu estava presente quando ele fez isso. E disse que não havia possibilidade nenhuma que o Celso não fosse por esse caminho. Eu falei: olha, não tem nada que obedecemos por vocês. Nós podemos fazer o que quisermos, entendeu? Tem aquela coisa também como ele gostava do Moscovici, uma relação muito próxima com ele – afetiva - ele não quis aumentar a confusão (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Outras variáveis atuaram na vida de Sá para a ocorrência de uma transição gradual da Análise do Comportamento para a TRS, para além das semelhanças teóricas percebidas por ele. Em uma linha do tempo paralela a de Sá e a defesa de sua tese, em 1985, temos a professora Ângela Arruda⁷, publicando, a partir de 1983, as primeiras pesquisas em TRS no Brasil (Arruda, 1983, 1985). Posteriormente, Ângela Arruda convidou Denise Jodelet para realizar um seminário em Campina Grande (Paraíba), ocasião em que Sá e outros entusiastas da nova abordagem estavam presentes (Sá & Arruda, 2000). Sá então convidou Jodelet para viajar até o Rio de Janeiro, estabelecendo assim uma conexão com a autora que, posteriormente, o apresenta a pesquisadores franceses (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024). Parece-nos, portanto, que, para além das semelhanças teóricas entre Análise do Comportamento e TRS sinalizadas por Sá, havia também uma efervescência de constituição de uma comunidade científica em TRS no Brasil e na América do Sul (Sá & Arruda, 2000), com características aglutinadoras das figuras envolvidas, algo que contribuiu para a adesão de Sá a TRS.

Adversamente, as características da comunidade de analistas do comportamento, caracterizada pela memória dos atores sociais daquela época, sinalizam um terreno pouco

⁷ Para maiores informações sobre a pesquisadora, consultar <http://lattes.cnpq.br/9599847497929702>.

profícuo para a permanência irrestrita de Sá na Análise do Comportamento. Conforme retratado, os indícios são de que havia pouca presença da Análise do Comportamento no Rio de Janeiro, com a indicação de dois personagens (para além de Sá) como analistas do comportamento: Eliezer Schneider e Bernard Rangé, ambos de gerações distintas da de Sá. Esse fator nos indica poucas condições de troca com pares e, portanto, poucas condições de fortalecimento da disciplina naquela região e de permanência de Sá na referida abordagem.

Outra variável a ser considerada é a ocasião da defesa de doutorado de Sá, em que uma figura pioneira da Análise do Comportamento brasileira (Carolina Bori) foi descrita como extremamente crítica e dura ao trabalho apresentado por Sá – algo relatado pelos três personagens ouvidos, além do relato do próprio autor. A postura extremamente crítica de uma figura relevante como Bori, pode ter causado certa sensação de rejeição em Sá da comunidade de analistas do comportamento ou, ao menos, ter sinalizado que sua inserção nesse coletivo seria árdua. Se observarmos o Currículo Lattes do autor, não temos indícios de que Sá tenha pertencido a essa comunidade: apesar dos títulos das obras descreverem indubitavelmente sua afiliação teórica à Análise do Comportamento, não vemos coautoria com pesquisadores desta área e nem participação em eventos acadêmicos da área. A primeira publicação do autor em uma revista específica da área foi feita postumamente, na Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) (Sá, 2016). Nesse sentido, é possível perceber que os trabalhos comportamentalistas de Sá foram limitados em termos de repercussão dentro da área. Sobre isso, D. Oliveira (comunicação pessoal, 2024, s.p.) explicou que:

Ele nunca comentou que tivesse tido algum contato importante [da Análise do Comportamento]. (...) Eu imagino que não, porque ele não cita. (...) Depois, aí já no período que eu estava com ele, já na década de 90, por aí, 2000, ele ficava muito feliz quando alguém se interessava por esse momento do trabalho dele. Ele ficava muito, muito feliz, como se ele se sentisse de alguma forma reconhecido. Então, o Kester [Carrara] fez contato com ele, num certo momento. Eu acho que até o convidou para

escrever alguma coisa, se eu não me engano. (...) Ele ficou muito contente de ter sido identificado, foi nessa época que ele veio e falou: “Olha, eu preciso resgatar os manuscritos da minha tese, a gente precisa... digitalizar”. (...) Já numa perspectiva bem mais atual, depois de 2000, 2010, nessa altura. (...) E agora foram grupos que acabaram descobrindo que em algum momento da vida o Celso tinha feito um trabalho nessa perspectiva e acabaram procurando o Celso e ele acabou ficando extremamente feliz com isso.

As características da trajetória intelectual de Sá, as quais buscamos apresentar neste capítulo, nos interpelam a compreender os motivos ou as circunstâncias de tais características. Em especial para o nosso escopo, o porquê do aparente “abandono” da Análise do Comportamento (que já defendemos, de antemão, que não ocorreu) ou o porquê da pouca aderência de Sá à comunidade de analistas do comportamento. No entanto, parece-nos mais acurado ajustar a pergunta, a fim de enfatizar uma visão sociológica de qualquer campo científico: por que a Análise do Comportamento (ou os analistas do comportamento) se apropriaram tão pouco da obra de Sá? Ou então, conforme o relato de D. Oliveira, podemos nos questionar: por que resgatar o trabalho de Sá no presente? O capítulo a seguir apresenta uma revisão narrativa das apropriações do trabalho de Sá ao longo do tempo, bem como caracteriza o movimento político-acadêmico recente.

**5. O QUE SERÁ O AMANHÃ? PLANEJAMENTO CULTURAL
DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA**

Em 1978, o desfile das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro ocorreu seguindo normas rígidas do governo militar brasileiro, algo constante desde o golpe de 1964 (Cruz, 2010; Oliveira, 2012). Naquela ocasião, a agremiação União da Ilha do Governador apresentou o samba-enredo “O amanhã”, cuja letra inspira o título deste capítulo, bem como nos direciona a compreender o *zeitgeist* brasileiro daquele momento. Na letra, vemos: “bola de cristal, jogo de búzios, cartomante. Eu sempre perguntei: o que será o amanhã? Como vai ser o meu destino?”. A retomada deste samba-enredo acompanha nosso argumento principal de que, naquele momento, havia um contexto histórico em que intelectuais, brasileiros e estrangeiros, estariam refletindo sobre o futuro da sociedade, em especial devido ao avanço da ciência e a crença de que a sociedade seria fundamentalmente transformada por ela. No caso brasileiro, soma-se isso à gradual passagem de um governo militar ditatorial para a constituição de um estado democrático de direito.

São muitas vezes perguntando “como será o amanhã? ”, ou ainda, “como será o Brasil do amanhã? ”. A letra do samba-enredo nos recomenda: “Responda quem puder! ”. Em nosso caso, nos responde Celso Pereira de Sá – autor que no início da carreira se dedicou a responder perguntas correspondentes à atuação psicossocial do analista do comportamento brasileiro. Nossos primeiros indícios são os resultados da análise das publicações em formato de artigo e capítulo de livro do autor, entre os anos de 1970 e 1990, em que observamos que Sá propõe uma Psicologia Social Comportamentalista Radical, como contribuição da Psicologia Comportamentista⁸ para a transformação social do Brasil (Alves, 2021). Essa proposição teórica compôs ativamente o espectro da atuação psicossocial do analista do comportamento brasileiro e derivam das perguntas de pesquisa de mestrado e doutorado do autor, bem como de aspectos biográficos diretamente conectados a estes pontos.

⁸ O termo “comportamentista” é sinônimo de “comportamentalismo”, que utilizamos no tempo presente para referenciar a escola psicológica cujo objeto de estudo é o comportamento. Ao longo deste capítulo, utilizaremos a grafia “comportamentista” como forma de respeitar a fonte primária.

Na abertura de sua dissertação, Sá (1978, p.1) descreveu “[uma] necessidade, já há algum tempo pessoalmente experimentada, de testar o alcance das proposições psicológicas de cunho comportamentista [sic] no trato de assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos” a qual estaria guiada pelo “desejo de escrever algo que respondesse ao apelo, frequentemente lançado aos estudiosos das ciências humanas, no sentido de que procurem diluir as fronteiras arbitrariamente levantadas entre as suas respectivas disciplinas (Gillin, 1954; Duchac, 1975; e outros)”. Nessa direção, parece-nos que Sá se preocupava com *o que seria do amanhã* brasileiro e sua camada *socialmente significativa*, considerando as possibilidades de aplicação da Psicologia Comportamentista para tal empresa. As primeiras perguntas levantadas por Sá foram: 1) A Psicologia Comportamentista consegue tratar de assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos? 2) É possível, ou necessário, a diluição de fronteiras disciplinares para debater tal alcance da Psicologia comportamental?

Similarmente no doutoramento, Sá (1985, p.6) expõe que a tese tem “seu objetivo terminal declarado, qual seja, a avaliação da efetiva aplicabilidade do behaviorismo radical, se não à solução, pelo menos a um equacionamento teórico útil de alguns dos mais sérios problemas sociais humanos”. Desta descrição, entendemos que a pergunta de pesquisa levantada por Sá seria: é possível produzir um comportamentalismo radical socialmente relevante? Em ambas as perguntas, que esclarecem os objetivos da dissertação e da tese, vemos dois elementos que parecem sinônimos, qual seja, um tratamento da Psicologia Comportamental para a solução de “assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos” e “dos sérios problemas sociais humanos”.

Apesar da aparência sinonímica entre os problemas aventados na dissertação e na tese, entendemos que ambos os documentos devem ser analisados inicialmente em separado, sob o risco de condensação de eventos diferentes do passado sob a mesma rubrica. Isto é, “assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos” pode referir-se a processos histórico-sociais condicionados ao período da escrita da dissertação. Igualmente, a solução “dos sérios

problemas sociais humanos” também pode atribuir-se a processos histórico-sociais marcados pelo período da escrita da tese. Portanto, nossos objetivos neste capítulo se direcionam a compreensão contextualizada da dissertação de Sá, dentro de um quadro historiográfico amplo da biografia do autor e de eventos históricos do Brasil e da Psicologia brasileira. Muito embora alguns elementos biográficos de Sá já tenham sido descritos em nosso capítulo inicial, outros pontos foram propositalmente deixados para esta ocasião de imbricação da sua trajetória de vida e intelectual, de forma a tornar evidente a relação de influência entre ambas.

O controle social em um Estado Totalitário: das instituições totais à utopia

Alinhavando a linha do tempo de Sá, a história brasileira daquele período, sabemos que Sá fez toda sua formação do ensino básico no Colégio Militar e, posteriormente tornou-se marinheiro, cumprindo atividades administrativas. Sá já vivenciava insatisfação com a incompatibilidade de sua personalidade com os preceitos da hierarquia militar (R. Moller, R. Veralves e D. Oliveira, comunicação pessoal, 2022). No entanto, o golpe militar de 1964 acentuou sua insatisfação com a vida militar, ao deparar-se cotidianamente com o apagamento das liberdades civis e individuais dos brasileiros.

O golpe empresarial-militar, ocorrido em 1964, no Brasil depôs o presidente João Goulart (Jango) e instaurou um regime autoritário liderado por militares até o ano de 1985. O início da ditadura militar brasileira foi o resultado de um longo processo de tensão política, econômica e social, agravado por disputas ideológicas no contexto local e global. A nível local, grupos conservadores como militares, empresários, grandes proprietários de terra e parte da classe média urbana, temiam as reformas de base⁹ propostas pelo então presidente Jango, que

⁹ As Reformas de Base foram um conjunto de propostas apresentadas pelo presidente João Goulart, no início dos anos 1960, com o objetivo de promover mudanças estruturais no Brasil e reduzir as desigualdades sociais. Elas envolviam: desapropriação de terras improdutivas próximas a rodovias, ferrovias e açudes e distribuição dessas terras para trabalhadores rurais, expansão do ensino público e gratuito, cobrança de impostos maiores sobre grandes fortunas e grandes propriedades. Ampliação do direito ao voto, incluindo o direito de voto para

incluíam mudanças na estrutura agrária, urbana e fiscal. Esses grupos viam as medidas como um risco à propriedade privada e associavam-nas ao avanço do comunismo na América Latina e no mundo (Delgado, 2009; Toledo, 2004).

O que se entendia por comunismo, de forma ampla e difusa, era sua associação a qualquer movimento, política ou ideia que desafiasse a ordem social tradicional e a propriedade privada. Para os militares e setores conservadores que apoiaram o golpe, o comunismo não era apenas uma ideologia marxista organizada, mas um inimigo interno e externo que ameaçava a soberania nacional, a moral cristã e a estabilidade econômica. Essa concepção, muitas vezes, misturava socialismo, sindicalismo, reformas sociais e, até mesmo, políticas nacionalistas como elementos subversivos (Cavalcanti, 2015; Mariani, 1996). O governo João Goulart, com suas propostas de reforma agrária, ampliação de direitos trabalhistas e maior autonomia econômica frente ao capital estrangeiro, foi enquadrado nessa lógica de ameaça comunista, mesmo sem evidências concretas de alinhamento com a União Soviética.

A Guerra Fria¹⁰ (1947-1991) acirrou ações de domínio (nas esferas econômica, política e social) em uma disputa polarizada entre a Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em busca de países aliados para a sustentação de seus respectivos regimes socioeconômicos (capitalismo e socialismo, respectivamente). O alinhamento entre URSS, China e Vietnã com Cuba passou a alardear uma vitória socialista na região da América Latina, o que fez com que todo este território se tornasse ponto de interesse dos EUA, buscando concretizar a hegemonia do sistema capitalista no mundo. Assim, o governo dos EUA fez sistemáticas contribuições para a ascensão de regimes ditatoriais na

analfabetos. Para maiores aprofundamentos sobre o tema, sugerimos a consulta à pesquisa “O projeto de nação do governo João Goulart: O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)”, de Moreira (2011).

¹⁰ A Guerra Fria foi um conflito geopolítico, ideológico e estratégico entre Estados Unidos e União Soviética, ocorrido entre o final da Segunda Guerra Mundial (1947) e a dissolução da URSS (1991). Sem confrontos diretos entre as superpotências, a disputa se deu por meio de corridas armamentista e espacial, propaganda, apoio a regimes aliados e guerras por procuração, como na Coreia e no Vietnã. O mundo ficou polarizado entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o socialista, liderado pela URSS, em uma constante tensão marcada pela ameaça nuclear.

América Latina, com a justificativa de que possuíam como inimigo comum a ameaça do comunismo (Gesteira, 2014). No caso brasileiro, a Guerra Fria foi contexto para a justificativa da tomada do poder pelos militares, como uma necessidade de salvar o país de tal ameaça, que estaria sendo subsidiada pela URSS.

É neste cenário de polarização da Guerra Fria e dos dois primeiros períodos da ditadura militar brasileira em que situamos o início de nossa análise da trajetória intelectual de Sá. Após o golpe de 1964, se deu a tentativa de legalização do regime autoritário pelo exercício da presidência do general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967). O mandato, que durou até 1967, foi caracterizado pela publicação dos Atos Institucionais de número 1, 2, 3 e 4, responsáveis pela extinção de partidos, pela adoção de eleições indiretas em todas as instâncias e pela revogação da Constituição Federal de 1946. Posteriormente, temos o início dos chamados Anos de Chumbo (1968-1974), período marcado por um forte endurecimento do regime e intensa repressão política durante os governos dos generais Artur da Costa e Silva (1899-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), presidentes do país entre 1967 a 1969 e 1969 a 1975, respectivamente. Um marco deste período é o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspendeu liberdades civis, permitindo o fechamento do Congresso, a censura à imprensa, a cassação de mandatos políticos, a prisão sem mandado judicial e a tortura de opositores. Esse ato ampliou o poder do presidente e eliminou quase todas as formas de resistência legal ao regime (Cordeiro, 2009; Gaspari, 2016).

Nossa retrospectiva pela história do Brasil serve para nos posicionarmos na linha do tempo de Celso Pereira de Sá, para visualizarmos que sua entrada na marinha como praça-aspirante, em 1961, se deu no mesmo ano da eleição de Jango para presidente e momento de polarização política global da Guerra Fria. Uma breve lembrança da história da Psicologia brasileira também se faz aqui necessária: enquanto Sá dava início a sua carreira na marinha, a Psicologia dava início à sua vida como profissão e formação reconhecidas no país, estabelecidas a partir da Lei nº 4.119, de 1962 – muito embora cursos de graduação em

Psicologia já existissem desde 1953. Igualmente, o contato de Sá com a Psicologia até o início de sua graduação, em 1967, tem como pano de fundo o golpe de 1964 e o período inicial do regime militar no Brasil.

No entanto, parece-nos que o maior impacto do regime militar para a análise dos nossos objetivos específicos deste capítulo se dá no período dos Anos de Chumbo, íterim no qual Sá experienciou o descontentamento com a carreira militar e com o regime totalitário:

Me pareceu que a violência que ele percebeu e que foi muito explícita durante o regime militar dizia mais respeito a uma violência psicológica para ele, não foram fatos de repressão contra ele, por exemplo. Alguns sofreram, foram presos e tal, não era o caso do Celso, o Celso sempre foi uma pessoa muito regrada e se por um lado ele tinha críticas às forças armadas, ele foi vendo dentro das forças armadas como o regime militar foi se estruturando, porque ele estava lá antes do regime militar, então ele foi vendo como esse horror que aconteceu no Brasil foi se estruturando lá dentro das forças armadas. E para ele, do ponto de vista psicológico, de visão de mundo, de uma posição ideológica que não era na época ainda uma posição de esquerda, mas já era uma posição contra o que ele estava vendo que estava acontecendo com o Brasil, quer dizer, antidemocrática, autoritária (...) (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Parece-nos que esses elementos influenciam fortemente as escolhas teóricas de Sá para sua pesquisa de mestrado, que envolveu a análise do fenômeno sociológico do controle social, cuja síntese teórica deveria ser testada pela Psicologia Comportamental.

Aqui, utilizamos o termo síntese na direção de uma interlocução entre duas disciplinas (Sociologia e Psicologia Comportamental) para se chegar a um elemento final que não pertence exclusivamente a uma área ou outra. Esse elemento final e sintético, no entanto, não incorre na extinção das disciplinas que o originaram como seria no caso de uma síntese dialética. Na direção desta interpretação, Sá (1978, p. 1) assevera que:

Creio firmemente que os esforços mais produtivos para a diluição das fronteiras entre dois empreendimentos culturais como a Sociologia e a Psicologia, dados os seus status autônomos atuais, serão aqueles que proporcionem uma familiarização e uma articulação compreensível de ambas as ordens de proposições teóricas, e não os que busquem assimilar uma à outra ou propor alguma síntese prematura.

Apoiam também esta interpretação as apropriações de sociólogos como John Gilling (1912-1984) e René Duchac¹¹. Na obra, citada indiretamente por Sá, Gilling (1954, p.4) afirma:

Acreditamos que uma melhor comunicação da teoria e do conhecimento existentes entre diferentes disciplinas não apenas abrirá caminho para uma abordagem mais abrangente dos problemas humanos, mas também estimulará o alcance e o poder preditivo da ciência do comportamento, incluindo todas as especialidades envolvidas (tradução nossa).¹²

Em outro texto de Sá, publicado 20 anos mais tarde, essa maior comunicação – ou solidariedade - entre Sociologia e Psicologia, costurada pelas apropriações de Gilling e Duchac, parece mais bem explicada:

Ao tratar da solidariedade do segmento do que ele chama de ‘ciências psicológicas e sociais’, Duchac (op.cit) alerta para o fato de que a distinção das especificidades dessas disciplinas – Psicologia, sociologia e Psicologia social – não deve se dar em termos extensivos, de escala de observação, pelos quais já se fez ingenuamente corresponder à Psicologia o estudo do indivíduo, à Psicologia social o dos pequenos grupos e à sociologia o dos conjuntos sociais mais abrangentes. Segundo o autor, são os níveis de análise, os conceitos constituídos para dar conta da mesma realidade, que lhes conferem suas respectivas identidades. Nesse sentido, a análise psicossociológica poderia se

¹¹ Não foi possível seguir o padrão de apresentação da data de nascimento e morte deste autor, uma vez que não conseguimos localizar tais informações.

¹² *We believe that a better communication of extant theory and knowledge across disciplinary lines will not Only pave the way for a more comprehensive approach to human problems but will also stimulate the scope and predictive power of behavior Science, including all the specialties involved* (Gilling, 1954, p. 4).

situar em uma das três seguintes maneiras, em relação às análises psicológica e sociológica: complementá-las alternativamente; suplementá-las ambas, tratando de um nível que lhes escapa; ou pretender constituir uma síntese englobante, transdisciplinar como se diria hoje (Sá, 1998, p.9).

A articulação de Sá entre Psicologia e Ciências Sociais parece, então, prever três possíveis saídas: (a) complementação ou da Psicologia ou da Sociologia em ocasiões convenientes a cada campo disciplinar, permanecendo estes com seu status de independência; (b) ambas disciplinas podem suplementar uma à outra, em um contexto em que apenas uma análise sociológica ou psicossociológica não dê conta do fenômeno a ser examinado, mantendo ainda a Psicologia e Ciências Sociais seus respectivos caracteres de disciplinas independentes; e (c) propor um novo campo disciplinar independente e baseado na interdisciplinariedade. Neste ponto, a dissertação de Sá mostra ter optado como saída a segunda alternativa, uma vez que o autor descreve como a Psicologia Comportamental ainda não aparentava possuir alcance teórico no debate do fenômeno do controle social necessitando, assim, de suplementação das Ciências Sociais.

Assim, se torna ainda mais evidente a justificativa de se analisar primeiramente cada uma das obras como documentos separados. A pesquisa de Alves (2021) mostra justamente que poucos anos depois da defesa de sua dissertação, Sá parece ter se encaminhado para a terceira alternativa, ao propor uma Psicologia Social Comportamentalista Radical. Esta disciplina teria as características aventadas, sendo uma ciência interdisciplinar independente, mas com polos conectados ao Comportamentalismo Radical de Skinner e às Ciências Sociais. Assim, não condensar as produções permite também visualizar movimentos iniciais dentro da trajetória intelectual de Sá, que teriam sido solapados pelos resultados sintetizados. Adicionalmente, essa estratégia possibilita, com o avanço das análises, compreender a permanência de teses adotadas pelo autor, bem como afastamentos ou abandono de suas próprias ideias.

Partindo, então, da segunda alternativa de suplementação da Psicologia Comportamental pelas Ciências Sociais para examinar o fenômeno do controle social, vemos que Sá anuncia como seus interlocutores iniciais B.F. Skinner e Florestan Fernandes (1920-1995). Fernandes (1974) foi responsável por um exame do estado da arte sociológico do conceito de controle social naquele momento, no qual conforme segundo Sá (1978, p. 2) foram extraídas as seguintes categorizações:

- a) como algo equivalente à organização social, à solidariedade social, à unidade social etc.;
- b) como algo que se opõe à mudança social, à vida social espontânea, à esfera irracional ou influx da sociedade etc.;
- c) como algo vagamente distinto de organização social e de ordem social;
- d) como algo de que depende a emergência ou a seleção de atitudes inovadoras e de novos valores sociais, isto é, em outras palavras, como a base organizada da sociedade, enquanto determinante e fundamento da mudança social.

Apesar de trazer os significados categóricos de Fernandes (1974) para explicação do quadro geral sociológico do controle social, Sá optou por organizar a suplementação da Psicologia Comportamentista pela Sociologia a partir do grau abertura da sociedade em um gradiente que se iniciou pela análise de sociedades fechadas ou totalitárias até o exame de sociedades abertas e democráticas.

Neste percurso analítico, Sá (1978, p. 23) explica que da parte da Psicologia Comportamentista: “o que interessa é investigar a sua capacidade de explicação do controle exercido por alguns animais humanos a que chamaremos de controladores sobre outros a que chamaremos de controlados no ambiente social particular das instituições totais”. Aqui, vemos uma conexão entre a relação de controladores e controlados presente nos textos skinnerianos, principalmente na reflexão encontrada no livro *Walden II* (Skinner, 1948), sobre quem controla os controladores, com o termo de instituições totais, cunhado pelo sociólogo Ervin Goffman

(1922-1982).

Para Goffman (1974), instituições totais são aquelas que controlam todas as esferas da vida dos indivíduos sob sua autoridade, impondo uma forma de controle quase absoluto. Esses locais, geralmente, segregam os indivíduos do resto da sociedade e regulam de forma intensa suas rotinas, comportamentos e interações. Sá utilizou o conceito de Goffman (1974) para mostrar como essas instituições reduzem a identidade pessoal dos internos por meio de regras rígidas e privações, impondo um sistema de privilégios que premia a obediência e pune a desobediência. A dinâmica psicológica do controle social é explorada por meio do condicionamento operante no qual reforços positivos e negativos moldam o comportamento dos internos:

Um operante é definido, nesse caso, como uma propriedade do comportamento do controlado à qual um reforço é feito contingente. Nesse sentido, as regras da casa de Goffman constituem uma relação dos operantes relevantes para os controladores, ou seja, os tipos de comportamentos que estes, através de suas operações de reforço, tornam mais prováveis ou frequentes no ambiente institucional dos controlados. (Sá, 1978, p. 23)

Assim, o diálogo estabelecido entre Goffman e Skinner serviu para caracterizar sociologicamente as instituições totais como agências de controle, em que o controle social é exercido de forma vertical. Nelas, existem um certo ordenamento psicológico por parte dos controladores sobre os controlados:

1º) a punição é amplamente empregada nas instituições totais porque é fácil fazê-lo, ou, dizendo de outra forma, porque produz os resultados facilmente previsíveis de imediata supressão dos comportamentos não desejados pela equipe dirigente; 2º) as instituições totais não estão normalmente preocupadas em obter modificações permanentes do comportamento do indivíduo, já que este não possui, para elas, um grau absoluto de permanência ou duração pessoal que ultrapasse os limites de sua permanência física na

organização; 3º) a eficiência e felicidade geral do grupo não são coisas importantes para as instituições totais. (Sá, 1978, p. 25)

Ao retomar os princípios operantes do comportamento, Sá também demonstrou aprofundamento em sua apropriação da Análise do Comportamento, ao salientar os subprodutos emocionais de contingências aversivas (contingências de punição e de reforçamento negativo), bem como as características de repertórios comportamentais que elas costumam construir.

O interessante é que, além de demonstrar aprofundamento da Análise do Comportamento, Sá começa a exibir sua leitura progressista deste campo disciplinar. Dessa forma, o autor não esteve apenas mencionando os mecanismos do comportamento operante, mas também escancarando os aspectos sociológicos envolvidos na escolha do emprego de técnicas coercitivas em instituições totais. Inclusive, não escapa à crítica de Sá, a atuação de psicólogos comportamentistas nessas instituições, “vemos, assim, que tanto os controladores tradicionais quanto aqueles que pretensamente se baseiam em uma ciência do comportamento fazem, na verdade, dentro das instituições totais, aquilo que é mais fácil ou conveniente fazer” (Sá, 1978, p.27). Por controladores tradicionais podemos inferir, no contexto de Sá, uma infinidade de exemplos: penitenciárias, escolas, hospitais e até o próprio Estado brasileiro. Nesse sentido, parece haver uma comparação de psicólogos comportamentistas com um padrão de comportamento tirano, o qual emprega técnicas de controle visando a regulação institucional e não o bem dos indivíduos que as compõem.

Além das relações teóricas expostas por Sá na escolha do objetivo da dissertação e do comprometimento com uma análise interdisciplinar, temos também o intertexto desses elementos com sua trajetória biográfica. Por exemplo, é seguro dizer que estudar o conceito de controle social não possui apenas uma justificativa teórica senão, também, pessoal de alguém que experimentou em seu próprio histórico de vida situações em que o fenômeno do controle social era bastante palpável:

Ele estava vivendo um momento ainda de autoritarismo e, particularmente, ele vivendo dentro de uma instituição total como as Forças Armadas, ele estava absolutamente motivado por isso. Quer dizer, como uma ditadura se coloca, se impõe a um país, como parcela da população desse país, uma parcela pequena, na verdade, se mobiliza, que foram os movimentos armados de esquerda, e como o restante da população absolutamente não reage (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

A retomada de elementos teóricos que descrevem o funcionamento de instituições totais, de situações coercitivas para o controle do comportamento e das escolhas éticas que guiam certas práticas comportamentais institucionais, se encaixam com precisão com os relatos sobre Sá e seu descontentamento com a hierarquia militar e a posterior implementação da ditadura militar no Brasil.

Além da vivência como militar, havia sua vivência na vida civil atravessada pela formação em Psicologia. Os Anos de Chumbo e o extenso controle social exercido pelo Estado por meio do AI-5 e suas respectivas práticas de sequestro, tortura e repressão (Cordeiro, 2009) também são compatíveis com asserções teóricas motivacionais para o emprego de coerção frisadas por Sá. Nessa direção, R. Vialves (comunicação pessoal, 2024, s.p.) caracterizou o clima institucional da UERJ naquele período:

A UERJ tinha na sua administração um grande apoio ideológico da ditadura militar. As reitorias da UERJ foram profundamente íntimas à ditadura militar. Aqui nasce, inclusive de maneira encomendada pela ditadura projetos que eles consideravam estratégicos: Projeto Rondon nasce aqui, Mobral nasce aqui, alterações no artigo 477 que impedia os estudantes, escolhidos por questão política ideológica, de que se matriculassem em qualquer universidade. E aqui nasceu a dissidência do Guanabara que foi dar na ALN, na Aliança de [Libertadora] Nacional. E aí os médicos daqui cuidaram do [Carlos] Lamarca.

O cenário caracterizado por R. Vialves parece parafrasear as descrições teóricas feitas por Sá

acerca do controle social: o regime ditatorial empregava técnicas coercitivas de controle social porque era fácil fazê-lo, além de que não possuía interesse na felicidade de seus cidadãos.

Ainda elaborando o impacto da ditadura empresarial-militar na dissertação de Sá, cabe outra reflexão: por que a eleição pela Psicologia Comportamentista de B. F. Skinner? Muito embora já tenhamos relatado que Schneider desempenhou um papel essencial para o contato de Sá com teorias comportamentalistas, é necessário analisar com mais profundidade outros aspectos que circundam essa escolha. Acreditamos que a afiliação ao comportamentalismo de Skinner por parte de Sá tenha se dado pelo autor vislumbrar nele uma eficiente ferramenta de transformação social, algo que vai em direção aos seus preceitos ético-políticos. Em suas palavras:

Foi precisamente desta radicalidade objetiva que pretendi beneficiar a presente análise dos aspectos psicológicos do controle social. Isto não deve ser tomado como uma adesão estrita e total ao programa skinneriano; mas sim como um exercício crítico de testagem da aplicabilidade desse programa à questão em estudo, mantida apenas a convicção de que a inteira viabilidade de tal aplicação, se demonstrada, resultaria proveitosa ao trato das questões sociais humanas (Sá, 1978, p. 89).

Neste ponto, a interpretação de Sá de que o comportamentalismo de Skinner poderia ser proveitoso ao estudo do controle social é, à primeira vista, inusitado. Isso porque as correntes comportamentalistas como um todo possuíam a reputação de afiliação conservadora, fascista e, no caso brasileiro, pró regime militar. Analisando primeiramente o cenário estadunidense, temos eventos relacionados às reações de dois livros lançados por Skinner: *O Comportamento Verbal*, publicado em 1957 e *Além da liberdade e da dignidade*, publicado em 1971. No caso de *O Comportamento Verbal*, a recepção da obra pelo público geral (não-comportamentalista) ficou marcada pela resenha extremamente crítica publicada pelo linguista Noam Chomsky, em 1959, a qual Skinner jamais respondeu. Apenas Kenneth MacCorquodale (1919-1986), um ex-aluno de Skinner, respondeu formalmente às críticas resenhadas por Chomsky

(MacCorquodale, 1969; 1970), algo que contribuiu para a sensação de vitória de Chomsky sobre Skinner.

Muito embora a resenha de Chomsky tenha se direcionado exclusivamente à análise do conteúdo formal de *O Comportamento Verbal*, e não haja uma análise sobre a posição política de Skinner, uma contraposição entre as representações pública de ambas as figuras parece relacionar-se com a pecha de reacionário designada a Skinner. Isso porque Chomsky é um notório defensor do campo progressista estadunidense, sendo crítico ferrenho da política imperialista dos EUA (Chomsky, 1999; 2006; 2017). Se uma figura teórico-política do campo progressista da magnitude de Chomsky é extremamente crítico a algum autor, é de se esperar que este seja colocado no polo oposto ao qual Chomsky representa – neste caso, Skinner parece ter sido designado como alguém do polo conservador e de direita. Nessa direção, R. Vialves (comunicação pessoal, 2024, s.p.) comentou que:

Isso desenvolveu uma concepção ideológica de que principalmente pelo debate do Chomsky com o Skinner de que o Skinner era o expoente do reacionarismo e da postura autoritária, fascista etc. Então havia um anátema com relação a Skinner, do tipo que ser skinneriano dentro da Psicologia experimental seria quase que ser um adepto da ditadura militar.

A partir das memórias de R. Vialves, nota-se que o caso de Chomsky *versus* Skinner também teve impacto na Psicologia brasileira e, igualmente como nos EUA, não parece ter tido relação com o conteúdo da resenha ou propriamente do livro *O Comportamento Verbal*, mas sim, com a contraposição dos personagens em um espectro político:

Chomsky era uma pessoa progressista, era um homem de esquerda. Os textos dele só tinham um texto traduzido, que era o pensamento e linguagem. A gente tinha acesso ao Chomsky pelo que ele declarava e pela erudição. Esse debate dos dois, entre o Chomsky e o Skinner, na Psicologia, ela foi, na minha geração, extremamente influente. Extremamente influente (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Constatamos, então, que a recepção política do confronto Chomsky *versus* Skinner contribuiu para a construção da reputação comportamentalista de se posicionar pró regime ditatorial no Brasil.

Com a publicação de *Além da liberdade e da dignidade*¹³ anos mais tarde, Skinner alcançou seu momento de maior popularidade, ao propor uma reinterpretação de preceitos caros à sociedade estadunidense, tais como a liberdade, o livre-arbítrio e a objeção ao controle social. Apesar de o livro ter sido um sucesso comercial e ter rendido diversos convites para entrevistas em emissoras de televisão e rádio, atraiu também reação negativa, considerando o *zeitgeist* estadunidense dos movimentos de contracultura. As reações ao conteúdo de *Além da liberdade e da dignidade* atribuíram para Skinner os rótulos de “reacionário”, “fascista” e “inimigo da democracia” (Cruz, 2010; Dinsmoor, 1992; Reinhold, 1972; Richelle, 2014; Rutherford, 2000, 2003; Smith, 1996).

Na introdução de sua dissertação, Sá (1978, p. 15) demonstra estar ciente da reputação comportamentalista no espectro político:

Desejo, finalmente, concluir esta introdução com uma palavra de definição político social. O tema escolhido - controle social - pode ser encaminhado segundo uma orientação progressista ou uma orientação conservadora; provavelmente nunca segundo uma orientação neutra. O presente trabalho corre o risco de ser aprioristicamente caracterizado, por algumas pessoas, como de tendência conservadora. Isto, em parte, porque foi escolhido um quadro de referência teórico comportamentista, que, dizem certos epistemólogos, representa na Psicologia a influência do pensamento filosófico positivista; e este, desdobra-se normalmente a argumentação, está sempre e

¹³ A tradução quase literal do título *Beyond Freedom and Dignity* para *Para Além da Liberdade e da Dignidade* pode ter acentuado mal-entendidos sobre a obra de Skinner, especialmente no contexto brasileiro. Em inglês, “*dignity*” está mais associado à autonomia individual e à valorização da autodeterminação, conceitos que Skinner critica ao questionar a ideia de um “eu” desvinculado do ambiente. Já no Brasil, “dignidade” carrega um forte peso ético e jurídico, vinculado a direitos humanos e justiça social. Assim, a escolha de manter “dignidade” na tradução pode ter sugerido, erroneamente, que Skinner propunha ultrapassar ou negar valores fundamentais da humanidade, reforçando interpretações de sua obra como autoritária ou desumanizante.

inevitavelmente a serviço de ideologias conservadoras (ou constitui ele próprio essa ideologia).

Na continuidade desta passagem, Sá (1978, p. 15) seguiu comentando sobre as características do seu trabalho possibilitarem uma interpretação de que ele pertenceria ao espectro político conservador:

Por outro lado, a ausência de jargões libertários, bem como a constatação do emprego de técnicas de controle interpessoal no terreno da chamada vida social espontânea, e a exposição de medidas de planejamento cultural, poderão atrair uma precipitada denúncia de proposta de intensificação do controle social espúrio.

Perceba que o alerta de Sá não deixa claro se ele se refere à sua pesquisa de mestrado, muito embora a continuidade desse trecho pertença ao contexto em que explica sobre a escolha do seu tema de pesquisa. Nesse sentido, parece-nos proposital que Sá tenha ocultado o sujeito da frase como um recurso de escrita, que não só antecipa prováveis críticas ao seu trabalho, mas também defende o comportamentalismo de Skinner da pecha de inimigo da democracia.

O cenário da reputação do comportamentalismo de Skinner nos EUA e no Brasil, como forma de compreender a escolha desta escola teórica como fundamentação para a pesquisa de mestrado de Sá, parece contrastante com o nosso argumento de que a afiliação ao comportamentalismo de Skinner, por parte de Sá, tenha se dado, ao menos inicialmente, pelo autor enxergar nele uma eficiente ferramenta de transformação social, uma vez que faria mais sentido esperar pela conformidade de Sá com o contexto de sua época. Afinal, se o consenso da área é de que o comportamentalismo skinneriano era uma teoria antidemocrática, como uma pessoa amplamente descrita como progressista e democrata enxergaria nela uma ferramenta de transformação social?

Aqui, acreditamos ser necessário suplementar esta tese com um outro argumento: a leitura que Sá faz sobre o comportamentalismo skinneriano é extremamente própria, para

chegar a essa interpretação, fazemos alusão ao conceito de ciência própria, proposto por Orlando Fals Borda (1925-2008). Apoiado nos estudos decoloniais latino-americanos, o sociólogo colombiano propôs a construção de uma ciência própria, a qual permaneceria acumulando conhecimento e realizando sistematizações teóricas e conceituais, mas de maneira diversa da ciência tradicional anglo-europeia. Para Fals Borda (1971), uma ciência própria produziria conhecimento voltado às necessidades e objetivos locais de uma determinada população ou região do Sul Global, em oposição a uma estrita replicação de teorizações e sistematizações produzidas no Norte Global.

Nessa direção, ao adjetivamos a interpretação de Sá acerca da teoria skinneriana com o termoprópria, estamos nos referindo à característica preponderante do trabalho de Sá, qual seja a leitura contextualizada às necessidades locais do Brasil, durante o período do regime militar, de uma teoria produzida no Norte Global. As memórias de pessoas próximas a Sá fortalecem nossa interpretação:

Ele tinha uma visão do behaviorismo muito diferente, muito própria, que não era a visão (comum), pelo menos, a que eu ouvia de outros colegas e tal, ou que eu já tinha lido. Ele tinha uma visão muito própria do quanto as proposições do Skinner eram muito ricas pensando nessa questão da intervenção social. (...) Quer dizer, ele queria enxergar como fazer a transformação social e ele entendeu que o Skinner trazia ferramentas teóricas para isso (D. Oliveira, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

A influência de aspectos políticos e de outros campos disciplinares também foi lembrada por R. Moller (comunicação pessoal, 2024, s.p.) ao caracterizar a leitura behaviorista de Sá: “Ele sempre foi um behaviorista. Mas, pelo outro lado, é aquele behaviorismo dele que ele construiu ao longo da sua vida e que foi aberto a várias influências”.

A forma com que o autor vislumbra a transformação social atrelada a um posicionamento progressista e de esquerda, a partir das lentes da teoria skinneriana, indicam a peculiaridade da forma como a interpreta, uma vez que o comportamentalismo radical não

necessariamente está conectado a nenhum ponto do espectro político – ao contrário de outras escolas psicológicas como, por exemplo, a Psicologia da Libertação de Martín-Baró (1942-1989). Similarmente, Sá (1978, p. 158) defendeu que “a análise skinneriana se expressa em termos sócio-comportamentais mais básicos e potencialmente mais abrangentes, ou, se se preferir, politicamente (no sentido do conjunto de opções políticas atualizadas e institucionalizadas) neutros”.

Tal posição assumida por Sá é, no mínimo, contraditória, tendo em vista que em suas mãos a teoria skinneriana é eminentemente progressista ou de esquerda. A parcela do trabalho de Skinner ao qual Sá esteve mais sensível – aplicações socialmente relevantes - para formular sua proposta de Psicologia Social Comportamentalista Radical não é politicamente neutra. Nesse sentido, é contraditório argumentar pelo apoio a uma neutralidade da qual o próprio autor não prescinde ao enfatizar sua intenção progressista ou de esquerda na leitura da psicologia comportamentalista.

Aproveitando-se, então, “neutralidade” do comportamentalismo skinneriano, o controle social foi analisado, na dissertação de Sá, em duas etapas: a primeira, versa sobre a prática do controle social em ambientes artificiais, tais como as instituições totais das sociedades fictícias de Oceania (da obra *1984*), de George Orwell e Walden II (do livro de mesmo nome), de Skinner (Orwell, 1949; Skinner, 1948). Neste primeiro caso, as análises percorrem a taxonomia de Fernandes (1974) na categorização do controle social, como algo vagamente distinto de organização social e de ordem social.

Após as análises de instituições totais, Sá apostou na comparação entre as duas obras literárias. Para ele, a comparação entre ambas acarretaria em uma análise do controle social em sociedades reais, isso porque estas carregam em seu bojo uma mistura de práticas sociais descritas nas duas obras. Em Oceania, o controle social é exercido por meio de privação e coerção, onde a escassez e o medo mantêm a hierarquia e a obediência. Em contraste, Walden II propõe um modelo no qual o controle social se dá por meio de reforços positivos e ausência

de punições, criando uma sociedade harmônica, mas amplamente planejada e condicionada.

Assim, Sá examinou as diferenças entre esses sistemas e como eles ilustrariam práticas de controle no mundo real, destacando as possibilidades e limites do controle comportamental. Em ambas as obras, o isolamento psicológico interpessoal aparenta ser uma questão relevante, especialmente em suas fases iniciais de controle social. Existem restrições claras que impedem os indivíduos de questionar verbalmente as normas estabelecidas e, como resultado, qualquer insatisfação ou desconforto, que algum dos membros pudesse sentir em relação a determinados aspectos de seu meio social, dificilmente assumiria um caráter objetivo que permitisse configurar uma oposição concreta à ordem social vigente. Especialmente no caso de *Walden II*:

Compreende-se, pois, que Skinner, em sua simplificação utópica tenha transformado suas críticas ao caos das objetivações verbais mentalistas/voluntaristas do comportamento em uma simples proibição, pelo código *Walden* e pelas práticas de socialização, da possibilidade de surgimento de um fenômeno semelhante naquela comunidade (Sá, 1978, p.153).

Como na sociedade utópica de Skinner não parece haver espaço para a expressão de qualquer discordância com as práticas sociais estabelecidas, Sá conclui, a partir das palavras do personagem Frazier, que em *Walden II* “não se encontra muita simples democracia” (Sá, 1978, p. 59).

A conclusão preliminar do exame do controle social em instituições totais e de sociedades fictícias não parece favorável à Análise do Comportamento aplicada a assuntos socialmente relevantes. No entanto, na segunda etapa e nas Conclusões, parece haver melhores notícias para a empreitada de Sá. Neste segundo momento, o autor se propôs a avançar sobre o controle social na vida cotidiana, seguindo a taxonomia de Fernandes (1974), desta vez, sob a classificação do controle social como “parcela equivalente à organização social, à solidariedade social, à unidade social; como algo que se opõe à mudança social, à vida social espontânea, à esfera irracional ou influx da sociedade” (Sá, 1978, p. 61). A partir de então, Sá explorou como

as normas sociais e os comportamentos são moldados por mecanismos de controle social sutis que atuam em um nível cotidiano.

Ideologia e planificação para a liberdade: a democracia como um porvir

Diferentemente do controle explícito e rígido encontrado em instituições totais, o controle social na vida cotidiana se manifesta por meio da internalização de regras e padrões que orientam os indivíduos sem que eles percebam conscientemente a extensão dessa influência. Esse processo de controle é sustentado pela socialização, que estabelece motivos e valores socialmente aceitos e reforçados. A motivação pessoal, como algo que interfere para a emissão ou não de um determinado comportamento, é explorado por Sá a partir da interlocução do comportamentalismo de Skinner com os sociólogos H. Gerth (1908-1978) e C. W. Mills (1916-1962):

No decurso de nossa vida, nossos motivos nos são atribuídos por outros, antes que os declaremos. Tais vocabulários de motivos tornam-se, então, componentes de nosso Outro Generalizado (no sentido proposto por [George H.] Mead); são interiorizados pela pessoa e funcionam como mecanismo de controle social (Gerth & Mills, 1973, p.133).

Apoiado nesta citação, Sá argumentou que o comportamento governado por regras¹⁴, frequentemente considerado um sinal de internalização moral ou motivação intrínseca, é, na verdade, o resultado de contingências ambientais bem estabelecidas sobre os repertórios verbais. As pessoas agem de acordo com normas, não porque as internalizaram de forma

¹⁴ Comportamento governado por regras é aquele controlado por descrições verbais das contingências, em vez da experiência direta com elas, ou seja, a pessoa age com base em instruções, normas ou regras transmitidas socialmente, sem precisar experimentar diretamente as consequências do comportamento. Nesse sentido, uma regra específica pode ser aplicada a uma contingência e o comportamento apropriado pode, então, ser afetado sem que o indivíduo tenha sido exposto diretamente à contingência real. Isso significa que o comportamento pode ser moldado por regras aprendidas verbalmente, permitindo a adaptação a diferentes contextos sem a necessidade de tentativa e erro (Skinner, 1969).

consciente, mas porque aprenderam, por meio de reforços sociais e experiências práticas, que esses comportamentos trazem consequências como aprovação ou pertencimento.

Um dos pontos destacados é que o controle social na vida cotidiana é mais eficaz porque é sutil, já que os indivíduos frequentemente interpretam os reforços sociais como parte de sua própria motivação, sem perceber que estão respondendo a partir do controle de estímulos. Examinando um episódio de comportamento verbal, Sá (1978, p.68) reflete que:

Certamente, ele não está sendo forçado (no sentido estritamente coercitivo do termo) a dizer, mas está sendo reforçado por dizê-lo, o que possui também um poder determinante do comportamento. A diferença é que os reforçadores sociais que os outros estão empregando são dificilmente identificáveis como constituindo uma pressão externa concreta; e é justamente daí que advém seu grande poder de controle na vida cotidiana.

Nesse sentido, as contingências moldam o comportamento de forma fluida e quase imperceptível, fazendo com que as pessoas se comportem de acordo com um padrão social estabelecido como se fossem parte de sua vontade.

Sá destacou como os sistemas de controle estão enraizados em nossas interações mais simples, promovendo uma conformidade que muitas vezes passa despercebida. Assim, “em última instância, o controle social é exercido por indivíduos sobre indivíduos; é sempre alguma pessoa que opera os mecanismos de controle. Na dinâmica da vida cotidiana, no entanto, controladores e controlados parecem trocar de posições muito frequentemente (...)” (Sá, 1978, p.68). Dessa maneira, o controle social na vida cotidiana é eficaz porque oferece um equilíbrio entre conformidade e autonomia percebida, mostrando que o ambiente, mais do que qualquer força interna, nos dá indícios das razões pelas quais determinados padrões comportamentais são estabelecidos em detrimento de outros.

Em sua aproximação com a sociologia, Sá enxergou uma conexão com tais motivações pessoais do comportamento com as ideologias. Estas últimas seriam mais do que um simples

sistema de crenças; são moldadas e sustentadas por contingências sociais e ambientais que estruturam a vida em sociedade. Para o autor, “parece mais correto dizer que as idéias [sic] são produzidas por grupos de pessoas como justificativas para seus comportamentos, e usadas como instrumentos para o controle dos demais grupos da sociedade” (Sá, 1978, p.69). Nesse sentido, essas ideologias não surgem espontaneamente no pensamento dos indivíduos, mas são produzidas, reforçadas e disseminadas por mecanismos de controle social sutis que operam no cotidiano.

A formação de ideologias é descrita como um processo que depende da interação entre o indivíduo e o ambiente social, algo que se desdobra de uma tensão entre o particular e o universal ou o individual e o social. Situado nesse tensionamento, Sá (1978, p.69) encaminhou que:

Devemos, portanto, por alguns instantes, abandonar a terminologia individual, em proveito de explicações processadas a um nível sociológico de abstração: motivos, crenças e valores, que são fenômenos psicológicos individuais, devem ceder lugar aos termos ‘idéias’ [sic] ou ‘ideologia’, que constituem um fenômeno psicossocial e coletivo.

O abandono da terminologia individual se desdobrou em extensas citações a sociólogos, como Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Karl Manheim (1893-1947), Peter L. Berger (1929-2017) e Thomas Luckmann (1927-2016). Tais citações caminham para a compreensão da construção de uma realidade social por meio das ideologias representativas de determinada classe social e o compartilhamento de crenças e convicções de indivíduos que pertencem à mesma classe. Nesse sentido, o autor concluiu que “o controle social será, assim, antes de tudo, o controle dessa realidade, o controle das crenças que a sustentam” (Sá, 1978, p.73).

A extensão das citações a estes autores e a análise do conceito de ideologia perante a teoria de classes sociais da Sociologia realça a aproximação ao marxismo e amplo contato com

a sociologia alemã. Auxiliam-nos nesta interpretação duas afirmações sobre Sá, a primeira, de R. Vialves, descreve que “o Celso tinha um conhecimento de uma sociologia alemã, ele era um profundo conhecedor do Mannheim, tinha uma formação razoável em Weber” (comunicação pessoal, 2024, s.p.); a segunda, de D. Oliveira, também nos auxilia na interpretação da tensão entre indivíduo e sociedade:

Ele via o controle social não como um controle de comportamento, quer dizer, ele não estava preocupado com os comportamentos individuais e como manejar, controlar esse comportamento, mas que ele via o controle social como alguma coisa de caráter sociológico, coletivo, e que ele acreditava que a não articulação, a não conversa entre a sociologia e a Psicologia era prejudicial. (...) Essa questão de controle social, isso é o objeto da sociologia, não numa perspectiva skinneriana, mas é o objeto de alguns autores da sociologia. E o Celso busca na Psicologia, então, como esse controle poderia ser operado. Porque a gente tem que lembrar que ele estava preocupado com consciência (de classe) (comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Ainda que se entenda que a leitura da Psicologia Comportamentalista de Skinner corresponderia a análises individuais ou individualizantes, Sá parece ampliá-la ao adicionar a leitura sociológica do controle social. Na direção das memórias de D. Oliveira, parece-nos que essa ampliação o leva a compreender como se estabelece, em uma leitura comportamentalista, a consciência de classe e a discussão de ideologias dominantes.

Nesta leitura comportamentalista, o comportamento ideológico seria moldado por contingências: ideias que recebem aprovação social são reforçadas, enquanto aquelas que contradizem o consenso dominante podem ser punidas com rejeição ou marginalização. Isso significa que a aceitação de uma ideologia, frequentemente, está mais associada aos reforços sociais que ela proporciona — como pertencimento, *status* e reconhecimento — do que a uma análise racional ou lógica de suas premissas. Mas quem estabelece o que será reforçado ou não? A resposta é skinneriana: os controladores. Nos termos de Sá (1978):

Parece ter ficado, assim, parcialmente demonstrado que não são os motivos ou as idéias [sic] em si que controlam todas as pessoas, e que também não são todas as pessoas que se controlam umas às outras na vida cotidiana. Há sempre os verdadeiros controladores, e identificáveis; as idéias [sic] e os demais indivíduos não são mais do que instrumentos, ao mesmo tempo que alvos, desse controle (p.77, sic.).

Disponibilizar reforçadores sociais para fixar as ideologias da classe dominante (i.e., os controladores) é o controle social bem-sucedido de organização e percepção da realidade, em que se suprimem alternativas e restringe o espaço para o pensamento crítico ou para a aceitação de perspectivas divergentes.

Isso é particularmente evidente em sociedades em que os reforçadores sociais estão profundamente vinculados a adesão às ideias dominantes e a supressão de possibilidades outras de organização da realidade social. A possibilidade de imprimir na sociedade a ideologia da classe dominada e, portanto, de organizar a realidade social de outra forma, foi classificada por Sá (1978, p.78) como “contra-controle social” (sic), uma oposição ao controle da classe dominante. A ideologia “surge, assim, como resposta dos controladores às iniciativas de contra-controle empreendidas pelos controlados, e pode ser caracterizada como um conjunto de práticas de controle” (Sá, 1978, p.78, sic). A formação de ideologias, portanto, é uma expressão de como o controle social na vida cotidiana opera em múltiplos níveis, desde o comportamento explícito até os processos mais sutis de pensamento e percepção.

Quanto ao conceito de contracontrole social, que viria a ser seu objeto de estudo no doutorado anos mais tarde, seu uso nesta ocasião foi uma apropriação direta do texto skinneriano, especialmente de um trecho em que Sá (1978, p.78) enxergou “um grau de concordância com pensamento sociológico geral”. Nele, Skinner assevera que:

Aqueles que se encontram controlados por essas práticas (sociais) iniciam então sua ação. Escapam daqueles que os controlam – saindo de seu alcance se é um indivíduo, desertando de um governo, apostatando uma religião, renunciando ou não

comparecendo à escola – ou podem atacar o poder que os controla com o fim de debilitá-lo ou destruí-lo, como é o caso de uma revolução, reforma, golpe militar ou protesto estudantil. Em outras palavras, opõem-se ao controle com o contra-controle (Skinner, 1975, p.174, sic.).

O contracontrole social aparece, portanto, como uma resposta às práticas de controle que se tornam problemáticas ou opressivas, especialmente quando essas práticas exploram os controlados de maneira excessiva ou lhes negam opções de autonomia. Essa resistência, muitas vezes, força os controladores a ajustarem suas estratégias, introduzindo práticas de controle menos coercitivas. Nesse sentido, o contracontrole social não apenas desafia o poder dos controladores, mas também desempenha um papel fundamental na configuração das relações de controle, ajudando a moldar novas práticas sociais.

A interação entre controladores e controlados e, conseqüentemente, entre controle social e contracontrole social, se entrelaçam no contexto das interações humanas. O autor parte da ideia de que o controle social, em sua essência, ocorre entre indivíduos concretos, mas ressalta que essa relação não é tão direta quanto aparenta, devido à constante troca de papéis e à existência de camadas intermediárias de controle. Essa complexidade existe devido a questões políticas imbricadas no fenômeno do controle social, o que nos leva novamente a luta de classes. Sobre esse ponto, Sá (1978, p.91, sic) refletiu que:

É preciso, além disso, verificar se o discurso skinneriano não será excessivamente neutro, em sua caracterização da “luta de classes” como uma relação de controle mútuo de comportamento (1973a), a ponto de não permitir a diferenciação política entre verdadeiro controlador e verdadeiro controlado. Efetivamente, não é assim. Skinner emprega o termo “contra-controle” para se referir às reações do controlado, no sentido de exercer um controle sobre o comportamento do controlador que acabe por resultar na eliminação, redução ou modificação das iniciativas de controle por parte deste último. A eventual intensificação dessas iniciativas, em resposta à reação do controlado, não

recebe a igual designação de contra-controle.

Nesse sentido, a reação ao contracontrole permanece sendo designada como controle social, já que são ações empregadas pela classe dominante para manter a conformidade com as práticas sociais que a beneficiem e que a mantenham dominante.

Assim, Sá passou a descrever os controladores não como agentes que possuem uma posição social fixa, mas pela capacidade de manipular reforçadores e contingências a seu favor, enquanto os controlados são aqueles cujas ações são moldadas de acordo com essas manipulações. Muito embora os papéis possam se alternar dependendo da situação, a partir dos controladores intermediários (e.g., professores, supervisores ou agentes da lei), Sá foi taxativo quanto a existência de “verdadeiros controladores e controlados”. Os verdadeiros controlados são “aqueles que partilham os valores declarados da maioria das pessoas de sua classe social, o que implica em dizer que não têm comportamento amplamente determinado pelas contingências de reforço cuidadosamente dispostas pelos verdadeiros controladores” (Sá, 1978, p.98). Já a descrição dos verdadeiros controladores:

Comporta dois níveis de apreciação: existem indivíduos controladores no interior de um grupo e existem grupos controladores no âmbito da sociedade maior. Membros de um grupo controlador podem ser indivíduos verdadeiramente controlados, segundo nossa caracterização anterior. Membros de um grupo controlado podem ser indivíduos verdadeiramente controladores, tanto quanto os controladores que atuam no interior do grupo controlador. Psicologicamente, o que distingue entre os indivíduos controlados é a sua atitude em relação às regras (Sá, 1978, p.98).

A diferença fundamental entre ambos, então, é de que controlados são aqueles que se submetem às regras existentes por serem reforçados a segui-las, enquanto os controladores, em sua essência, são capazes de criar, modificar ou reforçar essas regras de forma deliberada, ao passo que são reforçados por formulá-las a partir da perpetuação de sua posição social. Os intermediários, por sua vez, são aqueles controlados que exercem função de controlador no

grupo de controlados e implementam as regras sem questioná-las, funcionando como extensões dos controladores principais.

Por fim, Sá reflete sobre as implicações éticas dessas relações de controle, sugerindo que a identificação de controladores e controlados não pode ser reduzida a categorias fixas ou simples. Em vez disso, é necessário compreender como o controle social é exercido em camadas, com base em contingências e em relações de poder, e como essas camadas influenciam a vida social em diferentes níveis. A exploração da tensão entre indivíduo e sociedade ressalta a interdependência entre controladores e controlados, apontando para a complexidade do controle social como um fenômeno dinâmico e multifacetado. Sá ressaltou, nesse ponto de sua dissertação, que essa dinâmica relacional, ao seu ver, corresponderia à taxonomia de Fernandes (1974) de uma análise do controle social para a manutenção de práticas sociais, restando a interpretação do controle social como possibilidade para a mudança social.

Nesta empreitada, o conceito de contracontrole social não desempenhou papel central como futuramente haveria de figurar na tese de doutoramento de Sá. O autor optou por adotar o conceito de controle social ativo, do sociólogo Edwin Lemert (1912-1996), para se referenciar os processos de mudança social. Nesse aspecto, o controle social passivo serviria para a manutenção da ordem social existente. Esses conceitos, no entanto, não parecem também ser centrais para a análise de Sá, senão para servirem para estabelecer o propósito de promover a transformação social por meio do planejamento social. Sá interpretou que autores como Marx, Mannheim e Skinner são representantes de teorias em que o controle social é utilizado em propostas de replanejamento social. Todavia, Sá (1978, p.114) advertiu que “a rigor, não trataremos das teorias e da práxis revolucionárias de Marx, preferindo nos fixar nas propostas reformistas, mais articuláveis entre si, da Sociologia de Mannheim e da Psicologia de Skinner”. Embora tenha mencionado Mannheim e Skinner, Sá também adicionou a este diálogo Karl Popper (1902-1994). A apropriação desses três últimos autores foi tratada partir do termo

planificação social que, por sua vez, designa a transformação social por meio do planejamento.

Popper defendeu que o gradualismo é um método racional, democrático e seguro para a transformação social. Em vez de orientar os esforços políticos para a realização de um ideal utópico e incerto, propõe que se concentrem na identificação e combate dos males concretos e evidentes da sociedade. O gradualismo popperiano é, como o de Mannheim, de Skinner e de Sá, pautado na ciência; mazelas sociais são avaliadas e soluções são testadas, avançando ou não a partir dos resultados observados. Este modelo reproduz o movimento da própria ciência: identificar variáveis, testar hipóteses de intervenção e avaliar a eficácia dos resultados. Tais reformas sociais, por sua simplicidade e foco limitado, são mais suscetíveis de consenso e menos propensas a controvérsias destrutivas (Popper, 1945).

A proposta de Mannheim é semelhante à de Popper no que diz respeito a transição para uma sociedade planejada é inevitável e defende um planejamento social democrático, que evite ditaduras e promova mudanças de forma equilibrada e participativa. Responsável por cunhar o termo planificação para a liberdade, Mannheim também reconheceu que as técnicas de planejamento social podem favorecer o domínio da minoria e o surgimento de ditaduras, mas que, no entanto, são necessárias empregá-las para sermos eficientes no controle social e para nossa sobrevivência. Nesse sentido, Mannheim apregoou que é necessário assumir a responsabilidade coletiva pela mudança, ainda que tenhamos medo de fazê-lo.

Em direção similar à de Mannheim, Skinner (1973, p.155) defende que “temos as tecnologias físicas, biológicas e comportamentais para ‘nos salvarmos’”. Ele rejeita noções morais abstratas da sociedade estadunidense (e.g., liberdade e dignidade), propondo que o controle social consciente e planejado do comportamento humano é essencial para a sobrevivência e progresso da sociedade. Skinner argumenta que o comportamento humano é moldado pelas contingências de reforço, e que a transformação de práticas sociais deve ocorrer por meio de intervenções graduais e científicas, baseadas na Análise do Comportamento. Novamente em semelhança à Mannheim, Skinner asseverou que “se economias planejadas,

ditaduras benevolentes, sociedades perfeccionistas e outras aventuras utópicas falharam, devemos lembrar que culturas não planejadas, não dirigidas e imperfeitas também falharam”. Em outras palavras, há de se assumir a responsabilidade pela tentativa do planejamento cultural, ainda que várias dessas tenham falhado, uma vez que se abster de realizar o planejamento cultural apenas abrirá espaço para que “outras agências não planejadas exerçam o controle” (Sá, 1978, p.142).

Nesse sentido, Mannheim e Skinner convergem na defesa de um controle social consciente e democrático, que desenvolva tecnologias sociais que permitam a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Mannheim e Skinner tendem a um ponto comum porque são, em alguma medida, representantes da doutrina do planejamento social no Norte Global. Mas o que haveria na sociedade que precisaríamos transformá-la por meio do planejamento? No caso de Mannheim, a sociedade europeia, em especial países bastante industrializados como Inglaterra e Alemanha, experienciavam alguns marcos importantes: a crise do liberalismo e a crise econômica de 1929, bem como os impactos da Primeira Guerra Mundial. Além desse cenário, o acirramento da competição econômica internacional causou o sentimento de insegurança social e descrença na democracia. A doutrina de planificação social, emprestada da planificação econômica para evitar crises cíclicas no capital, serviria para a reconstrução da sociedade e evitar que o sentimento de insegurança social pusesse em xeque a sobrevivência da civilização. A ideia de planificação social engloba, em si mesma, uma espécie de esperança pelo porvir; planejamos e executamos uma tarefa com vistas a um certo resultado. O futuro aludido por Mannheim foi descrito de maneira incerta, já que sua teoria previa que o planejamento social fosse iniciado por uma minoria de intelectuais e que, posteriormente, com a transformação em curso, os resultados seriam reavaliados à luz dos acontecimentos do presente. O resultado, nesse caso, é imprevisível, porém, a intenção de Mannheim era de reestabelecer a confiança na democracia e impedir que governos totalitários surgissem (Szmrecsanyi, 1982).

Para Skinner, a sociedade a ser transformada e repensada refere-se ao contexto pós Segunda Guerra Mundial, no qual o temor de Mannheim do surgimento de governos totalitários foi concretizado com o surgimento do nazi-fascismo na Europa. A destruição estrutural e econômica da Europa, como resultado de uma guerra que envolveu o genocídio dos povos judeus e de outros grupos minoritários, impactou a sociedade estadunidense, país diretamente envolvido no conflito (DeConde, 1992; McKee, 1985). Curiosamente, parece que a justificativa para o planejamento social em Skinner se manteria o mesmo de Mannheim, qual seja, evitar que governos totalitários surjam e fortalecer governos democráticos.

Também, igualmente a Mannheim, seria uma minoria intelectual a controlar o planejamento social; neste caso, seriam os analistas do comportamento que teriam o papel de prever e controlar o comportamento e manipular contingências para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Podemos dizer que para os dois autores, de quem Sá se apropriou de forma, existia uma confiança, aposta ou esperança, de que a ciência poderia construir uma sociedade estável, justa e democrática. A isso estou chamando de sentimento de porvir democrático, no qual estes autores parecem expressar o desejo de que novos e bons dias viriam.

Por esse motivo, a apropriação da obra destes autores por Sá não é fortuita, se deu também na expressão de desejo, de esperança ou de aposta de que a sociedade brasileira precisava ser transformada; de uma ditadura empresarial-militar para um Estado democrático de direitos. A promoção de mudanças sociais não poderia ser encarada como um processo espontâneo e desordenado; ao contrário, seria necessário um planejamento cuidadoso, científico e ético, que respeite os princípios democráticos e a complexidade das relações humanas. Nesse sentido, as mudanças sociais deveriam ocorrer de forma “necessariamente gradual” (Sá, 1978, p. 148), havendo equilíbrio entre a necessidade de transformação e a preservação de valores fundamentais. A posição de que a transformação social deveria ocorrer de maneira gradual é uma asserção que anos mais tarde foi abandonada por Sá na ocasião de

sua tese de doutorado, algo que que examinaremos com mais profundidade nos próximos capítulos.

Até esse período do desenvolvimento das teorias de Sá, parece-nos que um questionamento importante a ser feito é entender o porquê da adoção da tese de que a transformação social deveria ocorrer de maneira gradual, considerando que a dissertação foi escrita durante o período dos Anos de Chumbo da ditadura empresarial-militar brasileira. Por um lado, diante da brutalidade empregada pelo governo militar para silenciar e amedrontar opositores, da perda de direitos civis básicos, supõe-se que a transformação social, do ponto de vista de um democrata, seria algo urgente e, portanto, antagônico ao gradualismo de Mannheim e Skinner. Todavia, parece-nos que a ideia de gradualismo é algo inseparável da planificação social e, ao eleger essa estratégia como maneira de mudar a sociedade brasileira, não seria possível dissociá-las.

Tanto a tese do gradualismo quanto a da planificação social são inseparáveis do exercício do controle social democrático – principalmente considerando Popper e Mannheim. Em contextos de urgência, como o vivido durante a ditadura militar no Brasil, havia um risco elevado de que as respostas políticas fossem movidas pela pressa, pelo ressentimento ou pela ilusão de soluções totais. Sá parece ter reconhecido que, mesmo diante da urgência, era necessário preservar um horizonte democrático. A planificação social gradual, nesse sentido, não era um adiamento da transformação, mas uma estratégia para garantir que a mudança ocorresse com base no diálogo, na crítica e na participação informada. Trata-se, pois, de defender que o cenário violento e opressor da ditadura militar não deveria apressar uma possível solução, e que a luta contra a opressão precisava preservar o compromisso com os meios democráticos de ação.

Na ocasião de conclusão do texto dissertativo de Sá, é enfatizado que mudanças sociais não ocorrem em um vácuo, mas são intrinsecamente moldadas por relações de controle e contracontrole social. O contracontrole social, nesse contexto, é visto como uma força

estabilizadora, essencial para manter o equilíbrio em sistemas democráticos. Ele impede a consolidação de poderes autoritários e garante que as iniciativas de mudança sejam constantemente revisadas e ajustadas às demandas da sociedade. Essa interação dinâmica entre controle e contracontrole social reforça a importância de um planejamento social que seja ao mesmo tempo participativo e flexível, capaz de incorporar múltiplas perspectivas e de se adaptar a desafios inesperados.

A partir dos objetivos de avaliar um tratamento da Psicologia Comportamental para a solução de “assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos” Sá concluiu que o behaviorismo radical, embora não ofereça soluções definitivas para tais assuntos, é, de fato, uma ferramenta para realizar uma transformação social no Brasil. Embora existam críticas ao comportamentalismo radical, incluindo sua aparente simplificação dos fenômenos humanos e o risco de desumanização pelas práticas de modificação do comportamento, o autor argumenta que, se aplicado com responsabilidade, pode oferecer contribuições robustas para o planejamento social. Assim, em Sá, o behaviorismo radical não é visto como uma solução única ou completa, mas como um componente importante de um esforço mais amplo para lidar com os desafios sociais de maneira racional e planejada, coadunando as leituras sociológicas de Mannheim com a Psicologia Comportamental de Skinner.

Nossa interpretação é de que existem, então, duas etapas para a transformação social a partir da interpretação sociológica do texto skinneriano para os objetivos estabelecidos por Sá na sua pesquisa. A primeira delas é de que, em conjunto, controle social e planificação social para a liberdade, construiriam uma estratégia profícua para a transformação da sociedade brasileira. A planificação pela liberdade, conceito de Mannheim, recebeu também contribuição do texto de Skinner, no qual adotou-se a tese do gradualismo para o planejamento social. Assim, Sá entendeu que a transformação social poderia ser realizada mediante o planejamento social, que por sua vez, deveria ocorrer de maneira gradual e sem o uso de força. Isso se contrapõe às leituras marxistas, que defende que a transformação social deveria ser feita pela

tomada de posições-chave da sociedade por meio de revolução. Na interpretação interdisciplinar de Sá: “as alterações efetivas virão gradual e democraticamente (no sentido mais amplo), em função de iniciativas individuais e grupais múltiplas e diversas, porém orientadas por uma ‘filosofia operante’ comum” (Sá, 1978, p.164). Nesse sentido, as posições-chave seriam ocupadas de forma estratégica, a partir de práticas de controle social para estabelecer repertórios comportamentais mais condizentes com o sistema democrático.

A segunda etapa traz de volta o contracontrole social, timidamente discutido em algumas seções da dissertação de Sá, chegando a ser substituído pela ideia de “controle social ativo”. Nesse cenário, o controle social, no sentido de prática mantenedora da classe dominante, seria combatido com práticas eficazes de contracontrole social. Nas palavras de Sá (1978, p.162, sic.):

A grande contribuição de Skinner nesse sentido consistiu, assim, em nos proporcionar um novo paradigma com o qual podemos analisar objetivamente os processos e episódios específicos de controle social, e a partir dessa análise projetar experimentalmente instrumentos institucionais eficazes de contra-controle.

Percebemos, portanto, que a contraposição entre controle social e contracontrole social é orientada por um quadro democrático e que o equilíbrio entre ambos salienta a ideia de que sempre haverá controladores e controlados, mas que é necessário diluir o controle em agentes representantes da vontade popular e estabelecer formas institucionalizadas de contracontrole da população.

Considerações preliminares

Nossos objetivos neste capítulo se direcionaram a compreensão contextualizada da dissertação de Sá em um quadro historiográfico amplo da biografia do autor e de eventos históricos do Brasil e da Psicologia brasileira. A partir da análise de sua dissertação,

observamos a interlocução entre a Psicologia Comportamentista e a Sociologia na tentativa de examinar o controle social e suas implicações para a transformação da sociedade brasileira. O contexto histórico em que Sá desenvolveu suas pesquisas se revelou fundamental para a compreensão de suas escolhas teóricas e políticas, uma vez que sua formação e experiência pessoal estiveram imbricadas ao regime militar e suas práticas de controle social.

A investigação sobre o controle social em instituições totais, sociedades fictícias e na vida cotidiana permitiu evidenciar como diferentes formas de regulação do comportamento foram analisadas por Sá a partir de uma leitura interdisciplinar. A aproximação com autores como Skinner e Mannheim forneceu subsídios para que o autor articulasse o conceito de planejamento social como um caminho possível para a construção de uma sociedade democrática, sem desconsiderar as críticas e os desafios implicados nesse processo.

Outro aspecto central da nossa interpretação do pensamento de Sá é sua preocupação com o porvir da sociedade, uma reflexão que também está presente nos autores com quem ele dialoga. Mannheim, Skinner e o próprio Sá compartilham a ideia de que a sociedade não é estática, mas um espaço de constante transformação que pode e deve ser planejado. Assim, a planificação social é entendida como uma ferramenta para moldar um futuro mais justo e democrático, evitando os perigos do totalitarismo e permitindo a construção de uma sociedade baseada na liberdade e na participação ativa dos cidadãos. Essa visão de um futuro passível de transformação e planejamento se alinha à esperança de que, por meio da ciência e da organização social, seja possível construir um amanhã diferente do presente. A ideia de um porvir democrático permeia as reflexões desses autores, que acreditam na possibilidade de se moldar uma sociedade mais justa a partir do conhecimento e da ação planejada.

Por fim, as reflexões desenvolvidas neste capítulo apontam que houve uma interpretação própria de Sá sobre Psicologia Comportamentista de Skinner. Ao analisarmos seu percurso intelectual, identificamos não apenas um projeto acadêmico, mas também um compromisso com a transformação da realidade brasileira a partir do uso de teorias

psicológicas e sociológicas do Norte Global. Compreendemos ser necessário, no entanto, fazer uma ressalva; o adjetivo próprio não é sinônimo de ineditismo no campo da construção de uma Análise do Comportamento progressista ou de esquerda no Brasil. Poucos anos mais adiante em nossa linha do tempo, vemos diversos exemplos de analistas do comportamento realizando discussões similares.

Em 1981/1983, nos Cadernos de Análise do Comportamento, Sérgio Vasconcelos de Luna descreve como a Análise do Comportamento era identificada como “alienada e alienante, [com objetivos] encarados como propostas de manutenção do status quo” (p. 13, grifos no original). Em outro número do mesmo periódico, Salvador Sandoval (1982, p. 25), sinalizou que a Análise do Comportamento “na sua fase atual de especificação, tem sido insuficiente para fornecer melhores explicações de determinantes do comportamento humano, quando se considera a complexidade do contexto social em que se desenvolve o comportamento social, objeto de nosso interesse”. Avançando para o número de publicação seguinte, Álvaro Pacheco Duran (1983) pontuou:

O raciocínio fica mais claro se pensamos não na ciência que o cientista faz, mas naquela que ele não faz. O conhecimento que não se produz, por causa do descompromisso com as necessidades de transformação social, parece-me ser uma questão muito mais séria do que a discussão sobre o possível mau uso da ciência já feita. A primeira dessas questões é, talvez, mais pertinente à Psicologia do que a segunda (p.59).

Duran, entre as proposições de Luna (1981/1983) e Sandoval (1982), indicava que à Psicologia – e especificamente ao analista do comportamento – competia o compromisso social na produção de seu conhecimento. Em conjunto, tais ponderações sobre o papel da Análise do Comportamento e do psicólogo comportamentista sobre a compreensão e transformação da sociedade são indícios de que Sá não era o único autor nesse íterim refletindo sobre tais rubricas. Esta constatação, além de nos auxiliar a ponderar o adjetivo de proposição própria, o

qual designamos à Sá, também abre flanco para questionarmos se existiam outros autores produzindo questionamentos similares e porque Sá não se conectou a eles? Ou mesmo; porque Sá não publicou nos Cadernos de Análise do Comportamento?

Sabemos, a partir das pesquisas de sua tese, que Sá ampliou sua proposta de atuação psicossocial do psicólogo comportamentista no íterim dos volumes publicados dos Cadernos de Análise do Comportamento previamente citados, motivo pelo qual tais questionamentos ressoam com mais preponderância. Para tanto, o exame da atividade intelectual de Sá durante seu doutoramento será imprescindível para compreender tais aspectos da comunidade científica e também os próprios movimentos intelectuais realizados pelo autor – e.g., o abandono de uma estratégia gradualista para outra mais célere.

6. A TEORIA-TECNOLOGIA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Nosso objetivo neste capítulo é o de analisar, a partir de nossas premissas historiográficas, a tese de doutorado de Celso Pereira de Sá intitulada “O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua Aplicabilidade Socialmente Relevante”. Nosso argumento principal nesta etapa é de que Sá se apropriou do referencial do Comportamentalismo Radical e da Análise do Comportamento como uma teoria-tecnologia de intervenção psicossocial e de transformação social. Em continuidade à dissertação de mestrado, mas com importantes deslocamentos, a tese assumiu um formato empiricamente fundamentado. Se na dissertação o autor buscava examinar a compatibilidade entre o Comportamentalismo Radical de Skinner e algumas formulações sociológicas sobre o controle social, aqui o propósito foi testar, no plano prático, se a teoria-tecnologia da Análise do Comportamento pode ser mobilizada como instrumento de conscientização e de resistência em contextos populares.

Com isso, nosso segundo argumento que se depreende do primeiro, é o de que Sá ofereceu uma proposição singular do behaviorismo skinneriano não só pela leitura própria e política da obra de Skinner, mas principalmente por estar distante da tradição experimentalista que usualmente marca a trajetória da Análise do Comportamento no país. Ao estar afastado das redes de pesquisa mais consolidadas do campo da Análise do Comportamento, especialmente as sediadas em São Paulo e Brasília (Akerá, 2017; Alves, Miranda & Jacó-Vilela, 2025; Todorov & Hanna, 2010), Sá pode não ter acessado os contextos de controle social possivelmente exercidos por tais comunidades científicas. Apesar de também ter operado como um obstáculo, a ausência de um circuito de validação entre pares funcionou como condição de possibilidade; é justamente essa marginalidade que permitiu a liberdade intelectual para Sá ter produzido uma leitura própria dos textos políticos skinnerianos, os quais o autor citou extensamente, tanto em sua dissertação quanto em sua tese.

Esta última é atravessada por uma dupla motivação: de um lado, o desejo de aprofundar o sistema teórico de Skinner em sua vertente ético-política, frequentemente marginalizada no escopo deste quadro de referência em detrimento do experimentalismo (César, 2002; Cirino,

Miranda & Souza Júnior, 2012; Torres, 2018; Todorov & Hanna, 2010) e por outro, a necessidade de responder aos desafios concretos do período histórico em que foi escrita, marcado pela transição política da ditadura militar para a redemocratização. Este período histórico dentro do regime militar é classificado como a Reabertura Política, iniciado em 1979 e consolidado em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã. A reabertura política teve início com a chamada distensão — uma manobra política conduzida pelos próprios militares no final da década de 1970, que buscava controlar e graduar a abertura do regime. Ainda que fosse uma estratégia vinda de cima, destinada a preservar parte dos interesses das Forças Armadas, abriu brechas que intensificaram as mobilizações populares e a reorganização de sindicatos, partidos e movimentos sociais (Gaspari, 2016; Reis, 2014, Toledo, 2004).

Ao longo da década de 1980, esse processo ganhou força e se articulou à pressão de diferentes setores da sociedade civil, culminando em um cenário favorável para práticas políticas e pedagógicas comprometidas com a cidadania, como a educação popular e projetos críticos no campo da Psicologia (Boechat, 2017; Ferreira, 2010; Hur & Lacerda Júnior, 2017). Nesse cenário, e inspirado nas formulações de Skinner sobre os repertórios comportamentais de resistência ao controle aversivo, Sá buscou verificar se seria possível ensinar formas de percepção e de reação aos controles sociais da vida cotidiana. Sua tese se estruturou, assim, em dois grandes blocos: um primeiro de caráter teórico em que Sá discute os fundamentos do behaviorismo radical e sua pertinência para o enfrentamento das questões sociais daquele período; e um segundo de natureza empírica, em que relatou o uso da Cartilha de Contracontrole Social em atividades de educação popular com lideranças comunitárias do Rio de Janeiro.

A teoria-tecnologia do Comportamentalismo Radical como ferramenta de intervenção

A pesquisa de doutorado de Sá (1985, p.6) teve “seu objetivo terminal declarado, qual

seja, a avaliação da efetiva aplicabilidade do behaviorismo radical, se não à solução, pelo menos a um equacionamento teórico útil de alguns dos mais sérios problemas sociais humanos”. A partir dessa passagem, interpretamos a continuidade do intuito de testagem do alcance da Análise do Comportamento – desta vez, sua capacidade para a resolução “dos sérios problemas sociais humanos”, uma vez que parece haver uma inquietação central que atravessa todo o percurso de sua tese: afinal, o sistema teórico proposto por Skinner — o behaviorismo radical — teria fôlego conceitual e densidade ética suficientes para sustentar práticas comprometidas com transformação social? Em outras palavras, seria possível pensar o behaviorismo radical como base legítima para intervenções psicossociais, orientadas por valores emancipatórios, como justiça, autonomia e participação democrática?

A resposta a essa pergunta parece estar atrelada a uma leitura mais detida das contribuições de Skinner sobre o comportamento humano e, em especial, sobre sua parcela socialmente relevante, esta que está intimamente conectada com a dimensão tecnológica voltada à transformação do mundo e das relações humanas. A partir de Skinner, o behaviorismo radical se estruturou como um instrumental que pretendeu compreender e modificar ativamente a realidade social, prevendo e controlando o comportamento humano (Rutherford, 2000; 2003). Conforme Sá (1985, p. 187):

A análise experimental do comportamento, como corpo científico de conhecimentos, que vinha se constituindo sob a liderança de B. F. Skinner, estava assim fadada a produzir também, paralelamente ao seu próprio desenvolvimento básico, uma tecnologia, ou seja, um corpo articulado de aplicações técnicas aos mais diversos problemas relacionados com o comportamento humano.

A distinção entre teoria e tecnologia se dilui na medida em que os próprios conceitos do corpo teórico são operacionais. Ou seja, pensar o comportamento a partir da lógica operante implica automaticamente em um modo de agir sobre ele (Rocha, 2018). Portanto, ao utilizarmos o termo teoria-tecnologia, desejamos assinalar que a teoria comportamentalista radical é, além de

um corpo teórico explicativo, também uma tecnologia em si mesma.

Nesse contexto, a pergunta sobre o alcance do behaviorismo radical como base legítima para intervenções psicossociais carrega consigo a possibilidade do uso da própria teoria como tecnologia para a mudança, ainda que mediada por um instrumento (a Cartilha). Com isso, Sá parece questionar a partir de Skinner, ao recuperar um trecho do livro “Sobre Behaviorismo”:

“Proporcionará ela [a filosofia do behaviorismo radical] uma tecnologia e, em caso positivo, que papel desempenhará nos assuntos humanos?” (Skinner, 1974, p.7 citado por Sá, 1985, p.101). Apesar de Skinner ter elaborado essa pergunta como se o processo de formação de uma tecnologia fosse posterior às formulações teóricas do comportamentalismo radical, é visível que em suas obras havia uma ênfase de que os princípios operantes constituíam além de uma ferramenta para compreender o comportamento, um verdadeiro arsenal tecnológico capaz de reorganizar práticas sociais (Rutherford, 2009).

Em *Walden II*, Skinner propôs, em termos operantes, o funcionamento de uma comunidade em que o arranjo das contingências é a própria demonstração de como a lógica do reforçamento positivo poderia constituir uma ordem social mais justa e cooperativa (Lopes, 2015). Isso reforça a ideia de que, no caso de Skinner, teoria e técnica se confundem: a explicação do comportamento humano já é, ao mesmo tempo, uma prescrição tecnológica de como moldar ambientes sociais. A ciência do comportamento seria, então, inseparável de sua dimensão tecnológica, principal elemento de apropriação de Skinner por Sá: “A rigor, é apenas a esta última questão – o papel que uma tecnologia avalizada pelo behaviorismo radical poderá desempenhar nos assuntos humanos – que o presente trabalho busca fornecer alguma resposta (...)” (Sá, 1985, p.101). O Comportamentalismo Radical, sob essa perspectiva, é uma tecnologia política para pensar e agir sobre as condições de vida. Essa leitura ganha força à medida que Sá articula a teoria behaviorista radical com outros valores, como participação democrática, justiça social e emancipação.

A resposta para as inquiuições sobre o fôlego conceitual do comportamentalismo radical

em assuntos socialmente significativos e sobre sua capacidade tecnológica social é positiva – seu corpo teórico operante é, em si, a tecnologia de intervenção social:

Ao invés, portanto, de considerar que as principais instituições sociais que controlam o comportamento humano repousem sobre princípios abstratos - o governo, na soberania; a religião, na virtude (...) - deve ser mais vantajoso vê-las todas como complexas e algo distintas tecnologias comportamentais, passíveis assim de uma análise operante capaz de ensejar a formulação de formas eficazes de contracontrole em seus próprios âmbitos de influência social (Sá, 1985, p. 239).

Assim como Skinner vislumbrava na lógica operante uma engenharia social capaz de estruturar uma comunidade mais igualitária, Sá se apropriou dessa matriz conceitual para pensar alternativas concretas de resistência à ditadura militar brasileira, tratando a teoria operante como uma tecnologia política que poderia oferecer ferramentas práticas de emancipação e democratização.

Há novamente uma continuidade em relação às conclusões da dissertação de mestrado, a saber, compreender como se dá o controle social é condição para produzir a transformação social a qual, naquela ocasião, implicaria na tecnologia do planejamento social. Já no texto da tese, a tecnologia de transformação social é ancorada no conceito de contracontrole social, com a proposta da aplicação de uma Cartilha de Contracontrole Social. A Cartilha foi um projeto de formação política de sujeitos para capacitar a leitura crítica de sua própria condição de produção de vida e, a partir disso, agir para transformá-la – tópico pelo qual nos debruçaremos mais extensamente nas próximas seções.

Por enquanto, cabe dizer que o Comportamentalismo Radical, nas mãos de Skinner é tomado como uma tecnologia de leitura e de ação social e assim o é também nas mãos de Sá e de sua Cartilha: “Assume-se aqui, tranquilamente, que o corpo de conhecimentos teórico-aplicados esboçado na Cartilha, e de possível concretização social futura como resultado de uma plena apropriação popular do behaviorismo radical, pode ser adequadamente rotulado

como uma tecnologia do comportamento” (Sá, 1985, p. 360). Essa característica permite vislumbrar a possibilidade de uma engenharia comportamental voltada para a transformação social, como fez Skinner em suas produções e Sá na ocasião da sua dissertação.

Tal modo de conceber a ciência aproxima a Análise do Comportamento de um projeto tecnocrático, no qual a racionalidade científica se tornaria capaz de moldar o tecido social. O debate entre teoria, técnica e tecnocracia se torna particularmente fecundo nesse contexto, como Sá (1985, p. 279, grifos do autor) recuperou na literatura:

Mishler (1974), por exemplo, contrasta diversos pressupostos subjacentes ao behaviorismo de Skinner com as proposições marxistas, para denunciar o primeiro como uma expressão da ideologia social e perspectiva moral da "consciência tecnocrática". Um de seus argumentos críticos específicos é o de que a abordagem skinneriana substitui a *prática revolucionária* pela *tecnologia social* como base para a mudança social.

A técnica, de modo geral, é concebida como o conjunto de procedimentos derivados de um saber teórico que podem ser aplicados para fins específicos. A crítica de Mishler parece levantar o ponto de que, quando a técnica se emancipa da reflexão ética e política que a deve orientar, corre-se o risco de instaurar uma tecnocracia, isto é, o predomínio de especialistas que aplicam a lógica operante como um mecanismo de regulação social, sem considerar a historicidade, a cultura e a agência dos sujeitos envolvidos (Martins, 1973).

Nessa direção, Skinner procurava mostrar que a tecnologia do comportamento poderia democratizar o controle, distribuindo-o de forma a reduzir práticas coercitivas e ampliar o acesso à reforçadores positivos. No entanto, a materialização desse ideal encontrou tensões quando aplicada a instituições reais; de um lado, os experimentos de modificação de comportamento ofereciam alternativas menos punitivas, mais “humanistas” do que os métodos coercitivos vigentes; de outro, críticos apontavam que o controle comportamental, mesmo sob a lógica do reforço positivo, poderia reforçar estruturas de poder hierárquicas e autoritárias.

Rutherford (2009) analisou como a imagem pública de Skinner oscilava entre a de um “engenheiro social autoritário” e a de um “humanista científico” preocupado em libertar os indivíduos de contingências aversivas.

No contexto brasileiro, a tecnocracia consolidou-se como uma das marcas estruturantes do regime militar brasileiro. A partir de 1964, a política econômica, educacional e industrial foi centralizada nas mãos de especialistas formados em instituições de prestígio, como a Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Guerra e universidades do exterior, eminentemente estadunidenses. Esses técnicos, nomeados para cargos estratégicos, assumiram a condução do Estado sob a lógica de que a racionalidade científica era mais eficiente do que a negociação política. Essa prática transformou a técnica em instrumento de governo, legitimando a exclusão da sociedade civil dos processos decisórios (Codato, 2006; Saes, 1996).

O governo militar utilizou instrumentos de planejamento estatal como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), concebidos por técnicos e implementados de forma centralizada, sem participação popular. No campo educacional, a tecnocracia também se fez presente através das reformas do ensino superior e secundário, elaboradas sob forte influência de organismos internacionais estadunidenses. A educação foi convertida em política de capacitação técnica, concebida como mecanismo para sustentar o modelo de desenvolvimento econômico e às demandas do mercado. Esse processo reduziu a dimensão humanista da formação e submeteu o sistema educacional aos imperativos da produção e da modernização industrial (Cinta, 2014; Rosário, 2016).

Veremos mais adiante que Sá visivelmente tenta escapar de uma possível crítica da possibilidade d’Cartilha assumir um caráter tecnocrático, em que apenas os analistas do comportamento deteriam o poder de realizar análises sobre controle e contracontrole social. Para o autor, o equacionamento ético que impediria a implementação tecnocrática seria do comportamentalismo radical:

Erigido por Skinner à condição de filosofia dessa ciência [Análise do Comportamento],

cumprir, se não o direcionamento, pelo menos a apreciação ética dessa tecnologia, assim como a consequente responsabilidade pela correção de seus rumos, no caso de um julgamento crítico lhe resultar desfavorável (Sá, 1985, p. 187).

Dessa forma, Sá enfatiza que a Análise do Comportamento deveria ser manejada como uma tecnologia permanentemente submetida ao crivo ético de sua própria filosofia fundante, o Comportamentalismo Radical. Mesmo com tentativas regulatórias no campo ético, parece-nos que, ainda que Sá tenha tentado permanecer no aspecto tecnológico da teoria operante (nas suas aplicações e nas suas possibilidades de transformação social), sua posição permaneceu com alguns resquícios tecnocráticos.

Isso é, a crença de que a teoria-tecnologia operante seria capaz de munir a população brasileira para a compreensão de sua realidade e para o estabelecimento de formas de resistência do controle social exploratório e o eventual estabelecimento da democracia é apostar na capacidade técnica de uma teoria. Mesmo que Sá tenha contextualizado sua apropriação de Skinner à realidade brasileira e não delegado a responsabilidade do controle e contracontrole social exclusivamente aos analistas do comportamento, ainda há, em sua proposta, a crença de que é a teoria-tecnologia operante que trará a compreensão e atuação eficiente dos problemas sociais brasileiros. O resquício tecnocrático na posição de Sá reside, nesse sentido, na aplicação da ciência ao ordenamento social em um sentido mediacional; a teoria-tecnologia operante, ao ser apropriada pela população leiga, daria a ela condições de eliminar o controle social exploratório e exercer o contracontrole em diversos setores da sociedade.

Com a forte associação da tecnocracia ao controle social espúrio e exploratório no período ditatorial militar brasileiro, é necessário enfatizar que a tecnocracia não está conectada a nenhum setor específico do espectro político (esquerda, centro, direita, anarquismo e afins), ainda que seu uso pode ter conotação pejorativa para o campo da esquerda progressista (Martins, 1973). Ao adjetivarmos a produção de Sá como contendo resquícios tecnocráticos,

estamos apenas ressaltando o aspecto de sua obra que deposita forte crença na ciência (comportamentalista radical) para a transformação social brasileira. Inclusive, compreendemos que há um forte afastamento de Sá da acepção do termo tecnocracia mais comum, cuja relação se dá entre o poder decisório e a compreensão de que elementos teórico-técnicos de uma ciência permanecem apenas nas mãos dos cientistas que possuem experiência na área.

Nossa interpretação do afastamento dessa posição, no entanto, se dá, pois, tanto no seu ímpeto de associar a teoria-tecnologia operante à educação popular, como também em nossa pesquisa anterior (Alves, 2021), avaliamos a existência de uma postura anti-intelectualista por parte de Sá. Para nós, isso caracterizaria a rejeição pela teorização descompromissada e desconectada com os problemas práticos das massas populares. Isso significa que a ciência precisaria ser passível de apropriação vantajosa por tais massas, estar conectada com sua realidade prática e que a produção acadêmica deveria ocorrer de forma a submeter o conhecimento aos crivos da possibilidade de apropriação popular e de seu uso na atividade prática cotidiana das mesmas.

Da neutralidade à Psicologia Social Comportamentalista Radical

Igualmente à sua dissertação, Sá deu continuidade à sua argumentação contraditória de que estaria se aproveitando do fato do Comportamentalismo Radical e a ciência da Análise do Comportamento serem politicamente neutros. Na tese, Sá se apoia em K. Popper (1902-1994) para reafirmar sua posição:

Em um sentido quase popperiano, como a filosofia do behaviorismo radical não traz embutida em si uma orientação ética própria, suas possibilidades reais e potenciais de aplicação aos assuntos humanos expõem-se, da forma mais ampla e aberta, à eventual demonstração de suas limitações intrínsecas, isto é, à *falsificabilidade* (sic.) (Sá, 1985, p.197, grifos do autor).

A leitura que Sá fez do behaviorismo radical expõe uma tensão difícil de sustentar: embora ele declare tratar-se de uma filosofia e tecnologia neutra, sua própria apropriação é profundamente orientada por valores e finalidades progressistas. Ao eleger como núcleo de sua Psicologia Social Comportamentalista Radical justamente a dimensão socialmente relevante do trabalho de Skinner — voltada ao enfrentamento de problemas humanos e à transformação das contingências de controle — Sá se afasta da neutralidade que afirma defender. Na prática, sua formulação incorpora um viés de esquerda, articulando o vocabulário e os métodos skinnerianos a um projeto político de emancipação e democratização, o que implica reconhecer que essa aplicação já carrega uma direção ideológica. Assim, sustentar a neutralidade enquanto se desenvolve uma proposta explicitamente engajada revela uma contradição: a própria obra de Sá demonstra que, nas mãos dele, o behaviorismo radical não é politicamente neutro, mas uma ferramenta assumidamente voltada à mudança social progressista.

No entanto, a argumentação que evoca a falseabilidade está amplamente amparada em um dos objetivos da tese, qual seja, verificar o alcance do Comportamentalismo Radical e Análise do Comportamento na sua aplicabilidade para problemas humanos socialmente relevantes. Vale pontuar que o momento histórico no qual Sá estava inserido é o momento em que a Análise do Comportamento no Brasil esteve amplamente interessada na sua parcela experimental, voltada para o uso de laboratórios experimentais para a institucionalização da disciplina no país e para a formação de novos analistas do comportamento através dos laboratórios didáticos (Miranda et al., 2020).

Nesse sentido, era “preciso *separar fatos de valores*, é preciso uma formação que privilegie um estudo rigoroso, o uso do método científico, o controle de variáveis, a ocupação de um laboratório” (Lopes & Laurenti, 2016, p.8, grifo nosso). Parece-nos que, ainda que Sá estivesse misturando fatos (científicos) e valores (políticos), também estava respondendo a esse aspecto da comunidade científica de analistas do comportamento, em que o experimentalismo se atrelava à neutralidade científica. Sá foi, então, sujeito de seu tempo; uma vez que analistas

do comportamento no Brasil à época também operavam sob a égide da neutralidade científica.

É justamente ao misturar fatos e valores e se afastar na prática da neutralidade científica que Sá fez importantes considerações sobre a construção da Psicologia Social Comportamentalista Radical¹⁵ em um texto que o autor chega a mencionar em sua tese, mas não se aprofunda nas suas argumentações. No artigo “Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação”, publicado em 1984, Sá aponta que a Psicologia Social Comportamentalista Radical pode ser compreendida como uma proposta que busca fundar a Psicologia Social sobre bases conceituais do behaviorismo radical, concebendo o comportamento humano como fenômeno inseparável do contexto social e cultural no qual ocorre. Essa perspectiva se baseia na recusa de explicações mentalistas, ou essencialistas, e propõe um método de investigação e intervenção voltado para problemas sociais concretos, afastando-se da assertiva de que o conhecimento não é neutro e parte de um compromisso ético-político com a transformação das condições sociais (Sá, 1984). A propósito, a fundamentação feita por Sá no referido artigo é precedida por extensas críticas a Psicologia Social de base cognitivista, que predominava no Brasil à época:

Como o mais conhecido e produtivo representante brasileiro da tradição norte americana em psicologia social, Aroldo Rodrigues a defende, caracterizando as causas de sua crise como exógenas: as críticas dos novos "psicólogos da relevância social", que começam a ingressar na disciplina mas que simplesmente "erraram de profissão; deviam eles ter sido políticos e não cientistas" (Rodrigues, 1978, p. 8). Seus questionamentos, bem como as expectativas que criam em estudantes, leigos interessados e trabalhadores sociais diversos, é que produziriam a crise, ao suscitar dúvidas no psicólogo social de formação tradicional quanto à sua própria identidade

¹⁵ Relembramos que a rubrica Psicologia Social Comportamentalista Radical foi assim denominada pela pesquisadora e não por Celso Pereira de Sá. O mais próximo que Sá chega a fazer é intitular uma subseção de seus escritos com "As perspectivas da psicologia social de fundamentação psicológica 'behaviorista radical'" (Sá, 1984, p. 32).

prévia de "cientista puro", sem compromissos ideológicos, e realizando um trabalho que por sua própria natureza deveria ser capaz de concorrer apenas indiretamente para a promoção do bem-estar humano (Sá, 1984, p. 25).

Certamente podemos caracterizar Sá como um destes “psicólogos sociais da relevância social”, mas o que nos chama atenção, tendo como preâmbulo a afirmativa de Sá sobre a neutralidade do Comportamentalismo Radical, é como essa asserção não condiz com o que o autor pratica em diversos escritos que o lemos.

Outra questão pertinente, que também é o ponto mais robusto de discordância de Sá para com Rodrigues (além do cognitivismo e o mentalismo nele embutido), se trata justamente da questão sobre a relevância social e não de método experimental. Ao contrário da boa parcela de “psicólogos sociais da relevância social” que criticaram Rodrigues pelo experimentalismo e a assepsia (ou neutralidade) das suas pesquisas, Sá não direcionou críticas a esse método:

Rodrigues argumenta ainda, *e de modo bastante convincente*, que os questionamentos não se dirigem basicamente, como muitos pensam, contra o emprego preferido do método experimental e sua suposta inerente produção de resultados irrelevantes ou praticamente estéreis (Sá, 1984, p. 25, grifo nosso).

Com isso, pretendemos demonstrar que o experimentalismo é algo caro para Sá e que a adoção desse método não se relaciona só com a apropriação da Análise do Comportamento (uma disciplina eminentemente baseada em observações experimentais). Por ora, cabe dizer que no contexto das críticas feitas à Psicologia Social predominante daquela época, Sá parece ter optado por um experimentalismo de relevância social em sua tese.

A título de comparação com nossa pesquisa predecessora, em que analisamos artigos e capítulos de livro publicados por Sá, entre 1970 e 1990, a proposta de uma Psicologia Social Comportamentalista Radical apareceu em nosso *corpus* documental com centralidade (Alves & Miranda, 2025), enquanto os conceitos de controle e contracontrole social não ocuparam esta mesma preponderância, ainda que presentes de maneira marcante nos escritos de Sá. O

contexto parece se inverter na presente pesquisa, uma vez que é possível notar a presença da proposta de Psicologia Social Comportamentalista Radical, mas apenas como um projeto implícito:

Face às deficiências e às pretensões de tal orientação teórico-experimental no campo em questão (Psicologia Social de base cognitiva), argumentava-se no referido artigo a favor de uma psicologia social alternativa que, por sua fundamentação behaviorista radical deveria produzir desdobramentos socialmente mais tangíveis e relevantes. Não se pretende insistir aqui nas críticas formuladas contra aquela posição tradicional, e nem meramente reproduzir toda a série de argumentos então articuladas em apoio à perspectiva skinneriana (...) O que se quer enfatizar no momento, (...) é a possibilidade de um extremo enriquecimento do campo da psicossociologia através da legítima incorporação do behaviorismo radical enquanto postura teórica. Este, de resto, tem sido o propósito declarado do autor desde a publicação de seu livro *Psicologia do Controle Social* (Sá, 1985, p.155, grifos do autor).

Ainda que as palavras de Sá digam que a formulação da Psicologia Social Comportamentalista Radical seja seu objetivo declarado, percebemos que este é o único momento na pesquisa de doutorado em que debate sobre sua proposta de campo disciplinar. Por esse motivo, é que o adjetivamos como um projeto implícito, visto que o contracontrole social possui maior centralidade na tese, do que o debate sobre a fundamentação da Psicologia Social Comportamentalista Radical. A partir das palavras de Sá na última citação, alude-se que o controle social e o contracontrole social seriam, para além de objetivos declarados, objetos de pesquisa do referido campo disciplinar. Existe aqui uma postura intelectual de demarcar um campo disciplinar não só pelos seus aspectos teóricos, mas também pelos seus objetos de pesquisa. Isto é, ao pesquisar controle e contracontrole social, estaríamos pesquisando sob a égide da Psicologia Social Comportamentalista Radical.

Para além de seus objetos de pesquisa, de acordo com Sá, a fundamentação teórica

desse campo disciplinar baseia-se em formulações psicológicas básicas e o abandono a pretensão de autonomia em relação às demais ciências sociais. Isto é, a Psicologia Social Comportamentalista Radical é uma disciplina dependente de outros campos disciplinares – Psicologia e Ciências Sociais. Inspirando-se na noção de ciência-charneira, de Maisonneuve, Sá sugeriu restringir o polo psicológico ao behaviorismo radical de Skinner e ampliar o polo sociológico para abranger todas as ciências sociais e humanas. Essa escolha visa caracterizar epistemologicamente a disciplina, ainda que possa ser considerada ambiciosa ou polêmica (Sá, 1984).

O behaviorismo radical foi definido por Sá como uma concepção filosófica materialista que observa o ser humano como um organismo em constante interação com o ambiente, aplicável tanto a contextos sociais quanto não sociais. Nessa perspectiva, os processos comportamentais individuais e coletivos seriam analisados a partir de contingências de reforço e controle que operam tanto nas interações face a face quanto nas instituições e práticas culturais mais amplas. Nesse sentido, entende-se que o grupo é um fenômeno a ser explicado e não se trata da explicação em si, o que reconhece que níveis de controle social distintos (interpessoal, face a face e institucional) são válidos e convenientes para as Ciências Sociais.

O fôlego teórico da proposta de Sá estaria, portanto, no apoio em conceitos tidos pelo autor como básicos e na resistência a refutações empíricas advindas de outras áreas. Essa característica torna o behaviorismo radical particularmente útil às ciências sociais, pois complementa suas descobertas, ao passo que o conhecimento gerado pelas Ciências Sociais complementa a Psicologia Comportamentalista Radical.

O experimentalismo de relevância social

Sá desloca momentaneamente o foco da experiência empírica para elaborar uma reflexão crítica e teórica sobre os limites da aplicabilidade social do behaviorismo radical a

partir do diálogo com dois autores da Ciência Política: Fred Neal e Dennis Pirages. Estes autores são trazidos porque foram responsáveis por apontar problemas da teoria skinneriana em sua aplicação política (ou humanamente significativa) que, conseqüentemente, se direcionariam ao trabalho de Sá. Assim, Pirages (1973, p. 63) defende que:

As contingências pelas quais o comportamento humano é moldado estão embutidas em instituições sociais. Para modificar o comportamento coletivo, as instituições que modelam esse comportamento devem ser correspondentemente alteradas. Qualquer padrão de comportamento esperado que se torna “institucionalizado” é, por definição, difícil de mudar.

Pirages indica que a instabilidade social seria amplificada por um padrão histórico de concentração de poder aquisitivo nas mãos de poucos, o que compromete a distribuição equitativa de reforçadores e, por conseguinte, a viabilidade de uma cultura democrática e participativa. Sá se apropria dessa leitura para delimitar que parte do desafio que se impõe a sua empresa é da ordem do controle de estímulos, isto é, sua Cartilha seria o estímulo discriminativo para diversas classes de comportamento em oposição à modelagem de comportamentos específicos.

Neal, por sua vez, é citado para fortalecer a crítica ao idealismo utópico e para ressaltar a força das ideologias como barreiras à mudança cultural. Neal aponta que muitas das propostas de transformação esbarram na resistência de contingências já estabelecidas, sendo necessário um esforço político significativo para deslocar as crenças e práticas hegemônicas. Em observação do autor:

Valdimir Bakaric, o líder comunista iugoslavo, argumentou que padrões de comportamento que tinham um efeito em um “ambiente capitalista” teriam um efeito diferente em um “ambiente socialista”. Mas que o problema possa ser colocado revela a necessidade de lidar com ele em conexão com uma teoria de engenharia social como a de Skinner (Neal, 1973 p.174).

Virtualmente respondendo a essa colocação, Sá situa que os padrões de comportamento a serem fortalecidos pelo seu instrumento empírico (a Cartilha) dependiam eminentemente do comportamento verbal como veículo e ferramenta. Isto é, esperava-se que a leitura da Cartilha sensibilizasse o processo de controle de estímulos de maneira a tornar seus leitores mais propensos para a construção de um ambiente progressista pela emissão de comportamento de contracontrole.

Comparativamente com nossa pesquisa predecessora (Alves, 2021), notamos que naquela ocasião os conceitos de controle e contracontrole social não ocuparam a centralidade a qual havíamos levantado como hipótese no início. Novamente, essa situação se inverteu na presente pesquisa e com a mudança das fontes as quais analisamos; controle e contracontrole social se apresentam de maneira central neste *corpus* documental. Igualmente, havíamos levantado a possibilidade de uma apropriação e influência proeminente de James G. Holland no trabalho de Sá, o qual não se concretizou a partir das fontes utilizadas alhures. Na tese de Sá (1985, p.243) é perceptível apropriação de Holland:

Nesse sentido, um dos mais importantes pontos da formulação original que mereceu ou exigiu amplos esclarecimentos e reflexões foi a proposta de Holland (85) de que "o cientista do comportamento analise a operação de controle comportamental em nossa sociedade e comunique essa análise a outros para que estejam melhor preparados para o contracontrole" (p. 273-274).

Embora a citação atribua importância às proposições de Holland, vemos que elas se localizam apenas em trechos específicos da tese.

Ao longo do texto, há apropriação de proposições marcantes de Holland, sendo: a) afirmar a existência de um desequilíbrio entre a classe dominante e classe dominada, em que a primeira tem mais condições de acessar a tecnologia comportamental para manter o controle social; b) o analista do comportamento possui condições técnico-científica de identificar tais relações de desequilíbrio; c) o analista do comportamento tem o dever ético de comunicar tais

análises e possibilidades de tecnologias comportamentais para que a população possa exercer o contracontrole social (Holland, 1973). Referindo-se a tais prescrições, Sá (1985, p. 287) circundou os propósitos da Cartilha, “Admitindo-se a pertinência de tais requisitos [propostos por Holland], a intervenção pretendida deverá caracterizar-se como um processo de educação popular, através do qual o próprio povo se capacite ao exercício mais eficaz do contracontrole social”. É importante notar que a apropriação que Sá faz de Holland não é meramente reiterativa. Embora se apoie nas ideias de seu antecessor para legitimar o valor do contracontrole como conceito com potencial transformador, Sá diverge dele em alguns pontos.

Primeiramente, Sá se opôs a ideia de que tecnologias de contracontrole social fossem ensinadas por analistas do comportamento progressistas para a população em problemas específicos. Em segundo, a mera replicação de tecnologias comportamentais como “receitas de bolo” (Sá, 1985, p. 288) impediria a real apropriação da população do comportamentalismo radical como forma de compreensão da realidade. Ou seja, há concordância de que existem relações de desigualdade entre classes sociais e de que os analistas do comportamento possuem condições de interpretar e comunicar tais análises ao público leigo. No entanto, há discordância por parte de Sá ao entender que essa comunicação não deve prescindir da centralidade do analista do comportamento para esta tarefa. Isto é, se somente o cientista possui condições de analisar as contingências de desigualdade, a tendência é que a população leiga replique técnicas de contracontrole sem a leitura adequada de sua realidade (Sá, 1985).

Uma outra diferenciação a qual não se caracteriza uma divergência *per se* de Holland, se trata da contextualização aplicada por Sá ao território brasileiro. Em um momento de reabertura democrática, Sá estabeleceu o contracontrole social como estratégia pedagógica de educação popular por meio da Cartilha. Nas palavras de Sá (Sá, 1985, p.230): “o que se pretende especificamente aqui é explorar a aplicabilidade do conceito de contracontrole, avaliando-a em termos de sua possível relevância social em um contexto sócio-histórico-geográfico definido”. Assim, avaliamos que a apropriação de Holland permaneceu a mesma a

nível de importância dentro do *corpus* analisado, na presente pesquisa e na anterior (Alves, 2021). Isto é, Holland compareceu como influência para a construção do objetivo da pesquisa e de seu instrumento empírico (Cartilha), bem como no contorno dos desafios dessa empresa. Afinal, partindo das especificidades de sua localidade e seu tempo, como solucionar os cenários em que a população dependeria de analistas do comportamento para idealizar respostas de contracontrole?

A resposta está na educação popular, especialmente na sua concepção progressista amplamente praticada na América Latina por autores, como Paulo Freire (1921-1997), Marco Raúl Mejía (1952-), Clodomir Santos de Moraes (1928-2016), dentre outros. Essa concepção de educação popular defende que o conhecimento não deve ser imposto de forma vertical, mas construído de maneira dialógica, a partir das experiências concretas dos participantes e com vistas à sua emancipação. Sá, ao propor a Cartilha como instrumento de leitura e análise das contingências sociais de controle, assume uma posição próxima a esse paradigma. Seu objetivo não era apenas transmitir conceitos do Comportamentalismo Radical, mas oferecer às lideranças comunitárias ferramentas para compreender os mecanismos de dominação a que estavam submetidas — e, a partir disso, promover formas de resistência ativa, ou seja, de contracontrole (Freire, 1987; Mejía, 2014; Moraes, 1970). O conteúdo, centrado em conceitos como controle, reforço e contracontrole, é construído de modo a permitir que os leitores identifiquem tais mecanismos em suas próprias realidades sociais — o que, dentro da lógica freiriana, por exemplo, corresponderia ao momento da consciência crítica.

A escolha da educação popular como solução para os desafios de uma pesquisa empírica de contracontrole social, mediante a elaboração de uma cartilha tem conexão direta com o momento histórico vivenciado por Sá. Findado os Anos de Chumbo, teve início o período de Reabertura Política, que compreendeu o período entre 1979 e 1985. Ainda que o governo militar tenha praticado a manobra de distensão (preparação para a saída do governo militar para um governo democrático), a repressão e vigilância do regime mantiveram-se

atuantes nesse ínterim. Por exemplo, Sá participou da 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocasião em que apresentou o trabalho “Controle e contracontrole do comportamento na construção de uma sociedade democrática”.

Na ocasião, o Serviço Nacional de Informações (SNI) – um dos órgãos de vigilância do governo militar – esteve presente no evento, produzindo um “Relatório Especial de Informação” no qual todas as apresentações foram monitoradas e descritas no documento observado na Imagem 6, a seguir:

(Vide Lançamento no verso desta folha) 257

CONFIDENCIAL 009621 80

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÃO Nº 001/19/AC/80

DATA : 16 JUL 80

ASSUNTO : 32ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

ORIGEM : AC/SNI

DIFUSÃO : CH/SNI - CIE - CISA - CENTMAR - CI/DPF

ANEXO : Da constantes do item 5.

I. ANTECEDENTES

a. JOSÉ GOLDENBERG, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fez uma série de declarações, nos dias que antecederam à realização da 32ª Reunião Anual da entidade, não só a respeito da SBPC, como também sobre o evento. Dessas declarações, destacam-se as seguintes:

- "A SBPC, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja e as instituições da sociedade civil, foi porta-voz da opinião democrática no período anterior à abertura";
- "Quando há possibilidade de outras canais políticos se expressarem", disse esperar que agora "a Sociedade possa voltar à sua principal preocupação que são os interesses específicos dos cientistas";
- "Mesmo que a entidade queira ser apolítica, atualmente ela não consegue. Esse tipo de discussão que, numa sociedade onde a democracia já se estratificou, deveria ser travada no Congresso, acaba politizando os debates da comunidade científica";

CONFIDENCIAL

Imagem 6: Relatório Especial de Informação (fonte: Serviço Nacional de Informações, 1980).

Um dos anexos deste documento é justamente a descrição da apresentação feita por Sá,

possível de observação na Imagem 7:

ANEXO ao Relatório sobre a XXXIª Reunião da SBPC (1980) Síntese de declarações	
NOME (S): <u>CELSO P. DE SÁ</u>	
FUNÇÃO (ÕES): MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA APLICADA.	
TEMA: "A INVESTIGAÇÃO E A INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS POSSIBILIDADES SOCIALMENTE RELEVANTES"	
DATA/LOCAL:	07 JUL 80 - UERJ RIO DE JANEIRO/RJ
SÍNTESE	
<p>Desenvolveu a aplicação dos conceitos "Controle e Contra-Controle" do comportamento, afirmando que os controladores sempre puderam controlar mais do que foram controlados. Construiu toda temática sobre os trabalhos de SKINNER.</p> <p>Afirmou "estamos preparados para fazer o contra-controle do controle pelo uso da força, mas não estamos preparados para resistir a outras formas de controle".</p> <p>Propôs aos psicólogos engajarem-se na promoção da Justiça Social e produzirem tecnologias simples de controle-psicologia caseira.</p>	

Imagem 7: Detalhe do Relatório Especial de Informação (fonte: Serviço Nacional de Informações, 1980).

De posse desses documentos e sabendo o conteúdo subversivo da pesquisa de Sá, surgiu a hipótese de que Sá possa ter sofrido algum tipo de represália pelo seu posicionamento abertamente progressista. Ao questionarmos diretamente nossos participantes sobre esse ponto, todos afirmaram desconhecer consequências diretas desse posicionamento após sua chegada como professor na UERJ (e, portanto, após essa apresentação). Ainda que seja possível elucubrar hipóteses do porquê Sá não foi preso, exonerado ou mesmo advertido, consideramos ser mais profícuo (no estado atual dessa pesquisa) utilizar tais fontes para descrever o contexto de vigilância do Estado em que Sá produziu sua Cartilha.

Nesse cenário, a produção de cartilhas de educação popular era um importante instrumento de comunicação de uma variedade de informações, sendo possível dizer que estas tinham o objetivo de estabelecimento de consciência crítica da população. Entre as décadas de

1970 e 1990, diversos movimentos sociais, pastorais e organizações populares no Brasil produziram cartilhas – materiais didáticos em formato de livretos – para promover educação popular de caráter político-pedagógico. Essas cartilhas abordavam temas como alfabetização, saúde, direitos e organização comunitária, usando linguagem acessível e incentivando a conscientização e a mobilização. Para fins de exemplos, em 1971, o Movimento de Educação de Base (ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) criou a Cartilha de Alfabetização, voltada para camponeses e populações rurais, incorporando conceitos da pedagogia freireana. O conteúdo da Cartilha ensinava leitura e escrita, partindo de palavras geradoras ligadas ao cotidiano e aos direitos básicos, visando também despertar a consciência crítica. Isso vinculava a aprendizagem da leitura à organização comunitária e à luta por direitos (Cordeiro & Fischer, 2021).

Temos ainda diversos exemplos do uso de cartilhas como forma de educação popular:

- a) a Cartilha de Formação Sindical (Central Única dos Trabalhadores - CUT), de 1982; b) a Cartilha de Alfabetização e Conscientização Agrária (Movimento dos Sem Terra - MST), de 1986; c) a Cartilha da Pastoral da Criança, da CNBB, utilizadas por figuras como Dra. Zilda Arns Neumann (1934-2010) e Dom Geraldo Majella (1933-2023), entre 1983 a 1989; d) Cartilha “Constituinte nas Comunidades” (CNBB), utilizada em 1987, para a educação política e divulgação de direitos na nova Constituição. Tais materiais evidenciam o papel institucional de organizações, como a CNBB, a CUT e o MST, no uso de cartilhas como instrumento para a transformação social brasileira; a alfabetização de jovens e adultos, direitos sindicais e trabalhistas; a prevenção da desnutrição e mortalidade infantil, dentre outros (Cordeiro & Fischer, 2021; Paranhos, 1999; Neumann, 2003, Neves, 2020).

É nesse universo em que a cartilha de Sá se situa, na proposta de ensinar noções de análise do comportamento – como estímulo, reforço, punição e, sobretudo, contracontrole – a lideranças comunitárias do Rio de Janeiro, por meio de um material didático popular, aproximando sua experiência das demais práticas pedagógicas populares da época. Isso se

correlaciona frontalmente com as formas de comunicação da população no geral naquele íterim a qual se dava por cartas, orelhões (telefones públicos), telefones fixos (considerando que apenas pessoas com alto poder aquisitivo possuíam linhas telefônicas), cartazes e afins.

Nessa direção, D. Oliveira (2024, comunicação pessoal, s.p.) rememorou que:

A gente imprimia um cartaz convocando uma assembleia e as pessoas iam e discutiam e tomavam decisões lá. Quer dizer, essa era a comunicação. (...) Então, faz sentido uma cartilha. O que a gente mais produzia na década de 80 eram cartilhas, por exemplo, para educação e saúde. (...) A gente construía formas de intervir em grupos socioeconômicos desprivilegiados.

Percebe-se que havia no projeto de Sá elementos característicos da posição política de esquerda ou progressista brasileira daquele momento no que tange a forma de comunicação eleita pelo autor. Esse tipo de instrumento compreendia o ato de conhecer como um processo de libertação e tomada de consciência. Ainda que Sá não cite diretamente autores clássicos da educação popular latino-americana, sua prática se aproxima metodologicamente dessa tradição ao propor uma pedagogia do diálogo e ao valorizar a experiência concreta dos participantes como parte das exemplificações de princípios comportamentais.

No entanto, a Cartilha de Contracontrole Social não se configura apenas como um artefato pedagógico inserido no repertório da educação popular brasileira, mas também como uma resposta metodológica à exigência de demonstração empírica no interior da comunidade analítico-comportamental. Para Sá, a elaboração e a aplicação da Cartilha funcionam simultaneamente como extensão prática de sua perspectiva ética e política e como uma tentativa deliberada de validar a aplicabilidade do behaviorismo radical em contextos sociais complexos. A Cartilha é, nesse sentido, tanto um instrumento de formação crítica quanto um ensaio empírico — no qual Sá submete o behaviorismo radical a um teste de relevância social.

Essa interpretação vai na direção do perfil intelectual de Sá no qual nossos participantes narraram sobre a necessidade que o autor demonstrava sobre um instrumento de contracontrole

social que fosse empiricamente testável:

Eu me lembro da coisa da cartilha. A gente dizendo que não vai funcionar, lembra?

‘Essa coisa da cartilha não funciona’. Ele (Sá) falava assim: ‘eu preciso de uma ação empírica. Entendeu? Eu preciso ver se é possível criar condições para o contracontrole’.

Ou seja, criar condições para garantir o campo democrático (R. Vialves, comunicação pessoal, 2024, s.p.).

É como se Sá, mesmo não sendo fruto da tradição de formação dos laboratórios experimentais didáticos da Análise do Comportamento, ainda assim tentasse responder a essa lógica de funcionamento em sua tese. Ao ser questionado sobre “por que uma cartilha? ”, R. Vialves continuou rememorando:

Podia ser um instrumento skinneriano, mais próximo do Skinner. É como se o Celso...
Veja, como ele foi para as articulações com a sociologia e consciência política e etc., às vezes ele sentia a necessidade de voltar ao núcleo duro do Skinner. É como se ele estivesse se escapando do núcleo duro do Skinner e o traindo moralmente. Isso era bem Celso (comunicação pessoal, 2024, s.p.).

Uma hipótese para a ênfase de Sá no experimentalismo e na empiria é que, para além da função indutiva, poderia cumprir também uma função de ajustamento e aceitação diante de seus pares, como uma forma de pertencimento a esta comunidade.

Paradoxalmente, o distanciamento de Sá da comunidade behaviorista tradicional — como já apontado em sua escassa interlocução com autores da área — talvez tenha sido o que lhe permitiu realizar uma pesquisa com características adversas às do cenário comum da Análise do Comportamento naquela época. A título de contextualização para esse argumento, vemos que a produção em periódicos especializados em Análise do Comportamento esteve majoritariamente voltada a questões técnicas, experimentais e aplicadas em contextos controlados, com reduzida atenção a temas de natureza política, cultural, ética ou social. A pesquisa de César (2002), que examinou a produção nacional de 1961 a 2001, evidenciou um

predomínio de referências estrangeiras e de trabalhos voltados à sistematização conceitual e metodológica, sem espaço expressivo para debates sobre problemáticas sociais amplas.

Do mesmo modo, a pesquisa de Torres (2018), sobre os dois primeiros periódicos especializados em *Análise do Comportamento* no país, ativos entre 1976 e 1986, mostra que a maioria dos artigos tratava de pesquisas aplicadas e básicas em moldes laboratoriais ou educacionais, reduzindo as discussões sobre questões sociopolíticas aos autores Silvio Paulo Botomé (1979), Salvador Sandoval (1982), Sérgio Vasconcelos de Luna (1983) e Álvaro Pacheco Duran (1983) já mencionados. O conjunto desses dados demonstra que, durante as décadas de 1970 a 1990, a área se consolidou como um campo de produção científica denso e tecnicamente especializado, mas escassamente permeado por pautas políticas que marcavam a vida social brasileira naquele período.

Nesse sentido, é factível considerar que a baixa circulação de Sá em uma comunidade científica com tais características teve duplo impacto nas características da sua pesquisa: a) estabeleceu liberdade intelectual para Sá já que havia pouco ou nenhum controle social institucionalizado que pudesse atuar sobre seus rumos (a escolha pelo objeto, a leitura interdisciplinar, a postura progressista e etc.), uma vez que seu orientador, seu programa de pós-graduação e agências financiadoras anuíram com tal empreitada. No caso específico de seu orientador, ele próprio também não possuía conexões com as comunidades científicas da *Análise do Comportamento*, para que pudesse ser controlado e, por sua vez, influenciasse Sá; b) ao mesmo tempo, isso garante um anseio implícito por parte de Sá para respaldar sua pesquisa de cunho social progressista por meio de procedimentos experimentalistas: observação, testagem e aplicação - com vistas a falsear ou não o instrumento, avaliar sua eficiência e, principalmente, diferenciar-se de um ensaio teórico.

Democracia e Contracontrole Social

Como vimos durante todo o percurso de nossa pesquisa, o trabalho de Sá foi atravessado por elementos biográficos e sócio-políticos – de forma mais evidente, a ditadura militar. Com isso, os contornos da definição do conceito de contracontrole social e elaboração da Cartilha tem relações intrínsecas com a Reabertura Democrática, uma vez que o motivo para a elaboração de tal instrumento era o de reestabelecimento da democracia e construção de consciência crítica sobre os impactos do governo ditatorial no cotidiano popular. Na própria Cartilha vemos a definição de democracia, didaticamente explicada por Sá (1985, p.602):

No seu sentido mais concreto, democracia vem a ser um sistema social em que o controle está sempre sujeito a um contracontrole institucionalizado, oficializado, socialmente aceito. E a principal consequência disso é a prevenção dos controles aversivo e exploratório. Onde não há ainda democracia, o contracontrole toma a forma de movimento popular.

Tais controles, aversivo e exploratório, são exaustivamente exemplificados no conteúdo da Cartilha, com situações vivenciadas pela população durante o regime militar; a perda de direitos civis e trabalhistas, prisões, agressões ou perseguições, o aumento da precariedade das condições de vida em favelas do Rio de Janeiro e etc.

A impressão quase sinonímica entre democracia e contracontrole social para Sá é algo que já havia se expressado em nossa pesquisa anterior (Alves, 2021). Uma passagem que demonstra isso é uma anotação pessoal do autor, em que ele afirma: “Contracontrole é luta. A construção de uma sociedade democrática é luta.” (Sá, 1985, p.5, grifos do autor). Em termos comparativos, portanto, vemos que essa correlação entre os dois termos comparece também na tese.

Inclusive na tese, Sá possui mais espaço construir essa relação, envolvendo outros conceitos skinnerianos nesse processo, tal como o de Agências Controladoras. Sá propôs,

então, a existência de uma “agência democratizante”:

Ao conjunto de todos os movimentos e instituições concretas de contracontrole podemos dar o nome de "agência democratizante geral". Mas, como afirmamos, o possível sucesso dessa agência geral repousa, em última análise, sobre a quantidade e os diferentes objetivos especializados dos grupos que a compõem (Sá, 1985, p. 609).

A agência democratizante seria composta pelos diversos grupos sociais atuantes em suas comunidades naquele período. E que apareceram na caracterização da educação popular como sujeitos que mais a utilizaram: as comunidades eclesiais de base, grupo de moradores ou associações de bairro, sindicatos de trabalhadores, grupos estudantis, movimento dos camponeses e dos trabalhadores sem-terra, dentre outros. Tais grupos, com sua atuação específica em setores da sociedade, estariam atuando como contracontrole social para o estabelecimento da democracia pela agência governamental (Sá, 1985).

Caberia a agência democratizante, então, atuar em posições-chave da sociedade como forma de estabelecimento da democracia. Em retorno à concepção de gradualista da pesquisa de mestrado de Sá (1979), entende-se que o planejamento social de Popper, Mannheim e Skinner foram trazidos como uma proposta de contracontrole social. No doutorado, essa posição sofre alguma mudança:

Dadas as condições sócio-político-econômicas vigentes nesta época e neste país, a avaliação exploratória da aplicabilidade socialmente relevante do behaviorismo radical não deve ser conduzida em relação ao quadro de referência utópico caracteristicamente skinneriano A superação a longo prazo, defendida por Skinner, das relações instáveis entre controle e contracontrole encontra-se, portanto, além das ambições do presente estudo (Sá, 1985, p. 295).

A citação sugere um cunho mais imediato da ação e modificação da realidade, distanciando-se da planificação social gradualista.

No entanto, nossa interpretação é de que essa etapa do planejamento social parece ter sido apenas deslocada para depois da conquista da democracia:

Uma revolução é, portanto, um processo extremamente longo e difícil de contracontrole, que não termina com a tomada do poder governamental; depois disso, é necessário um cuidadoso e contínuo planejamento, bem como implantação experimental, de novas tecnologias de controle social. (p. 587)

Nesse sentido, há continuidade de aderência de Sá a ideia de planejamento social, no entanto, seu uso é deslocado como uma forma de manutenção do sistema social democrático, após seu estabelecimento, e não como ferramenta principal para se conseguir chegar até ao *status* democrático. Isto é, na dissertação, a planificação social pela liberdade era a principal estratégia para a transformação social brasileira, enquanto na tese a estratégia principal passa a ser o estabelecimento de consciência crítica por meio da compreensão das relações de controle e contracontrole social. A responsabilidade pelo estabelecimento do sistema democrático é da agência democratizante e dos setores sociais que a compõem.

Para tanto, Sá descreveu em sua Cartilha o controle do comportamento humano como um processo inevitável, presente em todas as interações sociais e nas relações entre indivíduos e instituições. Segundo ele, “se todos os fatos têm causas, ou seja, estão sujeitos a controle por determinadas variáveis, isso também deve acontecer com o comportamento humano.

Realmente, o comportamento humano se encontra sempre sob controle (Sá, 1985, p. 525, grifo nosso). O autor tentou sensibilizar a população de que controlar significa organizar ou dirigir o comportamento, por meio da manipulação de variáveis ambientais, sendo essas variáveis de natureza física, social ou simbólica. Esse controle não é restrito a contextos formais, como o Estado ou organizações, mas está disseminado no cotidiano, desde as práticas familiares e escolares até os mecanismos culturais que moldam crenças e valores.

Assim, propõe que compreender os mecanismos de controle é fundamental para identificar oportunidades de contracontrole:

(...) Vamos estudar de que modos se pode agir sobre determinadas variáveis controladoras a fim de mudar seu comportamento social para melhor; ou seja, de forma a que passe a favorecer ao invés de prejudicar os outros homens. *Este é o objetivo declarado do que chamamos de contracontrole social* (Sá, 1985, p.523, grifos nossos).

Além disso, enfatiza que o controle não é necessariamente opressivo ou negativo; sua qualidade moral e política depende dos objetivos e consequências que produz. Ao reconhecer o caráter inevitável do controle, Sá desloca o debate para a questão de como ele é exercido, por quem e com quais finalidades (Sá, 1985).

Notamos que a definição conceitual mais completa de contracontrole social é dada pelo autor fora do conteúdo da Cartilha:

Qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazos) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização” (Sá, 1985, p. 314).

Definição semelhante é apresentada no conteúdo da Cartilha e de modo mais reduzido e com linguagem menos acadêmica, mas ambas salientam que o contracontrole se trata de respostas individuais ou coletivas capazes de resistir, modificar ou equilibrar relações assimétricas de poder, ampliando o escopo do fenômeno para abarcar, tanto ações individuais, quanto coletivas e reconhecer que a resistência às formas de controle pode emergir em diferentes níveis de organização social.

A formulação explícita de três funções possíveis mostra que o contracontrole não se restringe a um enfrentamento direto e imediato —pode operar preventivamente, antes que as contingências aversivas ou exploratórias se consolidem, ou mitigando efeitos já instalados. O segundo ponto importante é a distinção que Sá faz entre consequências aversivas e exploratórias. Essa diferenciação é central para sua concepção, pois rompe com uma visão

reducionista que trataria o controle nocivo apenas como coerção explícita. Ao incluir o controle exploratório — caracterizado pela apropriação desigual de benefícios do comportamento, muitas vezes mascarada por reforços positivos imediatos —, Sá introduz uma dimensão crítica que abarca relações de poder mais sutis e naturalizadas. Além disso, ao qualificar essas consequências como possíveis sejam a curto, médio ou longo prazos, reconhece que tanto o controle quanto o contracontrole operam em diferentes temporalidades, exigindo análises que vão além do impacto imediato e considerem efeitos retardados, frequentemente mais danosos e difíceis de detectar; o que, novamente, implicaria a planificação social como um passo de avaliação e redirecionamento para possíveis outras ações de contracontrole.

Por fim, a referência à “instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização” situa o contracontrole no campo das relações de poder formalizadas e legitimadas, seja pela lei, seja pelas práticas sociais. Essa ampliação é decisiva porque insere práticas culturais, normas tácitas e tradições sociais no mesmo espectro de análise que as estruturas legais, evitando limitar o estudo do controle às instâncias estatais formais. A menção às práticas em vias de institucionalização, também revela uma preocupação prospectiva, a saber, como identificar e agir contra formas emergentes de controle antes que se consolidem.

São inúmeras as passagens em que Sá qualifica o contracontrole social como luta, resistência, revolução, democracia e afins, de forma que acreditamos que a definição conceitual e as implicações biográficas e sociopolíticas implicadas no seu entendimento estão bem analisadas. Resta, então, compreender a relação do contracontrole social com o comportamento verbal e a concepção de Sá sobre a constituição do humano como um sujeito perpassa elementos verbais e históricos. Dentro dessa perspectiva, Sá (1985, p.293) em citação direta a Rozyenko et al., pontuou que:

O comportamento verbal cria a nossa realidade, estabelece os nossos reforçadores e, em grande extensão, controla o nosso comportamento não verbal. No início do processo de

mudança social tão necessário à sobre vivência da sociedade, devemos nos orientar primeiro para o problema de como mudar tanto o nosso comportamento verbal manifesto quanto o encoberto, e em que direção.

Partindo dessa premissa, o comportamento verbal criaria a realidade social em que os sujeitos estão inseridos, perpassando as interações interpessoais como o estabelecimento de regras, crenças, valores e asserções que mantêm um controle social exercido pelo grupo ético.

A característica do repertório verbal popular (ou leigo) atribui causalidade a instâncias internas (mentalismo) e frequentemente não é clara sobre as fontes de controle do comportamento humano. Também é comum que determinados grupos éticos (àqueles atribuídos por Marx e apropriados por Sá como classe dominante) possuam maior condições de exercer controle social na classe dominada e consigam reforçar amplamente regras e valores que favoreçam sua manutenção como classe dominante, assim como a manutenção de sistemas ou práticas econômicas conectadas a essa dominação. Disso entende-se que a principal estratégia de controle social da classe dominante, para além do controle econômico, é verbal. Esses controles sociais são amplamente reforçados por verbalizações que induzem os sujeitos às crenças de que: a) o mundo não pode ser transformado e seguirá sendo sempre o mesmo (fatalismo); b) a ascensão econômica depende única e exclusivamente do esforço individual das pessoas em seus postos de trabalho; c) de nada vale o interesse por política, já que todos envolvidos são corruptos; dentre outros.

Historicamente, sabemos ter sido comum o controle social da cúpula militar, não só por meio das agressões, violações de direitos civis, execuções e prisões; havia controle social através de comportamento verbal, principalmente àqueles que reforçavam o nacionalismo e crenças sobre ameaças externas ao Brasil: a) “Brasil: ame-o ou deixe-o” – isto é, a qualquer opositor do regime, era atribuído o papel de inimigo da pátria e deveria deixar o país (mais precisamente, ser exilado); b) “o Brasil irá se tornar comunista se a revolução (militar) não ocorrer” e “o Comunismo irá deixar o país pobre” são verbalizações que instigam a aceitação

do regime militar por reforço negativo, tendo em vista que esse grupo político estaria livrando a população de um mal maior; c) “Deus, pátria e família” evocava a dimensão religiosa como fonte de autoridade moral, reforçando a obediência e a aceitação de hierarquias como ordens “naturais” ou “divinas”. “Pátria” apelava ao sentimento de pertencimento e lealdade nacional, estimulando comportamentos de alinhamento com o Estado e caracterizando a oposição como traição ou ameaça coletiva. “Família”, por sua vez, remetia a papéis sociais tradicionais e à preservação de estruturas hierárquicas no espaço privado, reforçando valores conservadores e restringindo mudanças nos costumes.

Nesse contexto, a realidade verbal e social do período em que Sá elaborou a sua tese era amplamente controlada pelo comportamento verbal, de tal forma que este constituiu-se como a principal forma de contracontrole social estabelecido pelo autor a partir da Cartilha. Assim, a postura de Sá segue sendo skinneriana (e semelhante à de Rozynko et al. e Holland), cuja proposição é de que a libertação da população depende de nos livrarmos do mentalismo, do fatalismo e outras verbalizações características do repertório leigo. Se o repertório verbal leigo é repleto desses problemas que impedem a percepção correta das estruturas de controle social e controle do comportamento humano no geral, o que foi adotado por Sá foi o uso de repertório verbal comportamentalista radical para que as pessoas estabeleçam consciência crítica ou, comportamentalmente falando, ampliem seus repertórios de controle de estímulos em relação ao controle social e o controle do comportamento humano. Nesse sentido:

O contracontrole só pode surgir quando se torna clara, normalmente através de uma análise verbal, a relação entre o comportamento controlado, seu reforço positivo imediato e suas consequências aversivas retardadas. (...) Adequadamente orientados, ou organizados em grupos militantes, torna-se mais provável a ocorrência de comportamentos verbais de análise das relações exploratórias; e este é um primeiro passo para o desencadeamento de um contracontrole eficaz (Sá, 1985, p. 582)

Sá aproxima-se de uma perspectiva crítico-analítica que reconhece o papel do

comportamento verbal na percepção de contingências que não são facilmente perceptíveis. A relação entre reforços positivos imediatos e consequências aversivas retardadas — núcleo da exploração dissimulada — só se torna objeto de resistência quando verbalizada e analisada criticamente. Essa verbalização se torna mais provável sob orientações, deliberada ou organização militante, que funcionam como mediadores sociais para transformar percepção em ação política.

Disto depende-se um dos principais desafios da Cartilha: apostar no vocabulário comportamentalista radical (além de suas conceituações) ainda que o público da Cartilha fosse leigo ou não tivesse nenhum indício de possuir iniciação nessa filosofia de ciência. O obstáculo se apresenta quando, mesmo Skinner já reconhecia o baixo interesse da população leiga pela teoria operante e, ainda assim, reafirma a importância do uso do vocabulário comportamentalista radical:

Não é possível justificar o retorno ao vocabulário leigo em matéria de comportamento.

(...) Com o tempo, nos será necessária uma compreensão efetiva do comportamento humano. Para chegar a essa compreensão devemos reconhecer as limitações do remendo que supõe o recurso à discussão em termos correntes e estar dispostos a lançar mão de experimentos que talvez impliquem técnicas complicadas e de enfoques teóricos que talvez sejam expressos mediante termos difíceis (Skinner, 2005, p. 368).

Ao insistir na escolha pela manutenção do vocabulário comportamentalista radical, Sá apropria-se da posição de Skinner de que o uso de termos leigos não é apenas insuficiente, mas potencialmente limitador para o avanço de uma compreensão efetiva do comportamento humano.

A aposta, nesse sentido, não é na comunicação imediata e simplificada, mas na formação conceitual a longo prazo, ainda que isso exigisse atravessar uma barreira inicial de complexidade. No entanto:

Realisticamente, Rozytko, Swift, Swift e Boggs (1961) consideram que a sociedade não será subitamente convertida a uma filosofia operante (p. 87), mas isto poderá ocorrer sim gradativamente, como na modelagem do comportamento individual, através de uma série de aceitações parciais sucessivas da realidade operante (Sá, 1985, p. 293).

A série de aceitações parciais sucessivas mencionadas nos remete a um processo de modelagem em que o repertório conceitual e linguístico de um indivíduo — ou de um grupo social — é alterado até incorporar a filosofia operante. A mudança de concepções e crenças passa necessariamente por mudanças no comportamento verbal, já que é por meio dele que os indivíduos descrevem o mundo, interpretam eventos e interagem socialmente.

Essa passagem sugere que a difusão da perspectiva operante não se dá por conversões súbitas ou choques ideológicos, mas pelo reforçamento gradual de novos padrões verbais, que substituem descrições leigas ou mentalistas por explicações comportamentais. Sá (1985, p. 310) descreve que “a Cartilha de Contracontrole Social foi escrita dentro desse espírito, preconizado por Skinner, de consistente observância da terminologia científica da teoria geral do comportamento representada pelo behaviorismo radical”. De fato, observa-se que o conteúdo da Cartilha é compatível com a descrição de Sá; não houve concessões quanto ao vocabulário comportamentalista radical para a explicação de seus conceitos e a parte que visa aproximar o público leigo desse repertório verbal científico fica a cargo das exemplificações cotidianas, que Sá supôs ser as mais vivenciadas pelos atores que teriam contato com ela (direitos trabalhistas e sindicais, direito a saúde e educação, o poder gregário das associações de bairro e afins).

No entanto, há de se avaliar as consequências dessa postura que, a rigor, resultou em insucesso semelhante ao de Skinner ao tentar abordar a comunidade leiga. Se analisarmos a avaliação das pessoas que participaram da validação da Cartilha, vemos que há consenso sobre a percepção de dificuldade de compreensão do vocabulário o qual foi descrito como

extremamente técnico. Nos capítulos que antecedem a Cartilha, Sá (1985, p. 310) ponderou que:

Apesar de advertido algumas vezes por um ou outro seus colaboradores quanto à possível dificuldade da leitura, autor insistiu em se manter fiel à terminologia behaviorista radical, convencido que estava de que de nada adiantaria traduzir, por exemplo, reforço por recompensa. Na verdade, reforço, como quase qualquer dos outros conceitos skinnerianos empregados, é bastante simples, ficando apenas prejudicada a sua compreensão, e principalmente sua retenção, devido à inescapável competição com o vocabulário tradicional mais enraizado na comunidade verbal.

Parece-nos que a decisão pela insistência nesses parâmetros de comportamento verbal por parte de Sá é algo rígida, principalmente considerando a experiência pregressa de Skinner na sociedade estadunidense (algo inclusive narrado pelo próprio Sá) e os alertas dos leitores que tiveram acesso ao material antes da aplicação da Cartilha.

Essa postura nos faz interpretar que Sá tomou uma decisão muito mais influenciado pelo comportamentalismo radical do que pela educação popular. Nas exemplificações precedentes de cartilhas utilizadas no mesmo período histórico, vemos que o conteúdo é apresentado com vocabulário acessível à população leiga. Também são expostas apenas as informações necessárias para aquilo que se quer ensinar, sem digressões jurídicas, fisiológicas ou até mesmo pedagógicas sobre o assunto.

Para Sá (1985, p. 310), pareceu que “ (...) Qualquer espécie de solução de compromisso não faria mais do que neutralizar a inovação proposta em termos de educação popular, que consistia precisamente na aquisição de um padrão de comportamento verbal alternativo e socialmente eficaz”. Ao menos dois problemas podem ser apontados sobre essa afirmação de Sá. O primeiro é que toda a argumentação da sua tese enfatiza que o objetivo da Cartilha é o ensino do contracontrole social para a população em vulnerabilidade social. Dizer que a proposta de educação popular consiste “precisamente” no ensino do vocabulário

comportamentalista radical significa alterar o objetivo da pesquisa que se narrou em três volumes.

O que foi atribuído como objetivo da pesquisa foi a verificação da relevância social do comportamentalismo radical de Skinner através do conceito (e da Cartilha) de contracontrole social. É crível dizer que o ensino do contracontrole social traria como benefício a aproximação do público do vocabulário comportamentalista radical e que esse *poderia ser* um dos seus efeitos *posteriores* à aplicação da Cartilha. Essa espécie de imprecisão sobre o objetivo da pesquisa explica outros elementos a serem observados sobre sua forma e conteúdo: a) ela é extensa, possuindo 98 páginas; b) o contracontrole social é rapidamente mencionado nas páginas 6 e 17 e é propriamente explicado em suas minúcias a partir da página 6; c) a extensão da Cartilha e a demora para que seu objetivo principal seja apresentado ao leitor tem relação direta com a quantidade de conteúdo exposto o qual, em nossa interpretação, poderia ter sido consideravelmente reduzido com vistas a privilegiar a exposição do contracontrole e como emiti-lo.

O segundo problema da afirmação de Sá é de que a modificação do repertório verbal comportamentalista radical para que este fosse mais compreensível pelo público, consistiria numa solução de compromisso mais adequada, se o objetivo da pesquisa tivesse sido totalmente seguido. Ora, se o objetivo era o ensino do contracontrole social como forma de preparar as pessoas para a concretização da democracia e pela luta contra desigualdades sociais, é mais do que desejável que se faça uma aproximação do repertório verbal de seu público-alvo. O que parece mais adequado, portanto, é que a Cartilha tivesse sido ainda mais sensível à educação popular de sua época e mais preocupada em como seu público iria receber essa informação, sem que isso recaísse em distorção conceitual ou teórica. A preocupação com *se* o público iria compreender o conteúdo deveria ter sido priorizado acima da digressão excessiva de conteúdo e da linguagem científica. Isso não ocorreu, porque Sá tentou utilizar um único instrumento para dois objetivos (ou variáveis) que são distintos (as): a) ensinar parte de

um campo disciplinar, em especial um conceito; e b) ensinar todo o corpo teórico de um campo disciplinar (ambos para o auxílio da população).

Considerações preliminares

Nosso objetivo neste capítulo foi analisar a tese de doutorado de Celso Pereira de Sá intitulada “O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua Aplicabilidade Socialmente Relevante”, defendida em 1985. Nossa interpretação deste documento partiu de duas argumentações: 1) Sá se apropriou do referencial do Comportamentalismo Radical e da Análise do Comportamento como uma teoria-tecnologia de intervenção psicossocial e de transformação social; e 2) Sá ofereceu uma proposição singular do behaviorismo skinneriano por possuir liberdade intelectual a qual foi construída pela distância da tradição experimentalista que usualmente marca a trajetória da Análise do Comportamento no Brasil.

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo permitiram compreender a Cartilha de Contracontrole Social de Celso Pereira de Sá como um artefato pedagógico e político que, ao mesmo tempo, sintetiza a apropriação singular do behaviorismo radical e testa, de forma empírica, a aplicabilidade social dessa abordagem. Observou-se que a Cartilha não foi apenas um recurso didático típico das práticas de educação popular dos anos 1980, mas um experimento planejado para avaliar a capacidade do público leigo de compreender e utilizar conceitos operantes na análise de contingências sociais, mesmo diante da barreira de um vocabulário técnico. Essa aposta reforça o compromisso de Sá em articular ciência e transformação social, assumindo o risco de um distanciamento comunicacional em nome da precisão conceitual.

O exame detalhado das estratégias e conteúdos empregados evidencia que Sá concebe o contracontrole como um processo que vai além da resistência imediata, buscando fomentar a compreensão crítica das relações de controle para que os indivíduos possam atuar de forma

planejada e organizada. Essa perspectiva alinha-se com um projeto de democratização da ciência e da linguagem científica, inserindo a Psicologia no campo das lutas sociais e políticas. Ao mesmo tempo, a análise revela que essa empreitada mantém diálogo indireto com tradições da educação popular, embora não se fundamente em seus principais referenciais teóricos latino-americanos, o que pode ter limitado seu alcance junto a determinados movimentos e organizações comunitárias.

Por fim, este capítulo mostrou que a Cartilha funcionou como um ponto de convergência entre o experimentalismo e as demandas por uma atuação psicossocial engajada. Tal convergência não apenas confirma a hipótese de que Sá procurou responder às críticas internas da comunidade behaviorista sobre a relevância social da pesquisa, mas também demonstra a viabilidade — ainda que com desafios — de transpor conceitos complexos para a arena pública. As lacunas identificadas, como a ausência de avaliação sistemática do impacto da Cartilha e o diálogo restrito com outras experiências de educação popular da época, apontam para caminhos promissores de pesquisa, capazes de ampliar a compreensão do papel de instrumentos como este na História Social da Psicologia no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o período inicial da trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá, a partir da análise documental da dissertação e tese do autor, contextualizadas em sua trajetória de vida. Assim, em termos específicos, os objetivos eram de: a) mapear os principais conceitos debatidos pelo autor tanto em sua dissertação, quanto em sua tese; b) identificar a rede de autores com quem Sá debate nestes textos para verificar afinidades, apropriações e afastamentos; e c) debater aspectos biográficos de Sá correspondentes ao período de mestrado e doutorado do autor.

Nesse sentido, a trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá, conforme reconstruída nesta pesquisa, revela a confluência entre biografia, contexto histórico e escolhas teóricas. Sua passagem pela Marinha, marcada por discordâncias éticas e políticas com o militarismo e a ditadura brasileira, antecedeu o ingresso na Psicologia, na qual encontrou no marxismo e em leituras sociológicas uma moldura crítica para compreender e transformar a realidade social. Ao aproximar-se do behaviorismo skinneriano durante o mestrado, com orientação de Eliezer Schneider, Sá identificou nesta vertente uma ferramenta compatível com seus preceitos de transformação do *status quo* e de fortalecimento democrático, especialmente no contexto dos Anos de Chumbo.

Sua dissertação, ao examinar teoricamente a compatibilidade entre o controle social descrito pela Sociologia em relação à Análise do Comportamento, constituiu um primeiro passo para verificar a viabilidade de uma atuação psicossocial ancorada em bases comportamentalistas. Embora tratasse de um exame conceitual e epistemológico, o texto apresentava, já naquele momento, um horizonte voltado para a preocupação com o futuro da sociedade brasileira. A preocupação de Sá se alinhava ao espírito de época e de parte da comunidade científica dos anos 1970, marcada por um otimismo em relação ao papel da ciência como força capaz de transformar o mundo em uma direção democrática. Esse traço estava embasado na crença de que a produção de conhecimento científico poderia oferecer

respostas concretas para problemas sociais graves, desde que articulada ao planejamento social criterioso.

Nessa etapa de análise de seu mestrado, os principais conceitos que emergiram em nossas análises foram os de sociedade total, controle social e planejamento social. Tais conceitos denotam a característica mais marcante das publicações de Sá em nossas pesquisas: a interdisciplinariedade. Assim tanto na dissertação, quanto na tese e em outras produções que analisamos anteriormente (Alves, 2021), Skinner foi a principal apropriação de Sá. Em que o autor colocou em diálogo interdisciplinar com autores das Ciências Sociais e Políticas. Dessa forma, na dissertação, Sá buscou dialogar Skinner com Goffman, Florestan Fernandes, Marx, Mannheim e Popper. A principal proposta ancorada nesses autores e conceitos é de que a Psicologia Comportamentista, de Skinner, possuía as bases para construir uma sociedade brasileira gradualmente planejada. Para o planejamento social, era necessário considerar que a sociedade brasileira naquele momento se constituía por uma sociedade total com rigoroso controle social exercido pelo governo militar.

No doutorado, esse interesse prospectivo se materializou de forma empírica, por meio da Cartilha de Contracontrole Social, concebida não apenas como um instrumento educativo, mas como uma aplicação prática das concepções behavioristas radicais sobre controle e contracontrole social. Diferente de outras cartilhas de educação popular da época, que muitas vezes se restringiam em abordagens instrucionais mais gerais, a proposta de Sá partiu de uma base conceitual densa. Ainda que direcionada a um público leigo, a Cartilha apostou no uso do vocabulário técnico do behaviorismo radical, acreditando que a compreensão de seus conceitos era condição necessária para que houvesse mudança efetiva na forma como as pessoas percebiam e reagiam ao controle social. Essa escolha, coerente com a posição de Skinner, implicava a rejeição ao retorno a um vocabulário cotidiano impreciso (mentalista e fatalista) e indicava a disposição de Sá para enfrentar o desafio de traduzir uma filosofia de ciência em uma linguagem de ação social.

O trabalho de Sá demonstrou também uma capacidade singular de transitar entre diferentes tradições teóricas e campos do conhecimento, apropriando-se seletivamente de autores e conceitos para compor seu arcabouço analítico. Na tese, dialogaram com Skinner os cientistas sociais e políticos: F. Neal, A. Comfort, J. Platt e J. Schwab. De forma mais marcante que a dissertação, outros autores comportamentalistas também foram adicionados a esse diálogo: I. Pavlov, J. B. Watson, John Moore, C. Hull, J. Kantor e J. G. Holland. A leitura de outros autores comportamentalistas demonstra que Sá estava atento à literatura da área, especialmente às estadunidenses, embora não estivesse conectado com a comunidade de pesquisadores do campo em Brasil. O autor não se limitou a reproduzir esses autores: os reinterpreto, inserindo-os em um contexto brasileiro específico, marcado pela experiência da ditadura militar e pelo processo de Reabertura Democrática. Esse trabalho não se restringiu ao plano teórico, pois a Cartilha materializou, em termos concretos, a possibilidade de uma intervenção social ancorada no behaviorismo radical.

Em conjunto, a dissertação e a tese de Sá nos mostram que a ciência ocupava, para ele, um papel central tanto na solução de problemas atuais daquele momento histórico quanto na composição de um futuro melhor. Isso esteve conectado ao Milagre Econômico do governo militar e a tecnocracia como discurso desse governo – houve investimento em formação tecnológica para o crescimento econômico do país baseado no discurso de que técnicos tomariam melhores decisões a respeito de seus setores específicos. Conforme enfatizamos, há um projeto progressista e democrático muito claro na obra de Sá – claro o suficiente para asseverar que os resquícios tecnocráticos em sua obra não se relacionam com qualquer adesão ao discurso de que técnicos deveriam ser responsáveis pelo processo decisório dos rumos do país. Ao contrário, sua obra nos direciona para que o processo decisório seja de responsabilidade do povo através da institucionalização da democracia e de agências democratizantes.

Nessa direção, consideramos oportuno comentar que levantamos a hipótese de que esse traço tecnocrático, além de se relacionar mais claramente com a obra skinneriana, poderia também ter relação com a formação militar do autor. Ainda que tenhamos narrado sobre a baixa adesão de Sá ao militarismo (algo que contribuiu para sua saída da Marinha), não há como negar que o militarismo fez parte da sua formação acadêmica desde muito jovem. Isso pode ter contribuído para o contato com aspirações tecnocráticas nos mais variados setores (educação, sociedade, indústria e etc.), o que pode ter influenciado o autor de alguma maneira na sua visão intelectual de mundo. Resta dizer que tal elemento trata-se apenas de uma hipótese a qual carece de outros tipos de fontes para sua confirmação. Por exemplo, nossos três participantes foram enfáticos ao dizer que Sá pouco falava sobre sua vida na Marinha de tal forma que, mesmo nos apoiando também nos achados de Machado (2022), é difícil ter um panorama de como foi o processo formativo de Sá nesse período.

Outra hipótese levantada que carece de mais esclarecimentos é a da rejeição teórica que Sá poderia ter sofrido para justificar a baixa circulação de suas obras. Essa ideia foi levantada em decorrência da revisão narrativa e do seu contraste com as fontes orais e textuais que narram o episódio da defesa de sua tese, em que o autor foi duramente criticado por Carolina Bori. Esses dois pontos fizeram-nos avaliar as possíveis repercussões das críticas de Bori: a) teria ela impedido o acesso de Sá à comunidade de analistas do comportamento? Esse questionamento ainda possui duas camadas – seria necessário avaliar se a ação de Bori teria sido ativa ou se o impedimento teria se dado pelo simples fato de ter feito duras críticas à tese; b) teria Sá tentado contato com outros personagens ou instituições ligadas à Análise do Comportamento (revistas, associações, eventos, etc.)?; e c) teria Sá se resignado com as críticas e preferido se engajar em outro campo teórico (como a Teoria das Representações Sociais)?

Todas essas possibilidades permanecem no campo da hipótese, uma vez que seriam necessárias novas fontes e pesquisas exclusivamente dedicadas a avaliar as repercussões desse fato. De posse da dissertação e da tese, e mesmo dos documentos avaliados em nossa pesquisa

anterior, não há sinais de que nenhuma dessas três hipóteses tenham se concretizado como fatos. Novas pesquisas que objetivem esmiuçar essa possibilidade devem considerar que o acervo de Celso Pereira de Sá ainda estava em fase de organização e catalogação na ocasião de nossa pesquisa anterior e que novos documentos chegaram depois disso. Ou seja, é possível encontrar outros documentos que auxiliem a compreensão dessas hipóteses. Também seria interessante buscar por fontes de Carolina M. Bori ou de periódicos, associações ou eventos da área para analisar tais possibilidades.

Nesse sentido, e diante da constatação de que a dissertação, a tese e o livro *Psicologia do Controle Social* permaneceram cerca de 40 anos sem serem citadas, entendemos que parece fazer mais sentido a hipótese do desconhecimento histórico das obras de Sá e suas contribuições para o comportamentalismo radical. Encaminhamos essa justificativa como ponto para compreender a baixa circulação dos textos de Sá a partir de dois pontos: o primeiro, parte de nossa revisão narrativa que demonstrou um aumento das citações às obras de Sá nos últimos cinco anos, o que seria o efeito da “descoberta” do autor, a partir da sua participação na edição especial da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.

Já o segundo, parte da observação de que a maioria dos textos de Sá que versam de sua afiliação comportamentalista radical foram publicadas no periódico Fórum Educacional ou como capítulo de livro. Tal periódico apesar de já inativo, possui sítio eletrônico onde é possível compreender seu escopo: “Criada pelo IESAE em 1977, pretende-se que Fórum Educacional constitua-se num veículo de divulgação de estudos e pesquisas realizadas no setor educacional (...). Primordialmente, deverá divulgar os trabalhos realizados no próprio Instituto, sejam resultados de estudos e pesquisas, sejam conclusões de seminários ou produtos de estágios (...)”. Assim, como a própria Revista nos esclarece, seu intuito maior é de ser uma plataforma para publicações de alunos e professores da Faculdade Getúlio Vargas, como era o caso de Sá. Por suas características, é possível apontar para uma baixa circulação do próprio periódico – algo que também carece de uma pesquisa para confirmação – o que, por sua vez,

pode ter a descaracterizado como uma revista que analistas do comportamento acessariam para consumir produções brasileiras.

Com isso, a baixa circulação aliada ao desconhecimento histórico parece fazer maior sentido na compreensão dos percalços da trajetória intelectual de Sá no período em que mais ativamente produziu sobre comportamentalismo radical. Conforme havíamos pontuado, é justamente seu afastamento da comunidade da Análise do Comportamento que lhe permitiu liberdade intelectual para a produção de sua Psicologia Social Comportamentalista Radical – essa nomenclatura, em retomada, não foi cunhada propriamente por Sá, mas sim por nós, como forma de caracterizar as contribuições de Sá ao comportamentalismo radical e à Análise do Comportamento. Ao elaborar a rubrica de Psicologia Social Comportamentalista Radical a partir de Sá, pretendeu-se designar tanto a interpretação da pesquisadora quanto a um projeto implícito de Sá na proposta de um novo campo teórico.

Este campo teórico se caracteriza pelo estabelecimento de dois polos dependentes que dialogam entre si – o da Psicologia Comportamentalista Radical e o das Ciências Sociais e Políticas. Disso decorre o diálogo interdisciplinar (e por isso mesmo, campo dependente) da tarefa e da incorporação de elementos e de autores de ambos os polos. A partir da eleição do controle social, da planificação social, do contracontrole social e da Cartilha, como instrumentos de institucionalização da democracia, compreendemos que a demarcação desse campo também passa pela escolha de seus objetos. Todos eles debruçaram-se em fatos sociais, isto é, “coisas que as pessoas fazem umas em relação às outras” (Sá, 1985, p. 523), preferencialmente a partir do compromisso ético democrático e progressista. Dessa forma, a Psicologia Social Comportamentalista Radical:

Estará sempre comprometida a analisar as formulações sobre instituições, classes, grupos sociais, etc., em termos das interações entre os indivíduos que os compõem. Tal articulação entre categorias sócio-histórica-culturais de ordem conceitual superior e a

categoria psicológica básica do comportamento individual só pode ter um efeito tônico, estimulante (...) (Sá, 1984, p. 41).

Consideramos que a escolha de Sá de redigir esse trecho no tempo futuro é um ensejo interessante para a reflexão do lugar dessa proposta atualmente, principalmente considerando o aumento de citações que percebemos em nossa revisão narrativa. Ao observarmos retrospectivamente, constata-se que a proposta de Sá não encontrou ressonância entre seus pares. Tanto nas comunidades científicas da Psicologia Social, quanto da Análise do Comportamento, não há evidências de debates sobre tal vertente em eventos, publicações ou periódicos especializados. Da mesma forma, não se verificou a constituição de um campo autônomo de conhecimento que carregasse essa denominação, tampouco de pesquisadores que se identificassem como pertencentes a essa orientação e desenvolvessem investigações sob tal perspectiva.

Nesse contexto, quais seriam as consequências de uma proposta de Psicologia Social fundamentada no Comportamentalismo Radical tal como delineada por Sá? Um primeiro desdobramento situa-se no âmbito teórico-institucional, pois a formulação apresentada pelo autor pressupõe uma interdependência disciplinar entre o núcleo do Comportamentalismo Radical e o das Ciências Humanas. Considerando que tanto a Psicologia Social quanto o Comportamentalismo Radical — e, por extensão, a Análise do Comportamento — se consolidaram como campos distintos, com comunidades científicas próprias, vinculadas a associações e programas de pós-graduação diversos, a questão que se impõe é: qual seria a posição teórico-institucional de tal vertente proposta? Além disso, quais seriam os direcionamentos teórico-metodológicos desse campo disciplinar?

Em nossa interpretação, o trabalho de Sá é um excelente ponto de partida para a demonstração de que essa empreitada deveria permanecer interdisciplinar e dedicada a compreensão dos fatos sociais, se for estabelecida no presente. A argumentação de Sá em seus trabalhos possui fôlego o suficiente para estabelecer que a compreensão do comportamento

humano nas suas interações sociais depende das contribuições da Sociologia, História, Ciência Política, Antropologia e etc. No entanto, além da tarefa institucional, é necessário ainda estabelecer essas conexões teoricamente, avaliando o corpo teórico-conceitual já existente no comportamentalismo radical e propondo alargamentos conceituais ou mesmo outros novos conceitos. Para essa tarefa, será imprescindível também avaliar se o compromisso ético com o progressismo deverá permanecer como característica desse campo disciplinar no presente, já que propostas conceituais podem carregar em seu bojo teórico aspectos éticos e políticos de uma disciplina.

Nessa última questão, advogamos para que o progressismo permaneça como característica ética e política desse campo disciplinar, devendo estar implicado nas propostas conceituais e também nos aspectos metodológicos de pesquisas nessa seara. Nosso entendimento baseia-se não só em nossa própria adesão ao progressismo, enquanto postura de um espectro político como cidadãos, mas também em seu desdobramento epistemológico na Psicologia e na História da Psicologia. Entendemos, pois, que essa dimensão ético-política direciona a Psicologia e a compreensão de sua história para a premissa de que as instituições, práticas sociais e políticas podem e devem ser transformadas de modo a promover maior justiça, igualdade e liberdade para quem necessita.

Por fim, esperamos que nossa pesquisa abra espaço para novas investigações. Seria relevante, por exemplo, examinar a recepção da Cartilha de Contracontrole Social nos dias atuais, investigando seu impacto efetivo e as formas como pode ser compreendida pelo público. Essa proposta poderia avançar sobre os problemas levantados na Cartilha de Sá; a extensão, o vocabulário e a dedicação a somente uma variável (contracontrole social ou todo o corpo teórico do comportamentalismo radical). Isso aponta para a necessidade, ainda atual, de iniciativas que promovam a popularização da ciência sem abrir mão de sua precisão conceitual — um desafio que, no caso de Sá, foi enfrentado com soluções criativas e ousadas, e que

permanece relevante para pesquisadores e educadores comprometidos com a intervenção social.

Outra vertente promissora consiste em ampliar o levantamento e a comparação com outras cartilhas produzidas no Brasil e na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, de modo a mapear convergências e divergências no uso desse formato como instrumento político e pedagógico. Por fim, o estudo da produção posterior do autor, especialmente no campo da Memória Social, poderia contribuir para entender como (ou se) sua perspectiva inicial sobre ciência e transformação social se manteve, se modificou ou se ampliou ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Alves, R. G. (2021). *Ensaio sobre uma Psicologia Social Comportamentalista Radical*.

Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco.

Alves, R. G., Torres, J. A., Cirino, S. D., & Miranda, R. L. (2019). Enseñanza de análisis de la conducta con recursos limitados en Brasil: una historia con palomas, cartón y creatividad. *Revista De Psicología*, 28(1). <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2019.53940>

Alves, R. G., Costa, A., Rohden, R. F., & Miranda, R. L. (2020). Do behaviorismo radical ao ecletismo teórico: A recepção da Terapia Comportamental em Belo Horizonte (Brasil). *Acta Comportamentalia*, 28(3). <https://doi.org/10.32870/ac.v28i3.76769>

Alves, R.G., & Miranda, R. L. (2022). Mapping Celso Pereira de Sá: Itineraries of his Intellectual Activity (1970-1990). *Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 56(1), e1644. <https://doi.org/10.30849/ripijp.v56i1.1644>

Alves, R., Córdova, L., & Miranda, R. (2022). A produção e a recepção do controle e contracontrole social em James G. Holland e Celso Pereira de Sá. *Acta Comportamentalia*, 30(2). <https://doi.org/10.32870/ac.v30i2.82678>

Alves, R. G., & Miranda, R. L. (2025). Toward a radical behaviorist social psychology from Celso Pereira de Sá. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 42, e220081. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202542e220081>

Almeida, F. C. (2011). O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, 3(8). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>

Akera, A. (2017). Bringing radical behaviorism to revolutionary Brazil and back: Fred Keller's Personalized System of Instruction and Cold War engineering education. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 53, 364–382. doi:10.1002/jhbs.21871

Appearance Publishers. (2022). *APA 7th Manual Made Easy: Full Concise Guide Simplified for Students*. Appearance Publishers.

Arruda, A. (1983). O estudo das representações sociais: uma contribuição à psicologia social

- no Nordeste. *Revista De Psicologia (Fortaleza)*, v. 1(1), p. 5-11.
- Arruda, A. (1985). A representação social da saúde num bairro de baixa renda de Campina Grande, Paraíba. *Revista De Psicologia (Fortaleza)*, v. 3, p. 49-61.
- Brasil. (1964). Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos_Instr/AI-01.htm
- Bloch, M. (1962). *The Historian's Craft*, 4 ed. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Broué, P. (2014). *O partido Bolchevique*. Sundermann.
- Bruno, M. S. (2023). *Contracontrole social e participação popular: Uma análise comportamentalista dos conselhos de saúde do SUS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- Bock, A. M. B., & Ferreira, M. (2001). O resgate histórico como método para a construção da Psicologia. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Pioneiros: Eliezer Schneider* (pp. 7-1). Imago.
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(esp.), 57-70.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5, 1-15.
- Camargo, B.V., & Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Retirado de <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Campos, R. H. de F. (1996). Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. Em R. H. de F. Campos (Org.), *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* (Vol. 1, p. 125–145). EDUC/ANPEPP.
- Campos, R. H. de F. (2008). Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. Em Freitas, R. H. (org). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Campos, N. (2017). História Intelectual e Produção Intelectual: Possibilidades de escrita (pp. 51-79). In *A Prática da História Intelectual e dos Intelectuais*, D. S. Rioz (Org.). Paco

Editorial.

Carrara, K. (2020). *Contingencialismo, comportamento e políticas públicas: Uma análise do comportamento aplicada à sociedade*. EDUFU.

Castelo Branco, P. C.; Rota Júnior, C.; Miranda, R. L.; & Cirino, S. D. (2016). Recepção e circulação de objetos psicológicos: implicações para pesquisas em História da Psicologia. In: R. M. Assis & S. P. Peres (Orgs.), *História da Psicologia: Tendências contemporâneas* (pp. 31-49). Belo Horizonte: Artesã.

Cavalcanti, E. (2015). Medo, comunismo e repressão em tempos de ditadura militar: Pernambuco (1964-1968). Em E. Cavalcanti & G. Cabral (Orgs.), *A História e suas práticas de escrita: Narrativas e documentos* (pp.25-51). UFPE.

Cesar, G. (2002). *Análise do comportamento no Brasil: uma revisão histórica de 1961 a 2001, a partir de publicações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Chomsky, N. (1999). *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Bertrand Brasil.

Chomsky, N. (2006). *O que o Tio Sam realmente quer*. UNB.

Chomsky, N. (2017). *Quem manda no mundo?*. Crítica.

Cicotte, L. (2022). *O conceito de contracontrole na Análise do Comportamento: Origens, transformações e possibilidades políticas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.

Cirino, S. D., Miranda, R. L., & Cruz, R. N. (2012). The beginnings of behavior analysis laboratories in Brazil: A pedagogical view. *History of Psychology*, 15, 263–272.

Cinta, P. H. (2014). Tecnoocracia e formação de professores durante a ditadura militar. *Cadernos de Pedagogia*, 14(7).

Codato, A. N. (2006). Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, 25, 83-106.

Cruz, R. N. (2006). História e historiografia da ciência: Considerações para a pesquisa histórica

- em Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8 (2), 161-178.
- Cruz, R. N. (2010). Possíveis relações entre o contexto histórico e a recepção do Behaviorismo Radical. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 478-491. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300004>
- Condé, M. L. L. (2017). *Um papel para a História: O problema da historicidade da ciência*. UFPR.
- Cordeiro, J. M. (2009). Anos de Chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, 22 (43), 85-104.
- Cordeiro, B. & Fischer, M. C. B. (2021). Por onde caminha o campo investigativo da educação popular? Questões que orientam o debate atual. *Educação em Revista*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102-4698230682>.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 8(2), 147–158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cruz, T. P. S. (2010). *As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: Memórias e esquecimentos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense
- Darahem, G. C., Cosentino, M. C., Cândido, G. V., & Massimi, M. (2014). O uso da história oral na Psicologia: percepção de experiências individuais. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 14(3), 1039–1053. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.13900>
- Danziger, K. (2006). Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Org.), *Internationalizing the history of psychology* (pp. 226-241). Nova Iorque: New York University Press.
- DeConde, A. (1992). *Ethnicity, Race, and American Foreign Policy: A History*. Northeastern.
- Delgado, L. de A. N. (2009). O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Dossiê, 28.

- Dinsmoor, J. A. (1992). Setting the record straight: The social views of B. F. Skinner. *American Psychologist*, 47(11), 1454-1463. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1454>
- Duran, A. P. (1983). Psicologia social: Entre a microscopia e a macroscopia do social. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 5, 53-61.
- Fals Borda, O. (1971). Ciencia propia y colonialismo intelectual. *Nuestro Tiempo*.
- Fenner, M. C., Alves, R. G., & Reis, T. S. (2022). O que analistas do comportamento têm a dizer (e fazer) sobre o atendimento psicoterapêutico de minorias sociais? In F. M. dos Santos Souza & J. S. V. Kanamota (Eds.), *Diálogos em Análise do Comportamento: Vol. IV*. Instituto Walden4.
- Fernandes, D. M. (2015). *A sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: Um estudo conceitual*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- Fernandes, D. M. (2020). *Cultura, economia, educação, governo e política: um estudo de caso em Psicologia Social*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos.
- Fernandes, D. M. (2022). Estado, Políticas Públicas e Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 24, 1–21. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1629>
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento*, 25(2). Recuperado a partir de <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/60158>
- Fernandes, F. (1974). *Elementos de Sociologia Teórica*. Companhia Nacional.
- Fernandez, I. T.; Polanco, F.; Pereira, S. R.; Beria, J. S.; & Zapico, M. G. (2017). Celebrating 50 years of the Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology: a content analysis. *Revista Interamericana de Psicologia*, 51(3), 320-334.

- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(esp.), 51-64.
- Feyerabend, P. (2011). *A ciência em uma sociedade livre*. Unesp.
- Fickers, A. (2013). Veins filled with the Diluted Sap of Rationality A Critical reply to Rens Bod. *Low Countries Historical Review*, (128)4, 155-163.
- Flores Júnior, C., Barbosa, L., & Laurenti, C. (2021). Comportamentalismo radical, minorias sociais e a política da diversidade: Propostas de um campo emergente. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(1), 205-220.
- Flores Júnior, C. R. & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4), 527-544.
- Flores Júnior, C. R. & Laurenti, C. (2024). Dimensões ético-políticas em publicações da análise do comportamento brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 26. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.2013>.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed.. Paz e Terra.
- Freitas, S. M. (2006). *História Oral*. Humanitas.
- Gaspari, E. (2016). *Ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Gerth, H., & Mills, C. W. (1973). *Caráter e Estrutura Social*. Civilização Brasileira.
- Gesteira, L. A. M. G. (2014). A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*, 10 (12). Recuperado de <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2062>
- Gizzi, M. C., & Rädiker, S. (2021). *The Practice of Qualitative Data Analysis: Research Examples Using MAXQDA*. MAXQDA Press, Berlin.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Perspectiva.
- Guerin, B. & Ortolan, M. O. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. <https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.6804>

- Hur, D. U. & Lacerda Júnior, F. (2017). Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (esp.), 28-43.
- Jacó-Vilela, A. M. (2001). *Pioneiros: Eliezer Schneider*. Imago.
- Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, F., Vasconcellos, M. A. G. N. T., & Espírito Santo, A. A. (2022). História Da Psicologia: Construindo narrativas por meio de análise de documentos e outras fontes (pp.17-37). In A. B. Soares (Org.) *Metodologia qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa*. Appris.
- Kearns, J., & Faye, C. (2014). *Grey Literature at the Cummings Center for the History of Psychology, a Case Study*. Rowman & Littlefield.
- Koyré, A. (2011). *Estudos de História do pensamento científico*. Forense.
- Kuhn, T S. (1962). *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva.
- Le Goff, J. (2002). Documento/Monumento. In J. Le Goff, *História e memória*, 3ª ed. (pp. 535-549). Campinas: Editora da UNICAMP. Originalmente publicado em 1992.
- Lewis, R. B. (2004). NVivo 2.0 and ATLAS.ti 5.0: A Comparative Review of Two Popular Qualitative Data-Analysis Programs. *Field Methods*, 16(4), 439-464.
<https://doi.org/10.1177/1525822X04269174>
- Lições da Pastoral da Criança: entrevista com Zilda Arns Neumann. (2003). Lições da Pastoral da Criança: entrevista com Zilda Arns Neumann. *Estudos Avançados*, 17(48), 63–75.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200006>.
- Lopes, C. E. (2015). The political discourses of behavior analysis. *Operants*, 27-32.
- Lopes, C. E. & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade a política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 6-10.
- López, M. (2023). *Lugar de fala e comportamento verbal: Uma análise comportamentalista da política da linguagem*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- Luna, S. V. (1983). Compromisso social: “opção” do analista experimental do comportamento ou elemento constituinte da contingência? *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1,

13-20. (Original publicado em 1981)

MacCorquodale, K. (1969). B. F. Skinner's verbal behavior: A retrospective appreciation.

Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 12(5), 831-841.

<https://doi.org/10.1901/jeab.1969.12-831>

MacCorquodale, K. (1970). On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 13, 83-99.

Machado, J. F. (2022). *A trajetória intelectual de Celso Pereira de Sá na Teoria das Representações Sociais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

McKee, J. O. (1985). *Ethnicity in Contemporary America: A Geographical Appraisal*. Kendall/Hunt Publishing.

Mariani, B. (1996). *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

Martins, C. E. (1973). Tecnoocracia como modo de produção. *Rev. Adm. Emp.*, 13(3), 29-46.

Massimi, M. (2010). Métodos de investigação em História da Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 100-108.

Mejía, M. R. (2014). *Educação e pedagogias críticas a partir do sul: cartografias da educação popular*. Pedro & João Editores.

Menandro, P. R. M. (1984). A questão carcerária: Um problema técnico? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36(3), 62-89.

Mendes, L. C. C., & Ribeiro, R. R. (2019). Acontecimento. In M. M. Ferreira, & M. M. D. Oliveira (Orgs.), *Dicionário de Ensino de História* (pp.13-15). Rio de Janeiro: FGV.

Miranda, R. L., Torres, J. A., Alves, R. G., & Cirino, S. D. (2020). Indigenization of Behavior Analysis in Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.688>

Miranda, R. L., Cara, B. S., Torres, J. A. & Alves, R. G. (2021). Psicologia aplicada e

- modernização urbana no Brasil (1930-1970). Em A. M. Jacó-Vilela, F. Degani-Carneiro & M. A. G. N. T. Vasconcellos (Orgs.), *Clio-Psyché: História da Psicologia e suas críticas* (pp. 287-306). Curitiba: CRV.
- Mizael, T. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15- 113 28.
<https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Mizael, T. M. & De Rose, J. C. (2017). Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365-377.
- Morais, C. S. (1970). *História das Ligas Camponesas do Brasil*.
- Moreira, C. S. (2011). *O projeto de nação do governo João Goulart: O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Morris, E. K., Todd, J. T., Midgey, B. D., Schneider, S. M & Jonhson, L. M. (1990). The History of Behavior Analysis: Some Historiography and a Bibliografy. *The Behavior Analysis*, 13 (2), 131-158.
- Neal, F. W. H. (1973). Questions In: J. H. Wheeler (Ed.). *Beyond The Punitive Society* (pp. 170-176). San Francisco: Freeman.
- Neves, O. P. (2020). A redemocratização investigada por meio de cartilhas domovimento Pró-participação Popular na Constituinte: Educação Política e Cultura. *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica, Avaré*, 1(1), p. 97-117. <https://doi.org/10.51284/rbpj.01.ozil>
- Neumann, M. M. S., & Rondini, C. A. (2023). Homoparentalidade e sensibilidade na escola: um olhar sobre a diversidade. *Acta Comportamentalia*, 31(2).
<https://doi.org/10.32870/ac.v31i2.85837>
- Oliveira, J. L. (2012). Pequena história do carnaval carioca: de suas origens aos dias atuais. *Ensino & Documentos*, 10(18), 61-58.
- Orwell, G. (1949). *1984*. Companhia das Letras.

- Paixão Junior, F. D. (2022). Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 304–320. <https://doi.org/10.18761/DH000176.dez21>
- Paranhos, K. R. (1999). Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta. *Revista De Sociologia E Política*, (13), 153–174. <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200012>
- Pinheiro, R. & Mizael, T. (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações.
- Pirages, D. C. (1973). Behavioral technology and institutional transformation In: J. H. Wheeler (Ed.). *Beyond The Punitive Society* (pp. 57-70). San Francisco: Freeman.
- Pickren, W. E. (2009). Indigenization and the history of psychology. *Psychological studies*, 54, 87-95. doi: 10.1007/s12646-009-0012-7
- Portugal, F. T., Facchinetti, C., & Castro, A. C. (2018). *História Social da Psicologia*. Nau.
- Polanco, F.; Beria, J. S.; & Klappenbach, H. (2017). Cinco décadas de la Revista Interamericana de Psicología. Un estudio socio-bibliométrico. *Revista Interamericana de Psicología*, 51(3), 297-319
- Popper, K. (1945). *A sociedade aberta e seus inimigos*. Itatiaia.
- Reinhold, R. (1972, 21 de abril). B. F. Skinner's Philosophy fascist? Depends on how it's used, he says. The New York Times. <https://www.nytimes.com/1972/04/21/archives/b-f-skinners-philosophy-fascist-depends-on-how-its-used-he-says.htm>
- Reis, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Richelle, M. N. (2014). *B. F. Skinner: Uma perspectiva europeia*. EdUFSCar.
- Rocha, C. A. A. da, (2018). Análise do comportamento e planejamento cultural: utopia ou distopia?. [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFScar.
- Rodrigues Neto, J. M. (2018). *Pressupostos científicos e propostas sociais em B. F. Skinner*

- entre 1953 e 1960: Uma continuação de Andery (1990). Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Rodrigues Neto, J. M. (2023). *Servirão os princípios comportamentais à criminologia crítica?*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Roiz, D. S. (2017). *A prática da História Intelectual e dos Intelectuais: Ideias, movimentos e ações*. Paco.
- Rosa, A., Huertas, J. A., & Blanco, F. (1996). *Metodología para la Historia de la Psicología*. Alianza.
- Rosário, M. J. A. (2017). O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985. *Revista HISTEDBR On-Line*, 16(69), 87-99. <https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8648239>
- Rutherford, A. (2000). Radical Behaviorism and Psychology's public: B. F. Skinner in the popular press, 1934-1990. *History of Psychology*, 3(4), 371-395. <https://doi.org/10.1037/1093-4510.3.4.371>
- Rutherford, A. (2003). B. F. Skinner's technology of behavior in American life: From consumer culture to counterculture. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 39(1), 1-23. <https://doi.org/10.1002/jhbs.10090>
- Rutherford, A. (2009). *Beyond the Box: B. F. Skinner's Technology of Behaviour from Laboratory to Life, 1950-1970s*. University of Toronto Press.
- Sá, C. P. (1978). *Aspectos psicológicos do controle social*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas.
- Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle social*. Achiamé.
- Sá, C. P. (1982a). Sobre o comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de O Comportamento Verbal, de Skinner. *Fórum Educacional*, 6(1), 22-51.
- Sá, C. P. (1982b). O intelectual na Sociedade de Massas. *Fórum Educacional*, 6(4), 65-85
- Sá, C. P. (1983). Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. *Arquivos Brasileiros de*

Psicologia, 39(2), 136-145.

- Sá, C. P. (1984a). Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação. *Fórum Educacional*, 8(1), 23-44.
- Sá, C. P. (1984b). O status acadêmico do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner no estado do RJ. *Fórum Educacional*, 8(4), 21-44.
- Sá, C. P. (1985). *O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas.
- Sá, C. P. (1986a). Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular. *Fórum Educacional*, 10(2), 43-73.
- Sá, C. P. (1986b). Notas sobre o estudo psicológico do comportamento social coletivo. *Temas de Educação*, 1(1), 77-92.
- Sá, C. P. (1987). Comportamento verbal e literatura. *Matraga*, 1(1), 63-69.
- Sá, C.P. (1988). Uma proposta de dupla fundamentação teórica articulada para a pesquisa-ação. *Psicologia & Práticas Sociais*, 1(1), 44-51.
- Sá, C. P. (1990). Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do RJ. *Fórum Educacional*, 14(3), 93-108.
- Sá, C. P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Paper on Social Representation*, 3(1), 40-46.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. EDUERJ.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EDUERJ.
- Sá, C. P. (2001). Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Brasil: Um depoimento afetivo e acadêmico. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Pioneiros: Eliezer Schneider* (pp. 39-48). Imago.
- Sá, C. P. (2007). Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 7-13. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300002>

- Sá, C. P. (2015). Entre a história e a memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. *Cadernos De Pesquisa*, 45(156), 260–274.
<https://doi.org/10.1590/198053143133>
- Sá, C. P. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(1), 52-55.
- Sá, C.P., & Arruda, A. (2000). O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas UFSC*, 3 (esp.), 11-31. <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- Saes, D. (1996). Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, 6(7).
- Sandoval, S. (1982). Behaviorismo e as ciências sociais. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 24-29.
- Schneider, E. (1985). A psicologia social como problema humano - uma síntese psico-histórica de seus primórdios. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 37(3), 3-18.
- Skinner, B. F. (1948). *Walden II: Uma sociedade para o futuro*. EPU.
- Skinner, B. F. (1957). *O Comportamento Verbal*. Cultrix.
- Skinner, B. F. (1969). Contingências do reforço: Uma análise teórica. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural.
- Skinner, B. F. (1973). *Beyond Freedom and Dignity*. Penguin.
- Skinner, B. F. (1975). *Sobre El Conductismo*. Fontanella.
- Smith, L. D. (1996). Situating B. F. Skinner and Behaviorism in American culture. In L. D. Smith & W. R. Woodward (Orgs.), *B. F. Skinner and Behaviorism in American culture* (pp. 294-315). Lehigh University Press/Associated University Presses.
- Szmrecsanyi, M. I. de Q. F. (1982). Determinações sociais do planejamento: estado, educação e legitimação do poder na obra de Karl Mannheim. *Cadernos De Pesquisa*, (40), 15–22.
Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1521>
- Tamura, N. (2021). *A boa vida em Walden Two: Uma interpretação epicurista*. Dissertação de

Mestrado, Universidade de São Paulo.

Thompson, P. (1998). *Voz do passado: A História Oral*. Paz e Terra.

Toledo, C. N. de. (2004). Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, 24 (47), 13-28.

Torres, J. A. (2018). *Por uma história institucional da Análise do Comportamento no Brasil: Estudos sociobibliométricos (1975-1986)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco.

Torodov, J. C. & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 143-153.

Trzan, A. & Degani-Carneiro, F. (2014). Transcrição de entrevista com Celso Pereira de Sá In A. M. Jacó-Vilela e F. T. Portugal (Eds.) *Clio-Psyché: Instituições, História, Psicologia*. Outras Letras.